

2008
Relatório e Contas



MAPFRE | SEGUROS
GERAIS



2008
Relatório e Contas





Índice

ORGÃOS SOCIAIS	4
RELATÓRIO DE GESTÃO ANO 2008	6
I – Conjuntura economica	7
II – Conjuntura de mercado	8
III – Resumo da actividade	10
IV – Indicadores de gestão	11
V – Objectivos para 2009	17
VI – Agradecimentos	18
VII – Aplicação de resultados	19
CONTAS ANUAIS 2008	21
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS, RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	91

ORGÃOS SOCIAIS



Orgãos sociais

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE	Pedro de Macedo Coutinho de Almeida
VICE-PRESIDENTE	Filipe Dumont dos Santos
SECRETÁRIO	Claudio Antonio Ramos Rodriguez
VOGAIS	Antonio Eraso Campuzano
	António Manuel Cardoso Belo (Administrador Delegado)
	Bernabé Gordo Pin
	Jesús Garcia Arranz
	José Luis Joló Marin
	Melchor Garcia Garcia
	Rafael Galarraga Solores

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE	Pedro de Macedo Coutinho de Almeida
SECRETÁRIO	António Manuel Cardoso Belo

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE	José Vieira Bernardo
VOGAIS	Fernando Vassalo Namorado Rosa
	Filipe Quintas de Oliveira da Palma Carlos
SUPLENTE	José Emilio Cordeiro Fernandes

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. representada por Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto

RELATÓRIO DE GESTÃO 2008



O MUNDO ASSISTIU A UM INCREMENTO DOS PREÇOS DAS MATÉRIAS-PRIMAS, NOMEADAMENTE DO PETRÓLEO, BEM COMO À ECLOSÃO DE UMA TURBULÊNCIA SEM PRECEDENTES NOS MERCADOS FINANCEIROS INTERNACIONAIS, NA SEQUÊNCIA DA CRISE DO SUBPRIME DECLARADA NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA EM 2007

I – Conjuntura económica

No ano 2008 a evolução da economia portuguesa foi marcada por um decréscimo da actividade económica numa conjuntura de degradação económico financeira mundial.

O mundo assistiu a um incremento dos preços das matérias-primas, nomeadamente do petróleo, bem como à eclosão de uma turbulência sem precedentes nos mercados financeiros internacionais, na sequência da crise do *subprime* declarada nos Estados Unidos da América em 2007.

Esta crise dos mercados financeiros mundiais abalou seriamente a confiança dos agentes económicos e as notícias de dificuldades de diversas instituições financeiras passaram a ser frequentes.

A profundidade e gravidade da situação foram demonstradas pelas dificuldades experimentadas por instituições de grande simbolismo que, certamente, à data em que surgiram as notícias, o mundo financeiro estava longe de imaginar serem passíveis de apresentar problemas.

Neste contexto, era inevitável um abrandamento da economia mundial, com o Produto Interno Bruto da generalidade dos países a apresentar um decréscimo e o preço do petróleo a regressar aos seus valores mínimos, facto que, apesar de tudo, até acaba por servir de atenuante aos efeitos da própria crise.

A questão é que o problema deixou de estar restrito ao sector financeiro e as ondas de choque alastraram à economia real, na qual o sector automóvel foi dos primeiros a evidenciar sérias dificuldades, vendo-se obrigado a proceder a interrupções nas suas linhas de produção, arrastando consigo muitos outros sectores e empresas.

As economias do mundo desenvolvido, que já vinham a apresentar sinais de desaceleração desde 2006, começaram a enfrentar cenários de recessão e as economias emergentes, que até há bem pouco apresentavam crescimentos muito elevados, passaram a conviver com níveis baixos ou muito baixos.

A Islândia, um dos países com índice de desenvolvimento humano mais elevado, foi confrontada com a possível falência do seu sistema económico, facto que acentuou o clima de desconfiança.

Perante uma crise desta dimensão, desde logo, os bancos centrais intervieram na redução das taxas directoras sem que, contudo, tal tenha sido totalmente eficaz pois manteve-se a falta de confiança nos mercados financeiros, que continuou a provocar uma assinalável falta de liquidez, levando as instituições financeiras a restringir o crédito e a praticar elevados *spreads*, com reflexos negativos no tecido empresarial.

Por sua vez, os diversos governos mundiais elaboraram planos tendentes a minorar os efeitos da crise, tendo-se começado a admitir o sacrifício do controlo do deficit público em favor do estímulo económico.

A economia portuguesa, bastante aberta e integrada, dificilmente poderia ficar imune ao quadro anteriormente traçado pelo que foi sem surpresa que se assistiu à interrupção da recuperação que nem sequer ainda estava consolidada e que vinha a verificar-se por influência do comportamento positivo das exportações a partir de 2006 e do investimento em 2007.

Por isso, o governo português não foi excepção e apresentou uma série de medidas tendentes a minorar as dificuldades sociais, a restabelecer a confiança no sistema financeiro e a dinamizar a economia.

Destacam-se, neste âmbito, o estabelecimento de garantias do estado à emissão de dívida por parte dos bancos, a aceleração do lançamento de obras publicas de grande envergadura, a melhoria de algumas prestações sociais e o envolvimento na procura de soluções concertadas em alguns casos concretos de auxílio a empresas em dificuldades.

Não obstante tudo isto, começa a ser opinião unânime que a recessão chegou e estará para se manter, até porque os maiores parceiros comerciais de Portugal evidenciam um forte abrandamento, em especial o maior e mais próximo –o mercado espanhol– que, após anos de elevado crescimento continuado, foi muito fustigado pela crise do mercado imobiliário e travou fortemente em 2008.

Já nos primeiros dias de 2009, o Banco de Portugal, além de confirmar que os dois últimos trimestres foram de crescimento negativo, o que significa que, formalmente, o país entrou em recessão, reviu em forte baixa as suas projecções, acabando o próprio governo por reconhecer que o orçamento de estado aprovado para o ano 2009 carecia de rectificação, tendo-a apresentado ainda no mês de Janeiro.

Indicadores económicos

INDICADOR	ANOS					
	2005	2006	2007	2008	2009*	2009**
Produto Interno Bruto	0,9	0,3	1,9	0,8	0,6	(0,8)
Consumo privado	1,9	1,2	1,5	1,3	0,8	0,4
Consumo público	3,2	(1,2)	(0,1)	(0,2)	0,2	(0,1)
Exportações	2,1	9,2	7,7	7,5	1,2	(3,6)
Investimento	(0,9)	(1,6)	3,2	1,7	1,5	(1,7)
Taxa de desemprego	7,6	7,7	8,0	7,6	7,6	-
Índice preços consumidor	2,3	3,1	2,5	2,7	2,5	1,0
Déficit contas públicas	6,1	3,9	2,6	2,2	2,2	-
Taxa juro Euribor 3 meses	2,488	3,725	4,684	2,892	-	-

PERCENTAGEM
* PREVISÃO INICIAL
** PREVISÃO REVISTA

FONTES:
BANCO DE PORTUGAL ANOS 2005 A 2007 E PREVISÃO REVISTA PARA 2009
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS ANOS 2008 E 2009 – ORÇAMENTO ESTADO 2009 E ORÇAMENTO SUPLEMENTAR 2009

NO ANO 2008 FORAM EMITIDOS 15.128 MILHÕES DE EUROS, CABENDO AO RAMO VIDA 10.947 MILHÕES, UM ACRÉSCIMO DE 17,4% E AOS RAMOS NÃO VIDA 4.181 MILHÕES, UM DECRÉSCIMO DE 2,1%

Face a tudo isto, é muito elevado o grau de incerteza sobre a evolução económica nos tempos mais próximos.

Se o exercício de previsões era já algo difícil, está agora muito mais complicado e o aspecto mais palpável é a ameaça de entrada num período de deflação que, a verificar-se, poderá submergir a economia numa acentuada letargia, antevendo-se muitas dificuldades ao longo do ano, havendo mesmo quem preveja que tal se estenderá para lá dos próximos dois anos.

II – Conjuntura de mercado

1. Importância do sector segurador na economia

Segundo os dados estatísticos divulgados pela Associação Portuguesa de Seguradores, em finais de 2007, o sector segurador era composto por 83 companhias, empregando 11.295 pessoas, numa média de 136 empregados por companhia e os seus activos ascendiam a 55 mil milhões de euros, dos quais 49 mil milhões são activos de investimento.

Nesse mesmo ano, o conjunto do mercado gerou 670 milhões de euros de resultados líquidos, menos 5,2% que no ano anterior.

Ainda no ano 2007, o volume de prémios emitidos foi de 13.751 milhões de euros, correspondendo 9.369 milhões ao ramo Vida (68%) e 4.382 milhões aos ramos Não Vida (32%).

No ano 2008 foram emitidos 15.128 milhões de euros, cabendo ao ramo Vida 10.947 milhões, um acréscimo de 17,4% e aos ramos Não Vida 4.181 milhões, um decréscimo de 2,1%.

Com base nos valores de 2007, os prémios emitidos representam 8,5% do PIB, valor muito parecido ao do resto dos países da Europa Ocidental (8,85%) e ao da América do Norte (8,71%).

Contudo, se compararmos os valores *per capita* encontramos diferenças substanciais, apresentando Portugal praticamente metade dos desses países, o que significa que tem um potencial de crescimento importante mas bastante condicionado pela evolução da economia.

2. Evolução dos prémios emitidos

O mercado segurador Não Vida apresenta desde há vários anos uma continua redução da sua taxa de crescimento, especialmente provocada pela diminuição que se verifica nos ramos mais importantes –Automóvel e Acidentes de Trabalho– como reflexo directo da deficiente evolução económica e da intensa concorrência entre os operadores.

Apesar de não ser suficiente para evitar a diminuição global do mercado, o ramo de Doença apresenta nos últimos anos um incremento

significativo, revelando a crescente aceitação deste produto pelos clientes.

Em Vida, a evolução dos prémios emitidos revela uma elevada volatilidade, à qual não será alheio o facto de se basear em produtos de características financeiras, susceptíveis de operações especiais de recomposição de carteiras por parte das entidades bancárias, as quais, como veremos mais adiante, dominam amplamente o canal de distribuição.

Crescimento dos prémios brutos em relação ao ano anterior

RAMOS	ANOS				
	2004	2005	2006	2007	2008 *
Não Vida	3,5	2,3	0,9	0,1	-2,1
Não Vida – Ramos explorados pela MAPFRE SEGUROS GERAIS	3,1	2,0	0,3	-0,7	-3,5
Vida	14,5	49,4	-5,6	6,9	17,4

PERCENTAGEM
FONTE: APS
* ESTIMATIVA PROVISÓRIA

3. Estrutura da carteira

A estrutura da carteira Não Vida praticamente não mudou ao longo dos últimos anos, mantendo o predomínio do ramo Automóvel, apesar da diminuição significativa deste no ano 2008, em consequência do crescimento negativo de 6,9% que registou.

De referenciar, também, o incremento do peso do ramo de Saúde que se tem vindo a verificar, como consequência do dinamismo já antes referenciado, apesar de não se tratar de um ramo de contratação obrigatória.

Estrutura da carteira Não Vida

RAMOS	ANOS				
	2004	2005	2006	2007	2008
Automóvel	46,7	46,5	45,9	46,0	43,3
Acidentes Trabalho	18,3	18,1	17,7	17,8	17,7
Incêndio/Multiriscos	15,9	15,7	15,8	15,8	16,7
Doença	8,2	8,7	9,4	10,3	11,5
Acidentes Pessoais	3,2	3,3	3,5	3,4	3,6
Responsabilidade Civil Geral	2,3	2,2	2,2	2,2	2,3
Outros	5,3	5,5	5,5	4,5	4,9

PERCENTAGEM
FONTE: APS

Por sua vez, a estrutura da carteira do ramo Vida mostra a crescente importância das operações de índole financeira e o decréscimo dos produtos de risco.

Estrutura da carteira Vida

PRODUTOS	ANOS				
	2004	2005	2006	2007	2008
Risco	10,5	8,2	9,0	8,9	8,6
PPR	24,4	18,8	22,5	18,4	22,5
Capitalização	65,1	73,0	68,5	72,7	68,9

PERCENTAGEM
FONTE: APS

4. Estrutura de mercado

Neste aspecto, importa destacar a existência de uma elevada concentração de mercado, que se verifica desde há vários anos, tanto em Não Vida como em Vida.

Em Não Vida, apesar de tudo, observou-se nos últimos anos alguma diminuição dessa concentração, provocada pela erosão própria das grandes carteiras. Porém, este ciclo parece ter terminado, em função dos dados do ano 2008.

Concentração do mercado Não Vida

SEGURADORAS	ANOS				
	2004	2005	2006	2007	2008
3 primeiras	52,4	50,7	48,8	47,2	47,4
5 primeiras	66,8	64,7	62,4	60,6	60,8
10 primeiras	82,8	81,3	79,8	78,7	78,9

PERCENTAGEM
FONTE: APS

Em Vida, após anos de oscilação, relacionada com as já aludidas operações especiais de recomposição de carteira por parte de entidades bancárias, nos dois últimos anos a concentração manteve-se inalterada, sendo de destacar que das 10 primeiras seguradoras, 8 delas encontram-se ligadas a entidades bancárias.

CONCENTRAÇÃO DO MERCADO VIDA

SEGURADORAS	ANOS				
	2004	2005	2006	2007	2008
3 primeiras	51,8	59,1	52,6	57,6	57,5
5 primeiras	74,2	81,4	78,4	78,5	78,5
10 primeiras	87,9	91,6	89,8	89,6	89,6

PERCENTAGEM
FONTE: APS

5. Canais de distribuição

A estrutura de canais de distribuição apresenta tendências distintas, consoante diga respeito a Não Vida ou a Vida.

No caso de Não Vida, não tem havido grandes alterações ao longo dos anos, verificando-se o predomínio dos canais tradicionais – agentes (especialmente multi-companhia) e venda directa.

O número de agentes, por influência da nova lei de mediação, diminuiu de 37.466 no ano 2006 para 25.947 em 2007. Não obstante, este segmento da distribuição continua a ser, claramente, o mais importante dos ramos Não Vida, como demonstra o quadro seguinte:

Canais de distribuição Não Vida

CANAL	ANOS				
	2003	2004	2005	2006	2007
Mediadores	77,5	77,4	80,0	79,2	77,5
Venda directa	10,1	10,4	10,5	10,2	10,0
Bancos	11,2	11,0	8,5	9,3	10,0
Telefone e Internet	1,0	1,1	0,7	0,8	1,6
Outros	0,2	0,1	0,3	0,5	0,9

PERCENTAGEM
FONTE: APS

No ramo Vida não há, também, grandes oscilações a apontar, embora o segmento dominante seja completamente distinto dos ramos Não Vida.

Com efeito, há longo tempo que o domínio pertence ao canal bancário, que o reforçou no ano 2007, motivo pelo qual parece inevitável contar com ele em qualquer estratégia de desenvolvimento de negócio neste mercado.

Canais de distribuição Vida

CANAL	ANOS				
	2003	2004	2005	2006	2007
Mediadores	14,1	12,8	10,5	12,7	8,9
Venda directa	3,6	4,7	2,0	3,3	3,6
Bancos	80,2	80,3	84,1	81,3	84,7
Telefone e Internet	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros	2,1	2,2	3,4	2,7	2,8

PERCENTAGEM
FONTE: APS

6. Rentabilidade

No negócio Não Vida, após alguns anos de perdas técnicas, assistiu-se a uma descida do rácio combinado em 2004 e 2005 para níveis interessantes, o qual voltou a incrementar-se a seguir, situando-se nos 98,5% no ano 2007, valor que representa a existência de uma margem técnica positiva, contudo, de certa forma ajustada.

A rentabilidade financeira, que em 2006 havia beneficiado do bom momento dos mercados, baixou em 2007 para níveis de anos anteriores, provocando uma descida da rentabilidade da conta técnica.

A evolução recente dos mercados financeiros induz a pensar que no final do ano 2008 pode ser visível um impacto negativo substancial na rentabilidade global das contas de resultados do sector.

Evolução da rentabilidade Não Vida

INDICADORES*	ANOS				
	2003	2004	2005	2006	2007
Rácio combinado	101,0	97,3	97,1	98,9	98,5
Resultados financeiros**/ Prémios adquiridos	7,7	6,5	7,4	12,6	7,1
Resultado conta técnica/ Prémios adquiridos	6,7	9,2	10,3	13,8	8,7

PERCENTAGEM

FONTE: APS

* LÍQUIDOS DE RESSEGURO

** INCLUI MAIS E MENOS VALIAS NÃO REALIZADAS

No caso do segmento Vida, o rácio combinado evidencia uma evolução positiva, apresentando-se completamente estável nos últimos dois anos.

A rentabilidade financeira tem seguido uma tendência de caída que, seguramente e pelos motivos já referidos, se vai acentuar em 2008 e arrastará a rentabilidade da conta técnica.

Evolução da rentabilidade Vida

INDICADORES*	ANOS				
	2003	2004	2005	2006	2007
Rácio combinado	117,0	117,2	111,5	109,6	109,7
Resultados financeiros**/ Prémios adquiridos	20,5	21,9	14,6	14,3	13,8
Resultado conta técnica/ Prémios adquiridos	3,5	4,7	3,1	3,7	4,2

PERCENTAGEM

FONTE: APS

* LÍQUIDOS DE RESSEGURO

** INCLUI MAIS E MENOS VALIAS NÃO REALIZADAS

7. Perspectivas de evolução

Em Não Vida a actividade não deixará de ser fortemente afectada pela realidade económica apresentada anteriormente, tendendo a agravar-se a concorrência entre os operadores, razões pelas quais não será irrealista admitir que apresente um crescimento negativo do volume de prémios.

Ainda que a previsível estagnação económica possa contribuir para diminuir a sinistralidade dos ramos de massa, por outro lado, o sector não deixará de enfrentar a esperada degradação dos mercados financeiros.

No caso de Vida será uma incógnita o que poderá acontecer, tendo em conta a crise económica, a desconfiança instalada nos mercados em relação aos produtos financeiros e a reorientação dos bancos para o seu negócio tradicional.

Estamos em crer que a conjugação de todos estes factores constituirá uma ameaça ao crescimento e à rentabilidade do sector que será, assim, confrontado com o desafio de procurar soluções imaginativas de gestão e de racionalização de custos.

III – Resumo da actividade

Para o ano 2008 encontravam-se definidos vários objectivos estratégicos assentes em dois pilares essenciais: crescimento e rentabilidade.

Embora já no final do ano 2007 fossem patentes os sinais menos favoráveis da conjuntura, a verdade é que a mesma se degradou fortemente, mais do que o esperado, ao longo do ano 2008, potenciando uma concorrência sem precedentes que pressionou os prémios no sentido da baixa, o que dificultou seriamente a consecução dos objectivos a que nos propusemos.

Ainda assim, foi possível conter a perda de carteira, que atingiu 0,7%, enquanto o mercado registou uma perda de 2,1% ou 3,5% se considerarmos apenas os ramos explorados pela MAPFRE SEGUROS GERAIS.

Por outro lado, todo o trabalho desenvolvido permitiu assegurar a rentabilidade das operações, obtendo-se um resultado antes de impostos de aproximadamente 6 milhões de euros, que nos parece bastante aceitável nos contextos económico e sectorial já descritos.

Tal só foi possível através da contenção da sinistralidade e dos gastos de gestão, tendo o rácio combinado melhorado consideravelmente, descendo 3,1 pontos percentuais em relação ao ano anterior, ficando nos 97,0% e compensando a menor rentabilidade financeira que se viu afectada pela realização de menos valias.

Numa descrição mais detalhada dos aspectos funcionais e operativos, gostaríamos de referenciar em primeiro lugar que, tal como estava previsto, com efeito ao dia 1 de Janeiro de 2008, deu-se a incorporação da carteira dos ramos de Caução e de Crédito, adquiridos à Agência Geral da MAPFRE CAUCIÓN Y CRÉDITO, cujos trabalhos preparatórios tinham ocorrido em 2007.

Ao longo do ano trabalhou-se na consolidação desta integração, processo que não se revelou fácil em virtude da forte influência que a degradação económica teve na sinistralidade do ramo de Crédito, obrigando à tomada de medidas correctivas na tentativa de equilibrar os resultados, as quais, apesar de tudo, não evitaram a contribuição negativa deste ramo para o resultado global.

Por outro lado, deu-se continuidade aos trabalhos de constituição da nova sociedade do ramo Vida, tanto na vertente da tramitação das formalidades como na preparação do sistema informático e na adaptação dos fluxos de processos.

A nível da acção comercial, foi dada sequência ao desenvolvimento quantitativo da rede de agentes de tal forma que no final do ano existiam mais sete escritórios de Agentes Delegados e, a nível global, aumentou o número de agentes produtivos.

A fim de tornar os produtos mais competitivos, especialmente os de massa, efectuaram-se alguns ajustamentos nas suas condições, bem como na

CABE AQUI REFERENCIAR A ELEIÇÃO DO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO MAPFRE 24 HORAS (SIM 24) COMO O MELHOR CALL-CENTER DO SECTOR SEGURADOR, FACTO DE QUE NOS ORGULHAMOS E SE CONSTITUI NUM FACTOR DE MOTIVAÇÃO PARA TODA A EMPRESA

estrutura de funcionamento da área de subscrição, tornando-a mais ágil e com maior capacidade de resposta.

Tal como estava previsto, houve uma preocupação constante em aumentar e melhorar o contacto com os clientes, através da implementação de campanhas específicas, realizadas pelo *call-center*, acções estas que se pretendem continuar a aprofundar ao longo do próximo ano.

Cabe aqui referenciar a eleição do Serviço de Informação MAPFRE 24 Horas (SIM 24) como o melhor *call-centre* do sector segurador, facto de que nos orgulhamos e se constitui num factor de motivação para toda a empresa.

A nível financeiro, entrou em vigor o novo Plano de Contas da Actividade Seguradora, o qual adopta, na parte possível, os princípios das Normas Internacionais de Contabilidade, mantendo quase todas a regras técnicas actuais relativas à valorização dos passivos, por não estarem ainda aprovadas internacionalmente as normas a eles referentes.

As alterações mais relevantes decorrentes desta implementação foram:

- A opção da MAPFRE pelo método do custo amortizado para a valorização dos imóveis, quase todos de uso próprio, em consonância com os critérios do Grupo, pelo que se passou a contabilizar amortizações e deixou de se considerar as rendas próprias e a correspondente rentabilidade financeira;

- A valorização dos títulos de rendimento fixo ao justo valor em vez do custo de aquisição ajustado ao valor de reembolso;

- A contabilização de impostos diferidos correspondentes às diferenças temporárias geradas entre a contabilidade económica e a fiscal, que passaram a influenciar o resultado líquido.

Com a publicação do novo regime jurídico do contrato de seguro, tornou-se necessário adaptar as condições gerais de todos os ramos explorados, tendo sido criado um grupo de trabalho específico para o efeito, estando neste momento em execução as tarefas finais.

Em termos de instalações, efectuou-se a remodelação dos escritórios de Coimbra e do Porto, de forma a melhorar as suas condições de funcionamento e, no final do ano, investiu-se na aquisição de um espaço, contíguo ao actual, para ampliação do escritório de Faro e num outro novo, mais amplo que o actual, na cidade de Setúbal, os quais se encontram na fase de obras de adaptação de forma a iniciar o seu aproveitamento durante o ano 2009.

No que à temática da gestão de risco e controlo interno diz respeito, manteve-se a quantificação regular da exposição aos diversos riscos, através da utilização de um modelo da *Standard & Poors*, realizou-se o trabalho de actualização do levantamento dos riscos operacionais, através da aplicação corporativa *Riskmap* e, pela primeira vez, realizou-se uma abordagem ao controlo interno.

Como vem sendo habitual, houve algumas actividades de cariz social, realizadas pelos colaboradores em regime de voluntariado, na linha da filosofia que sempre caracterizou o Grupo MAPFRE.

IV – Indicadores de gestão

1. Prémios emitidos

Como já anteriormente foi referenciado, o contexto foi bastante adverso, quer do ponto de vista económico como de mercado.

A acentuada crise económica e a intensa concorrência levaram o mercado Não Vida à perda de 2,1% em relação ao ano anterior, o que corresponde a uma percentagem real de 4,8% se considerarmos a taxa de inflação.

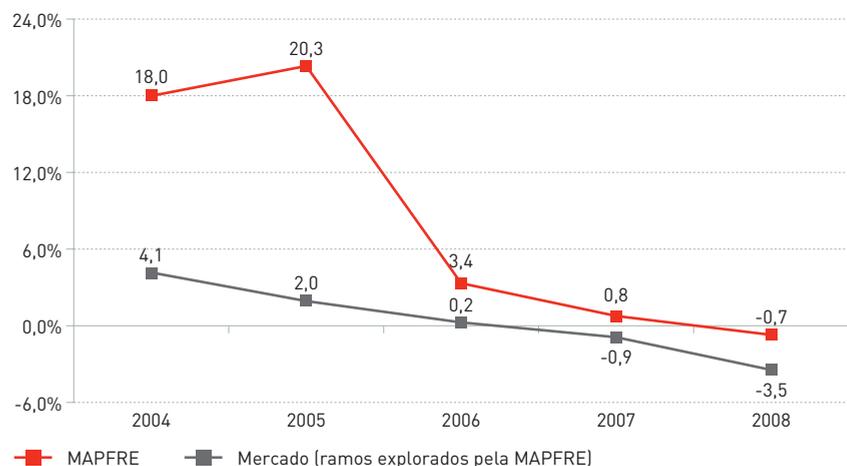
A MAPFRE SEGUROS GERAIS observou um decréscimo de 0,7% dos prémios, o qual, apesar de se encontrar aquém dos objectivos, não deixa de ser de realçar tendo em conta que o mercado, nos mesmos ramos que exploramos, decresceu 3,5%.

Evolução dos prémios emitidos

CONCEITO	ANOS					
	2004	2005	2006	2007	2007*	2008
Prémios emitidos	78,61	94,59	97,80	98,54	106,29	105,59
Crescimento prémios emitidos	12,00	15,98	3,21	0,74	-	-0,70
Crescimento em %	18,0%	20,3%	3,4%	0,8%	-	-0,7

PRÉMIOS EM MILHÕES DE EUROS
* VALOR PRÓ-FORMA, MAPFRE SEGUROS GERAIS + MAPFRE CAUCIÓN Y CRÉDITO

Taxa de crescimento dos prémios (em relação ao ano anterior)



FONTE DE DADOS DE MERCADO: APS

Como consequência deste comportamento, a MAPFRE, ainda que ligeiramente, voltou a incrementar a sua quota de mercado, mesmo que se exclua da análise o efeito da entrada dos ramos de Caução e Crédito.

Quota de mercado

CONCEITO	ANOS					
	2004	2005	2006	2007	2007*	2008
Prémios MAPFRE	78,61	94,59	97,80	98,54	106,29	105,59
Prémios mercado	4.221,90	4.307,94	4.360,53	4.270,70	4.270,70	4.180,87
Quota mercado	1,86%	2,20%	2,24%	2,31%	2,49%	2,53%

PRÉMIOS EM MILHÕES DE EUROS

* PRÉMIOS MAPFRE E QUOTA DE MERCADO PRÓ-FORMA, MAPFRE SEGUROS GERAIS + MAPFRE CAUCIÓN Y CRÉDITO

FONTE DADOS MERCADO: APS

Numa análise da estrutura da carteira, importa desde logo referir que o ramo Automóvel foi o mais atingido pela conjuntura, tendo apresentado um decréscimo de 7,1% (em linha com o mercado que perdeu 6,9%), dos quais, aproximadamente 2% estão relacionados com a alteração do critério de contabilização do Fundo de Garantia Automóvel que deixou de fazer parte dos prémios comerciais.

Em Diversos houve um incremento de 10,8% dos prémios, especialmente devido à entrada no segmento de grandes negócios, cuja tendência de futuro será de estabilização.

No caso de Acidentes de Trabalho, é de assinalar o desempenho que se consubstanciou num crescimento de 5,6%.

Face a esta evolução e com a incorporação dos ramos de Caução e Crédito, que passaram a representar 8% do total, a carteira de prémios ficou mais diversificada, mantendo Diversos e Acidentes de Trabalho o seu peso relativo, enquanto o ramo Automóvel diminuiu em cerca de 8 pontos, conforme se pode observar no quadro seguinte.

Distribuição da carteira por ramos

RAMO	2006		2007		2008	
	PRÉMIOS	%	PRÉMIOS	%	PRÉMIOS	%
Automóvel	61,58	63	58,26	59	54,14	51
Diversos	16,61	17	19,26	20	21,34	20
Acidentes Trabalho	19,61	20	21,02	21	22,19	21
Caução e Crédito *	-	-	-	-	7,92	8
TOTAL	97,80	100	98,54	100	105,59	100

PRÉMIOS EM MILHÕES DE EUROS

* NOS ANOS 2006 E 2007 NÃO ERA EXPLORADO PELA MAPFRE SEGUROS GERAIS

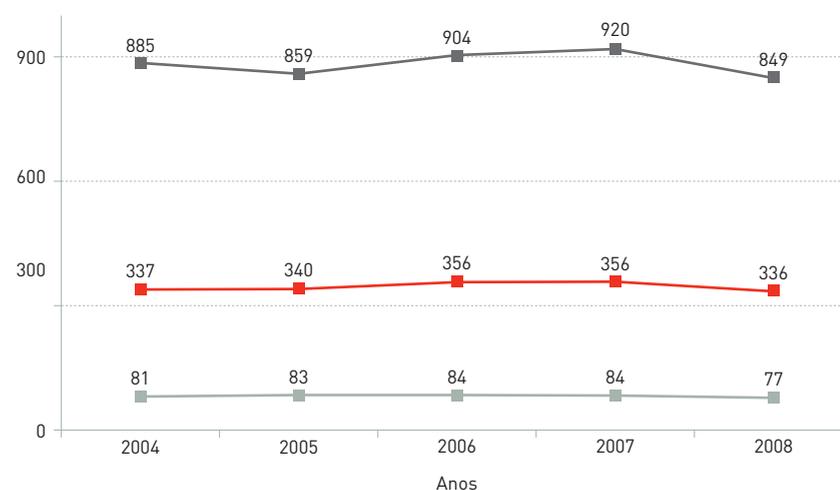
Os ramos de Caução e Crédito apresentaram um crescimento de 2,2%, com base no valor de fecho do ano 2007 na Agência Geral da MAPFRE CAUCIÓN Y CRÉDITO.

2. Eficiência

Em geral, os indicadores de eficiência que habitualmente consideramos nas nossas análises – apólices por empregado, prémios por empregado e

velocidade de liquidação - apresentam alguma degradação em relação aos anos anteriores, directamente relacionada com a incorporação dos ramos de Caução e Crédito, em virtude do peso da estrutura de funcionamento que se encontra associada a estes ramos ser superior à existente nos restantes.

Indicadores de eficiência



■ Apólices/empregado (número)

■ Prémios/empregado (milhares de euros)

■ Velocidade liquid. sinistros (%)

3. Custos por natureza a imputar

De igual modo que o verificado ao nível da eficiência, a incorporação dos ramos de Caução e Crédito acarretou um aumento do rácio de gastos por natureza a imputar, em relação aos prémios emitidos, em cerca de 0,7 pontos percentuais, conforme evidencia a coluna de dados pró-forma do ano 2007 no quadro seguinte.

No ano 2008, o total de gastos incrementou-se em 2,2%, relativamente ao valor pró-forma de 2007.

Para este resultado contribuíram o aumento dos gastos com pessoal, incluindo o gasto extraordinário devido ao prémio atribuído por ocasião da celebração dos 75 anos MAPFRE e a descida de impostos e taxas, derivada da alteração do critério de contabilização do Fundo de Garantia Automóvel que deixou de ser contabilizado como custo em gastos, assim como proveito em prémios.

Em resultado deste comportamento e em função da descida, ainda que pequena, dos prémios emitidos, o rácio geral de gastos sobre prémios subiu 0,6 pontos percentuais.

Distribuição dos custos por natureza a imputar

CONCEITO	ANOS					
	2004	2005	2006	2007	2007*	2008
Custos com pessoal	7,96	8,53	8,58	8,59	10,16	10,60
% s/ prémios	10,1	9,0	8,8	8,7	9,6	10,0
Fornecim. Serv. Externos	6,44	6,61	6,96	6,68	7,25	8,10
% s/ prémios	8,2	7,0	7,1	6,8	6,8	7,7
Impostos e taxas	1,55	1,83	1,86	1,64	1,64	0,68
% s/ prémios	2,0	1,9	1,9	1,7	1,5	0,6
Amortizações	0,83	0,93	0,98	0,98	0,98	1,22
% s/ prémios	1,1	1,0	1,0	1,0	0,9	1,2
Outros custos	0,04	0,37	0,65	0,42	0,52	0,41
% s/ prémios	0,1	0,4	0,7	0,4	0,5	0,4
Total custos por natureza	16,82	18,27	19,03	18,31	20,55	21,01
% s/ prémios	21,4	19,3	19,5	18,6	19,3	19,9

MILHÕES DE EUROS

* VALORES PRÓ-FORMA, MAPFRE SEGUROS GERAIS + MAPFRE CAUCIÓN Y CRÉDITO

4. Custos de exploração

O rácio de custos de exploração (custos de aquisição mais custos administrativos) líquido de resseguro, experimentou uma subida de 0,8 pontos percentuais, fixando-se em 24,6%.

Este comportamento foi devido, essencialmente, a três factores: dois deles já aludidos anteriormente - o efeito da incorporação dos ramos de Caução e Crédito nos gastos por natureza a imputar e a descida do volume de prémios emitidos - a que se acrescenta o efeito de algum esforço efectuado nos gastos de aquisição, de forma a ajustá-los ao contexto competitivo de mercado e, simultaneamente, a reforçar a rede de distribuição.

Não obstante, quando comparado com a realidade do mercado, que apresenta uma tendência de subida ao longo dos anos, o nível de gastos de exploração da MAPFRE SEGUROS GERAIS, continua a ser substancialmente mais reduzido.

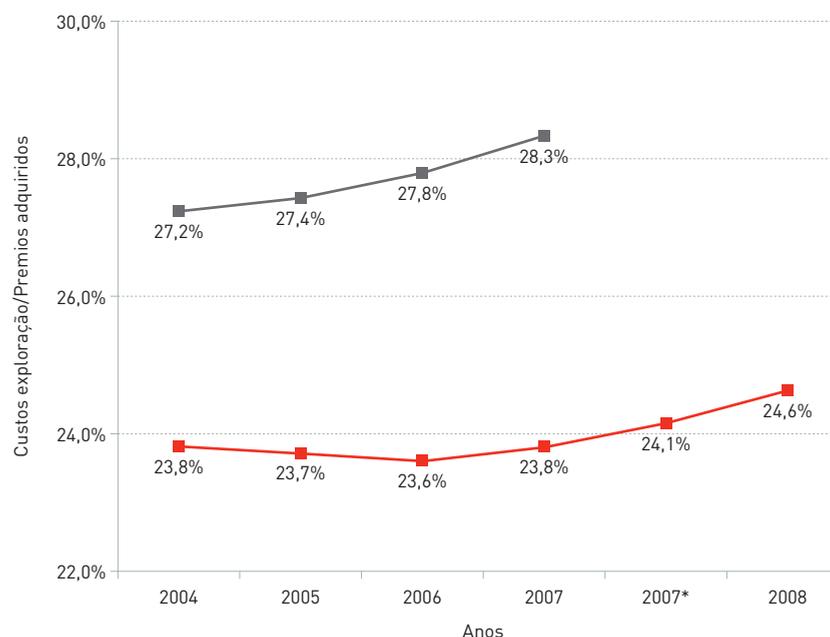
5. Custos com sinistros

Os aspectos mais relevantes a destacar na evolução da sinistralidade bruta do seguro directo são:

— A descida significativa no ramo Automóvel, ocorrida apesar da diminuição importante dos prémios emitidos, facto a que não será alheia a melhoria das condições de circulação e, especialmente, o clima de crise económica que acarretou uma diminuição da circulação de veículos, atestada pelas mais diversas estatísticas, como por exemplo, a do tráfego automóvel e a das vendas de combustíveis;

— Um certo agravamento nos ramos Diversos, embora se continue a situar num nível aceitável e se deva ter em conta que foi devido a alguns sinistros de maior valor directamente relacionados com o negócio de *fronting*;

Evolução dos custos de exploração (líquidos de resseguro)



■ MAPFRE ■ Mercado

* RÁCIO PRÓ-FORMA, MAPFRE SEGUROS GERAIS + MAPFRE CAUCIÓN Y CRÉDITO
 FONTE DE DADOS DE MERCADO: APS

- A melhoria no ramo de Acidentes de Trabalho, certamente, pela influencia da diminuição da actividade económica;
- O importante agravamento no ramo de Crédito, ocorrido de forma crescente ao longo do ano, como consequência directa do contexto económico, o que levou à implementação de um plano específico de medidas tendentes ao seu controlo, mas que, dadas as características do ramo, acreditamos que apenas começarão a manifestar os seus efeitos no segundo semestre de 2009 e, de uma forma mais visível, no ano 2010;

Taxa de sinistralidade*

CONCEITO	ANOS					
	2004	2005	2006	2007	2007**	2008
Automóvel	62,4	63,2	71,5	73,4	73,4	62,9
Diversos	45,8	46,2	62,1	32,8	32,8	43,4
Acidentes Trabalho	73,5	73,6	62,5	70,0	70,0	64,1
Caução e Crédito	-	-	-	-	65,2	186,0
Total	62,4	63,0	68,2	65,5	65,5	67,8

PERCENTAGEM

* TAXA DE SINISTRALIDADE SEGURO DIRECTO = (PAGAMENTOS + VARIAÇÃO PROVISÕES) / PRÉMIOS ADQUIRIDOS

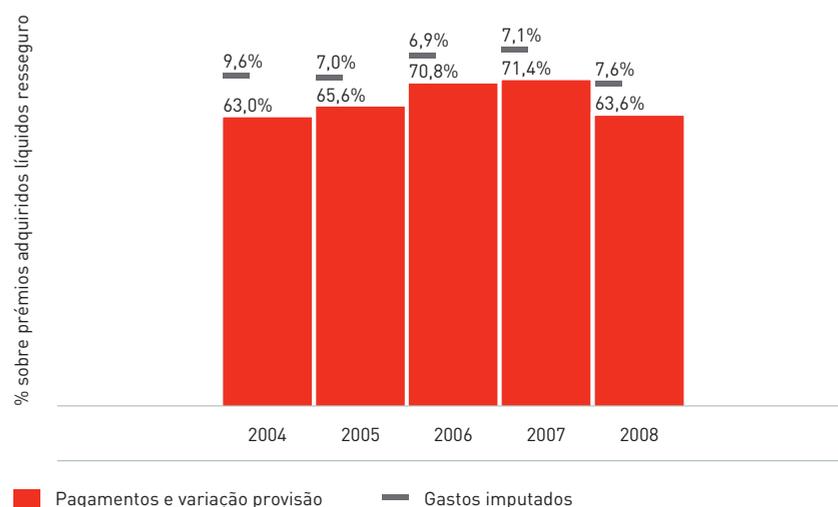
** VALORES PRÓ-FORMA, MAPFRE SEGUROS GERAIS + MAPFRE CAUCIÓN Y CRÉDITO

No entanto, uma vez que o ramo de Crédito beneficia de uma elevada protecção de resseguro, foi possível conter, em parte, o efeito negativo descrito, pelo que a taxa de sinistralidade sobre prémios adquiridos, líquida de resseguro, se situou nos 63,6%, uma descida considerável de 7,8 pontos percentuais em relação ao ano anterior, conforme é visível no gráfico anexo.

Se a estas taxas adicionarmos os gastos de gestão imputados à função sinistros, as conclusões não se alteram, obtendo-se uma taxa de sinistralidade total, líquida de resseguro, de 71,2% contra 78,5% no ano anterior.

De notar, ainda, que a sinistralidade do ramo de Crédito se encontra influenciada pela constituição de uma provisão para gastos de tramitação de sinistros, pelo montante de 1,65 milhões de euros, sem possibilidade de recobro em resseguro, a qual não fazia parte dos activos e passivos adquiridos.

Evolução dos custos com sinistros



6. Resseguro

O resultado do resseguro melhorou bastante em relação ao ano anterior, baixando de -6,3% dos prémios adquiridos para -0,9%, considerando os valores de 2007 como o agregado da MAPFRE SEGUROS GERAIS e da MAPFRE CAUCIÓN Y CRÉDITO.

Este resultado deve-se, especialmente, aos ramos de Caução e Crédito, cuja elevada sinistralidade do seguro directo teve o correspondente reflexo na conta de resseguro.

Resultado resseguro/Prémios adquiridos

CONCEITO	ANOS					
	2004	2005	2006	2007	2007*	2008
Automóvel	-1,6	-1,0	-0,4	+0,7	+0,7	-1,4
Diversos	-22,9	-17,5	-21,5	-30,7	-30,7	-16,4
Acidentes Trabalho	-2,1	-3,3	-4,5	-2,2	-2,2	-1,9
Caução e Crédito	-	-	-	-	-8,9	+51,1
Total	-4,9	-3,8	-4,6	-6,1	-6,3	-0,9

PERCENTAGEM

* VALORES PRÓ-FORMA, MAPFRE SEGUROS GERAIS + MAPFRE CAUCIÓN Y CRÉDITO

A taxa de cedência situou-se nos 22,8% dos prémios brutos emitidos, aproximadamente um ponto percentual mais do que no ano anterior, em virtude da incorporação dos ramos de Caução e Crédito, cuja taxa de cedência associada é substancialmente superior à dos restantes ramos e foi, ainda, incrementada em 2008.

Taxa de cedência de resseguro

CONCEITO	AUTOMÓVEL	DIVERSOS	ACID. TRABALHO	CAUCIÓN E CRÉDITO	TOTAL
Prémios cedidos/ prémios emitidos	4,4%	66,8%	2,3%	82,2%	22,8%

7. Rendimentos dos investimentos

Com a entrada em vigor do novo plano de contas, a MAPFRE optou por valorizar os seus imóveis pelo método do custo amortizado, motivo pelo qual deixamos de os incluir na análise dos investimentos financeiros.

Desde sempre, a filosofia do Grupo MAPFRE privilegiou o segmento dos títulos de rendimento fixo e essa estratégia parece ter-se revelado a mais acertada, tendo em conta o comportamento dos mercados financeiros ao longo do ano 2008 e que se mantém no presente.

No ano 2008 efectuou-se o reforço desta componente, por diminuição dos depósitos, mantendo praticamente inalterado o valor destinado aos títulos de rendimento variável.

O montante médio investido diminuiu um pouco em relação ao ano anterior, uma vez que houve necessidade de fazer face a necessidades de tesouraria por via da compra dos activos e passivos da MAPFRE CAUCIÓN Y CRÉDITO e do pagamento de dividendos, conforme se detalha mais adiante a propósito do fluxo de caixa.

Foi um ano de forte instabilidade financeira que tocou a base do funcionamento dos mercados, tendo-se verificado uma enorme falta de liquidez, facto com que a economia nunca se tinha defrontado.

Isso provocou uma baixa generalizada dos mercados, com oscilações muito fortes na cotação de alguns títulos e fez com que as taxas de juro tivessem

iniciado uma escalada significativa que os bancos centrais e os governos tentaram parar, os primeiros injectando fundos no mercado e baixando as taxas directoras, e os segundos concedendo garantias estatais aos empréstimos, no sentido de restabelecer a confiança, a qual, contudo, ainda está longe de acontecer.

Investimento médio

CONCEITO	ANO 2007		ANO 2007*		ANO 2008	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Rendimento fixo	87,81	54,2	93,45	63,6	102,37	72,3
Rendimento variável	17,97	11,1	16,97	11,5	16,53	11,7
Imóveis	22,32	13,7	-	-	-	-
Depósitos a prazo	14,53	9,0	15,71	10,7	8,03	5,7
Depósitos à ordem remun.	19,41	12,0	20,91	14,2	14,62	10,3
Total	162,04	100,0	147,04	100,0	141,55	100,0

VALOR EM MILHÕES DE EUROS

* VALORES PRÓ-FORMA, MAPFRE SEGUROS GERAIS + MAPFRE CAUCIÓN Y CRÉDITO E SEM IMÓVEIS

Por esse motivo, foi necessário efectuar alguns movimentos de recomposição da carteira de investimentos, o que obrigou à realização de aproximadamente 1,4 milhões de euros de menos valias, facto que implicou a descida da taxa de rentabilidade financeira global.

Além disso, o conjunto dos investimentos em carteira no final do ano não poderia deixar de ser afectado por esta conjuntura, tendo registado uma desvalorização 5,61 milhões de euros. Deste valor, 1,3 milhões de euros foram reconhecidos como imparidade e os restantes 4,31 reflectidos em capitais próprios na reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor, de acordo com as normas.

Taxa de rentabilidade dos investimentos

CONCEITO	ANOS					
	2004	2005	2006	2007	2007*	2008
Investimento médio (milhões de euros)	109,70	127,01	144,94	162,04	147,04	141,55
Taxa rentabilidade sem mais e menos valias realizadas	4,0%	4,3%	3,7%	4,3%	4,1%	4,6%
Taxa de rentabilidade total	3,8%	3,6%	5,9%	4,9%	4,7%	3,6%

* VALORES PRÓ-FORMA, MAPFRE SEGUROS GERAIS + MAPFRE CAUCIÓN Y CRÉDITO E SEM IMÓVEIS

8. Resultados

Não obstante todo o contexto descrito anteriormente, foi possível manter a rentabilidade em nível aceitável, tendo o resultado líquido atingido os 4,39 milhões de euros.

Este resultado encontra-se influenciado pelo reconhecimento de duas imparidades –cerca de 1,3 milhões de euros em investimentos financeiros e

0,3 milhões de euros em imóveis– externas à actividade corrente, sem as quais teria atingido os 5,57 milhões de euros e superaria o do ano anterior, considerando este como o valor agregado da MAPFRE SEGUROS GERAIS e da MAPFRE CAUCIÓN Y CRÉDITO.

Evolução do volume de resultados

CONCEITO	ANOS					
	2004	2005	2006	2007	2007*	2008
Resultado líquido	3,28	4,32	5,23	5,55	5,49	4,39
Resultado antes impostos	4,61	6,44	7,07	7,50	7,44	5,99

MILHÕES EUROS

* VALORES PRÓ-FORMA, MAPFRE SEGUROS GERAIS + MAPFRE CAUCIÓN Y CRÉDITO

No resultado há que destacar a componente da sinistralidade que registou uma redução substancial, conforme detalhado anteriormente, o que reforçou a componente técnica do resultado, demonstrada pela assinalável melhoria do rácio combinado, líquido de resseguro, que passou de 100,1% para 97,0%.

O ramo Automóvel foi o que apresentou melhor rentabilidade, terminando com 6,77 milhões de euros de exploração, os ramos de Diversos registaram 2,91 milhões, Acidentes de Trabalho 1,76 milhões e Caução e Crédito apresentou uma perda de 3,86 milhões de euros, na qual se incluem 1,65 milhões de euros pela constituição da provisão para gastos de tramitação de sinistros, como já referenciamos, aquando da análise da sinistralidade.

Rentabilidade técnica

RAMOS	SINISTRALIDADE		GASTOS EXPLORAÇÃO		RÁCIO COMBINADO	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Automóvel	77,4	68,9	24,1	23,0	101,5	91,9
Diversos	58,2	33,1	39,5	38,4	97,7	71,5
Acidentes Trabalho	70,0	68,0	20,7	24,5	94,5	92,3
Caução e Crédito*	85,1	606,5	34,3	116,3	119,4	722,9
Total	74,5	71,2	25,6	25,8	100,1	97,0

PERCENTAGEM

VALORES A PRÉMIOS ADQUIRIDOS E LÍQUIDOS DE RESSEGURO

* EM 2007 NÃO FAZIA PARTE DA MAPFRE SEGUROS GERAIS

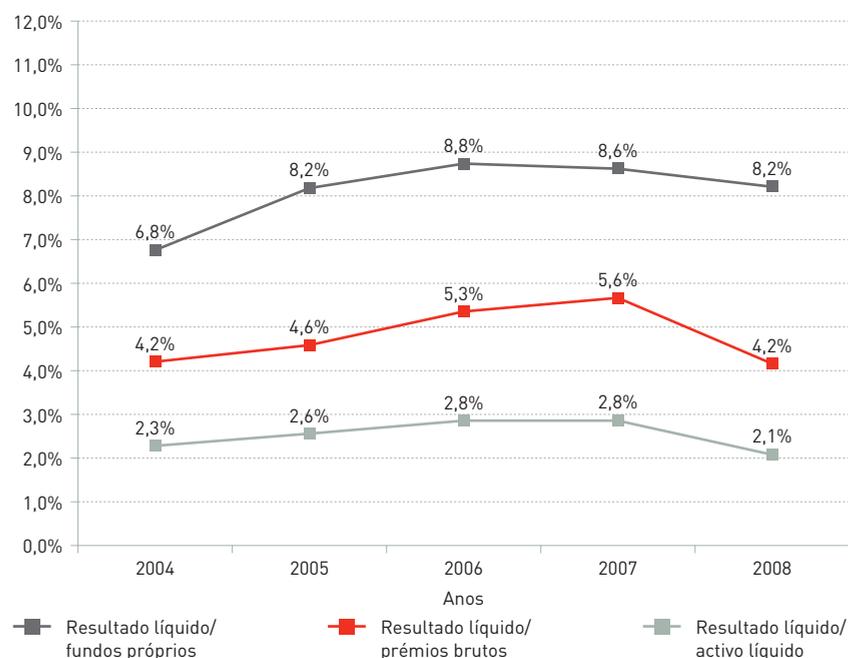
Da análise da evolução de alguns rácios de rentabilidade, que apresentamos no gráfico anexo, podemos destacar os seguintes aspectos:

- Uma pequena descida da rentabilidade dos fundos próprios derivada do efeito conjunto da diminuição destes (conforme se detalha no ponto seguinte, a propósito da solvência) e dos resultados;

- Uma diminuição mais nítida da rentabilidade dos prémios, em função do aumento destes pela incorporação dos ramos de Caução e Crédito, bem como da descida dos resultados;

— Uma pequena diminuição da rentabilidade do activo líquido, relacionada com o aumento deste, por via da incorporação das provisões técnicas dos ramos de Caução e Crédito, acompanhada da descida dos resultados;

Rácios de rentabilidade



9. Solvência

No exercício 2008, o nível de fundos próprios foi influenciado por dois eventos não recorrentes:

- Os ajustamentos inerentes à alteração de critérios, por motivo da entrada em vigor do novo plano de contas, no montante global de 6,21 milhões de euros;
- A amortização do fundo de comércio resultante da compra dos activos e passivos da Agência Geral da MAPFRE CAUCIÓN Y CRÉDITO, no montante de 4,63 milhões de euros.

Sofreram, ainda, o impacto do comportamento negativo dos mercados financeiros por um valor de 3,17 milhões de euros, constituído por 4,31 milhões de euros de desvalorização da carteira de investimentos menos 1,14 milhões correspondentes à reserva por impostos diferidos associada.

Além disso, procedeu-se à distribuição de dividendos e de reservas livres, nos montantes de 1 e 2 milhões de euros, respectivamente.

Não obstante estes factos, o assinalável nível de capitalização existente no final de 2007 permitiu absorver estes impactos, situando-se o nível de cobertura, no final do exercício 2008, nos 334%.

Num momento em que os mercados financeiros foram assolados por temores de insuficiente solvência, é com agrado que registamos que a MAPFRE SEGUROS GERAIS, muito provavelmente, continuará a ser uma das referências de mercado, apresentando uma taxa de cobertura assinalável.

Por outro lado, apesar da diminuição do volume dos fundos próprios descrita, o incremento verificado no nível das provisões técnicas permitiu manter praticamente ao mesmo nível o rácio resultante do somatório destas duas rubricas em relação aos prémios emitidos, que designamos por suficiência de capitalização.

Evolução dos rácios de solvência

CONCEITO	ANOS				
	2004	2005	2006	2007	2008
Margem de solvência	447%	404%	427%	435%	334%
Suficiência de capitalização*	163%	156%	171%	180%	179%

* FUNDOS PRÓPRIOS MAIS PROVISÕES TÉCNICAS SOBRE PRÉMIOS EMITIDOS

No que respeita à cobertura das provisões técnicas, com a alteração do critério de contabilização dos imóveis, que deixaram de estar registados a valor de mercado passando a estar ao custo amortizado, diminuiu o valor dos activos aptos a representar provisões.

Pese embora este facto, a taxa de cobertura continua a ser muito confortável, situando-se em 120%.

Evolução da cobertura das provisões técnicas

CONCEITO	ANOS				
	2004	2005	2006	2007	2008
Cobertura provisões técnicas	154%	152%	145%	143%	120%

10. Cobranças

Apesar da evolução menos favorável dos prémios emitidos e das dificuldades económicas sentidas ao longo do ano 2008, o comportamento das cobranças acabou por ser bastante aceitável, apresentando um aumento de 0,2%.

Como é normal, tal aumento foi conseguido à custa dos ramos que mais cresceram em prémios - Diversos e Acidentes de Trabalho - tendo em Diversos superado mesmo a taxa de crescimento destes, o que permitiu compensar a perda associada ao ramo Automóvel que acompanhou a dos prémios.

Em Caução e Crédito, verificou-se uma diminuição, muito influenciada pelo processo de migração tecnológica que obrigou a uma adaptação da organização em relação ao *modus operandi* existente e que, numa primeira fase, causou alguma entropia, obrigando, inclusive a uma reformulação do fluxo.

DO TOTAL DE COLABORADORES, 56% PERTENCEM AO SEXO MASCULINO E 43% AO SEXO FEMININO, PERCENTAGENS QUE REVELAM UM EQUILÍBRIO INTERESSANTE E PARECEM EVIDENCIAR QUE A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES É EFECTIVAMENTE PRATICADA

Evolução do volume de cobranças

RAMOS	2006		2007		2008	
	VALOR	% INC.	VALOR	% INC.	VALOR	% INC.
Automóvel	68,31	1,3	64,43	-5,7	61,00	-5,3
Diversos	18,16	21,0	20,76	14,3	24,80	19,5
Acidentes Trabalho	24,07	4,2	25,48	5,9	26,73	4,9
Caução e Crédito*	-	-	9,75	-	8,18	-3,2
Total	110,54	4,7	120,42	0,8	120,71	0,2%

VALOR EM MILHÕES DE EUROS

* NOS ANOS 2006 E 2007 NÃO ERAM EXPLORADOS PELA MAPFRE SEGUROS GERAIS E NÃO SE DISPÕE DE DADOS COMPARÁVEIS PARA O ANO 2006.

Como consequência desta evolução, a percentagem de prémios pendentes de cobrança reduziu-se um ponto percentual, fixando-se em 8,1%, o valor mais baixo de sempre.

O prazo médio de cobrança diminuiu para 30 dias reflectindo, também, essa melhoria e a provisão de recibos por cobrar, ao respeitar especialmente a recibos mais antigos, cuja dinâmica de resolução é muito menor, reforçou substancialmente o seu peso em relação à massa de prémios pendentes.

Evolução de alguns indicadores de cobranças

CONCEITO	ANOS					
	2004	2005	2006	2007	2007*	2008
Prémios por cobrar/ Prémios brutos emitidos	10,7%	9,7%	8,8%	8,8%	9,1%	8,1%
Provisão recibos por cobrar/ Prémios por cobrar	28,0%	31,3%	28,1%	27,2%	26,4%	31,1%
Prazo médio de cobrança (dias)	39	35	32	32	33	30

* DADOS PRÓ-FORMA, MAPFRE SEGUROS GERAIS + MAPFRE CAUCIÓN Y CRÉDITO

11. Fluxo de caixa

No ano 2008, para além dos movimentos normais próprios do exercício da actividade, que aportaram 1,7 milhões de euros, o fluxo de caixa foi influenciado pelo pagamento da compra dos activos e passivos dos ramos de Caução e Crédito, pelo valor líquido de 2,5 milhões de euros, entendendo-se este como o valor pago menos o activo de depósitos bancários adquirido.

Além disso, houve lugar à distribuição de dividendos e de reservas livres por um montante global de 3 milhões de euros, bem como o pagamento de 2 milhões de euros de impostos, enquanto que os movimentos relacionados com os investimentos financeiros aportaram cerca de 8 milhões de euros, no conjunto de compras, vendas e rendimentos.

No cômputo global, o fluxo líquido de caixa gerado foi de 2,16 milhões de euros.

12. Recursos Humanos

Na sequência da aquisição dos activos e passivos da Agência Geral da MAPFRE CAUCIÓN E CRÉDITO, verificou-se a incorporação de 38 novos colaboradores no quadro da MAPFRE SEGUROS GERAIS, o qual ficou constituído por um total de 314 pessoas no final do ano.

Esta incorporação constituiu um teste à capacidade de integração do conjunto dos colaboradores e podemos afirmar que o mesmo foi superado com sucesso.

Do total de colaboradores, 56% pertencem ao sexo masculino e 43% ao sexo feminino, percentagens que revelam um equilíbrio interessante e parecem evidenciar que a igualdade de oportunidades é efectivamente praticada.

Cerca de 55% dos efectivos situam-se num intervalo de idades entre os 30 e os 40 anos, sendo a idade média geral de 37,6 anos.

Por outro lado, cerca de 75% possuem mais de 6 anos de experiência e 40% possuem mesmo mais de 10 anos, o que demonstra o razoável grau de maturidade do quadro de colaboradores.

A percentagem dos que possuem formação académica superior é de 39%, tendo-se incrementado 2,3 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

Cerca de 53% dos efectivos encontram-se adstritos a funções de contacto directo com o cliente, repartindo-se em 48% nos escritórios comerciais e 5% no *call-centre*.

Conforme o previsto nos objectivos estratégicos, foi executado um plano de formação, este ano mais focado na formação técnica, em virtude da incorporação dos novos colaboradores oriundos dos ramos de Caução e Crédito.

O número total de horas de formação ascendeu a 10.866, na sua maioria ministradas internamente, correspondendo a uma média de 35 horas por empregado.

A rotatividade tem-se situado ao longo dos anos num nível bastante baixo e acentuou essa descida em 2008, representando actualmente 1,9%, isto é, um valor praticamente residual.

Como tem vindo a ser hábito ao longo dos anos, também este ano, diversos colaboradores participaram em acções sociais de voluntariado.

V – Objectivos para 2009

Para o ano 2009 a estratégia a desenvolver continuará subordinada aos dois grandes macro objectivos de crescimento e rentabilidade.

Conscientes de que as dificuldades económicas, amplamente abordadas nos capítulos anteriores, constituirão uma barreira ao

desenvolvimento da actividade, parece não ser realista pressupor fortes crescimentos, tendo-se quantificado um objectivo de 1,5%.

Mesmo assim, cremos que tal só será possível através da realização de esforços acrescidos para manter a competitividade e aumentar a satisfação dos clientes mediante uma maior quantidade e qualidade dos serviços oferecidos.

Por isso, pretende-se apostar fortemente na retenção de clientes, através da gestão proactiva das renovações, aproveitando o *software* destinado a campanhas de fidelização que foi desenvolvido ao longo do ano 2008.

Por outro lado, continuarão a ser realizadas acções de desenvolvimento orgânico da rede de distribuição e de reforço das parcerias estratégicas com entidades que aportem um canal de distribuição, bem como na identificação de novas oportunidades a este nível, com o objectivo último de incrementar o número de pontos de venda.

Ainda que a estratégia de distribuição esteja longe de se focar na *internet*, não queremos deixar de marcar presença neste canal pelo que será melhorado o site institucional, será criada uma área de serviço a clientes e será disponibilizada a contratação *on-line* de alguns produtos.

Ao nível das condições de subscrição, prevê-se melhorar o fluxo dos ramos de massa e continuará a observar-se uma política rigorosa que, apoiada numa gestão eficaz dos sinistros, permita conter a taxa de sinistralidade.

No caso concreto do ramo de Crédito, será dado seguimento ao plano especial que foi posto em prática na segunda metade de 2008, com o objectivo de conter a sinistralidade mas que poderá reduzir o volume de prémios num montante aproximado de 2,5 milhões de euros que dificultará a consecução do objectivo de crescimento.

Apesar da companhia apresentar um rácio inferior à média do mercado, a vertente dos gastos de gestão continuará a merecer uma atenção especial, estando previsto um controlo permanente dos desvios orçamentais, a implementação de uma política de fornecedores e alguns projectos de automatização de processos de forma a aumentar a produtividade.

Em matéria de gestão de riscos e controlo interno, espera-se consolidar a nova estrutura orgânica criada para o efeito, incrementar a cultura de risco da organização, definir parâmetros e medir a exposição aos riscos, potenciar a implementação de planos de acção que os minimizem e desenvolver pontos de controlo interno.

Encontra-se previsto implementar um plano abrangente de formação dos colaboradores, com o objectivo de garantir as competências necessárias à prestação de serviços com a qualidade que nos será exigida.

Assumindo a quota parte de responsabilidade que nos cabe na sociedade civil, está em preparação um plano de actividades de responsabilidade social e ambiental, em colaboração com a *FUNDACIÓN*

MAPFRE, com iniciativas ao nível da prevenção rodoviária, acções de apoio a idosos e promoção junto de instituições de ensino de trabalhos de investigação e seminários.

Finalmente, uma referencia ao processo de reorganização empresarial, que continuará a ser desenvolvido através da optimização da alocação dos recursos integrados e do processo de constituição da nova sociedade de Vida que inclui a migração do sistema informático.

VI – Agradecimentos

Parece ser já um lugar comum mas a realidade é que sem a colaboração das mais diversas pessoas e entidades não teria sido possível conseguir realizar tudo o que foi anteriormente retratado.

Por isso, queremos deixar aqui expresso um grande e sincero agradecimento:

- Aos accionistas que continuaram a confiar na capacidade de toda a equipa;
- Aos clientes que permaneceram connosco ao longo de mais um ano e aos que apostaram em nós pela primeira vez, com o compromisso de continuar a trabalhar afincadamente no sentido de lhes prestar um serviço de qualidade e de superar as suas expectativas;
- A todos os trabalhadores que com a sua implicação permitiram realizar a maioria dos objectivos a que nos propusemos;
- À rede de distribuição, constituída por agentes delegados, exclusivos, preferenciais, corretores, multi-companhia e outros colaboradores, nomeadamente banca e acordos especiais, por acreditarem na parceria e assegurarem um papel importante na ligação com os clientes;
- Aos Resseguradores por contribuírem para a concepção das melhores soluções para os nossos clientes;
- Aos Co-seguradores pela partilha de riscos e experiências;
- Aos Fornecedores em geral pelo importante contributo na prestação de um serviço de qualidade;
- Ao Actuário Externo pelas suas oportunas contribuições;
- Ao Conselho Fiscal pela estreita colaboração continuamente revelada;
- Ao Revisor Oficial de Contas pelo acompanhamento permanente;
- Ao Instituto de Seguros de Portugal pelo exercício do seu papel regulador e pela disponibilidade demonstrada em todas as solicitações;
- À Associação Portuguesa de Seguradores pela permanente colaboração formal e informal;
- A todos os que, de alguma forma, prestaram a sua colaboração;

VII – Aplicação de resultados

No ano 2008 foi aprovada a distribuição de reservas livres no montante de 2.000.000 de euros, tendo a mesma sido efectivada no mês de Dezembro.

Não obstante a forte capitalização actual da empresa, propomos que o resultado líquido do exercício, no montante de 4.394.787,49 euros (Quatro milhões trezentos e noventa e quatro mil setecentos e oitenta e sete euros e quarenta e nove cêntimos), seja aplicado no reforço da mesma, destinando a parte restante para distribuição de dividendos, de acordo com os seguintes valores:

– *Reserva legal*: 439.478,75 (Quatrocentos e trinta e nove mil quatrocentos e setenta e oito euros e setenta e cinco cêntimos)

– *Resultados transitados*: 735.615,89 (Setecentos e trinta e cinco mil seiscentos e quinze euros e oitenta e nove cêntimos), resultantes das alterações de critérios contabilísticos associados à entrada em vigor do novo plano de contas

– *Reserva livre*: 2.219.692,85 (Dois milhões duzentos e dezanove mil seiscentos e noventa e dois euros e oitenta e cinco cêntimos)

– *Distribuição de dividendos*: 1.000.000,00 (Um milhão de euros)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
PRESIDENTE	Pedro de Macedo Coutinho de Almeida
VICE-PRESIDENTE	Filipe Dumont dos Santos
SECRETÁRIO	Claudio Antonio Ramos Rodriguez
VOGAIS	Antonio Eraso Campuzano
	António Manuel Cardoso Belo (Administrador Delegado)
	Bernabé Gordo Pin
	Jesús Garcia Arranz
	José Luis Joló Marin
	Melchor Garcia Garcia
	Rafael Galarraga Solores



CONTAS ANUAIS 2008



Balanço

ACTIVO	EXERCÍCIO			EXERCÍCIO ANTERIOR
	VALOR BRUTO	IMPARIDADE, DEPRECIACÕES/ AMORTIZAÇÕES OU AJUSTAMENTOS	VALOR LÍQUIDO	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	12.596.262,92		12.596.262,92	10.438.273,61
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00		0,00	0,00
Activos financeiros detidos para negociação	0,00		0,00	0,00
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	0,00		0,00	0,00
Derivados de cobertura	0,00		0,00	0,00
Activos financeiros disponíveis para venda	120.221.465,07		120.221.465,07	114.022.588,96
Empréstimos concedidos e contas a receber	6.820.483,07		6.820.483,07	16.415.791,90
Depósitos junto de empresas cedentes	0,00		0,00	0,00
Outros depósitos	6.820.483,07		6.820.483,07	16.415.791,90
Empréstimos concedidos	0,00		0,00	0,00
Contas a receber	0,00		0,00	0,00
Outros	0,00		0,00	0,00
Investimentos a deter até à maturidade	0,00		0,00	0,00
Terrenos e edifícios	20.302.097,47	3.439.221,71	16.862.875,76	16.923.152,18
Terrenos e edifícios de uso próprio	19.840.876,09	3.357.529,07	16.483.347,02	15.220.863,64
Terrenos e edifícios de rendimento	461.221,38	81.692,64	379.528,74	1.702.288,54
Outros activos tangíveis	6.345.457,88	4.983.270,93	1.362.186,95	1.108.730,84
Inventários	0,00		0,00	0,00
Goodwill	0,00		0,00	0,00
Outros activos intangíveis	4.494.713,59	3.900.359,97	594.353,62	678.881,16
Provisões técnicas de resseguro cedido	28.909.754,09	0,00	28.909.754,09	11.773.813,75
Provisão para prémios não adquiridos	5.535.960,10		5.535.960,10	4.372.601,69
Provisão matemática do ramo vida				
Provisão para sinistros	23.373.793,99		23.373.793,99	7.401.212,06
Provisão para participação nos resultados	0,00		0,00	0,00
Provisão para compromissos de taxa				
Provisão para estabilização de carteira				
Outras provisões técnicas	0,00		0,00	0,00
Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	2.030.030,78		2.030.030,78	1.572.880,29
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	21.854.029,56	3.314.884,34	18.539.145,22	17.592.764,19
Contas a receber por operações de seguro directo	17.368.603,81	3.021.492,95	14.347.110,86	14.412.465,69
Contas a receber por operações de resseguro	269.681,08		269.681,08	27.874,26
Contas a receber por outras operações	4.215.744,67	293.391,39	3.922.353,28	3.152.424,24
Activos por impostos e taxas	2.377.363,00	0,00	2.377.363,00	1.386.878,13
Activos por impostos correntes	456.839,84		456.839,84	417.237,15
Activos por impostos diferidos	1.920.523,16		1.920.523,16	969.640,98
Acréscimos e diferimentos	55.869,56		55.869,56	89.143,91
Outros elementos do activo	0,00		0,00	0,00
Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	0,00		0,00	0,00
TOTAL ACTIVO	226.007.526,99	15.637.736,95	210.369.790,04	192.002.898,92

VALORES EXPRESSOS EM EUROS

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR
PASSIVO		
Provisões técnicas	135.653.441,22	111.662.245,17
Provisão para prémios não adquiridos	26.628.538,62	28.152.702,63
Provisão matemática do ramo vida		
Provisão para sinistros	105.883.869,74	82.759.764,12
De vida		
De acidentes de trabalho	25.718.281,14	24.813.857,63
De outros ramos	80.165.588,60	57.945.906,49
Provisão para participação nos resultados	0,00	0,00
Provisão para compromissos de taxa		
Provisão para estabilização de carteira		
Provisão para desvios de sinistralidade	2.404.310,61	340.927,31
Provisão para riscos em curso	736.722,25	408.851,11
Outras provisões técnicas	0,00	
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	0,00	
Outros passivos financeiros	772.811,81	-1.505,42
Derivados de cobertura	0,00	
Passivos subordinados	0,00	
Depósitos recebidos de resseguradores	772.811,81	-1.505,42
Outros	0,00	
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	1.644.451,31	942.530,26
Outros credores por operações de seguros e outras operações	10.432.541,00	10.712.758,12
Contas a pagar por operações de seguro directo	7.201.207,78	5.798.452,14
Contas a pagar por operações de resseguro	2.784.883,01	3.579.648,86
Contas a pagar por outras operações	446.450,21	1.334.657,12
Passivos por impostos	3.272.228,31	4.508.342,48
Passivos por impostos correntes	3.170.049,75	3.867.340,26
Passivos por impostos diferidos	102.178,56	641.002,22
Acréscimos e diferimentos	3.949.685,95	2.888.216,85
Outras provisões	1.249.473,98	1.339.257,60
Outros elementos do passivo		
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	0,00	
TOTAL PASSIVO	156.974.633,58	132.051.845,06
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital	33.108.650,00	33.108.650,00
[Acções Próprias]	0,00	0,00
Outros instrumentos de capital	0,00	0,00
Reservas de reavaliação	-2.525.894,14	1.788.526,28
Por ajustamentos no justo valor de de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-2.525.894,14	1.788.526,28
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	0,00	
Por revalorização de outros activos tangíveis	0,00	
Por revalorização de activos intangíveis	0,00	
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	0,00	
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	0,00	
De diferenças de câmbio	0,00	
Reserva por impostos diferidos	669.361,95	-473.959,46
Outras reservas	18.483.867,05	20.558.664,26
Resultados transitados	-735.615,89	-494.392,67
Resultado do exercício	4.394.787,49	5.463.565,45
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	53.395.156,46	59.951.053,86
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	210.369.790,04	192.002.898,92

CONTA DE GANHOS E PERDAS	EXERCÍCIO				EXERCÍCIO ANTERIOR
	TÉCNICA VIDA	TÉCNICA NÃO-VIDA	NÃO TÉCNICA	TOTAL	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro		84.558.645,57		84.558.645,57	82.257.892,13
Prémios brutos emitidos		105.585.286,03		105.585.286,03	98.535.528,13
Prémios de resseguro cedido		24.044.720,72		24.044.720,72	17.590.367,02
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		-2.305.733,78		-2.305.733,78	-200.958,94
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		712.346,48		712.346,48	1.111.772,08
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços				0,00	0,00
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		60.895.537,52		60.895.537,52	62.455.354,73
Montantes pagos		57.828.074,16		57.828.074,16	54.671.030,54
Montantes brutos		69.292.822,50		69.292.822,50	61.351.317,63
Parte dos resseguradores		11.464.748,34		11.464.748,34	6.680.287,09
Provisão para sinistros (variação)		3.067.463,36		3.067.463,36	7.784.324,19
Montante bruto		10.063.745,97		10.063.745,97	8.842.690,34
Parte dos resseguradores		6.996.282,61		6.996.282,61	1.058.366,15
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)		159.666,30		159.666,30	396.017,84
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)					
Montante bruto					
Parte dos resseguradores					
Participação nos resultados, líquida de resseguro		-186.695,53		-186.695,53	0,00
Custos e gastos de exploração líquidos		20.811.391,47		20.811.391,47	19.154.886,22
Custos de aquisição		20.392.713,50		20.392.713,50	17.325.680,64
Custos de aquisição diferidos (variação)		73.695,75		73.695,75	173.692,33
Gastos administrativos		4.714.178,62		4.714.178,62	4.396.693,52
Comissões e participação nos resultados de resseguro		4.369.196,40		4.369.196,40	2.741.180,27
Rendimentos		6.797.134,44	0,00	6.797.134,44	6.274.099,60
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		5.729.429,58		5.729.429,58	4.671.227,70
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				0,00	0,00
Outros		1.067.704,86		1.067.704,86	1.602.871,90
Gastos financeiros		772.607,18	0,00	772.607,18	549.815,67
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		249.916,77		249.916,77	213.517,72
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				0,00	0,00
Outros		522.690,41		522.690,41	336.297,95
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		-1.406.641,67	0,00	-1.406.641,67	827.727,32
De activos disponíveis para venda		-1.413.487,22		-1.413.487,22	848.527,87
De empréstimos e contas a receber				0,00	0,00
De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
De outros		6.845,55		6.845,55	-20.800,55

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	EXERCÍCIO			EXERCÍCIO ANTERIOR	
	TÉCNICA VIDA	TÉCNICA NÃO-VIDA	NÃO TÉCNICA		
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00	0,00
De activos e passivos financeiros detidos para negociação				0,00	0,00
De activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas				0,00	0,00
Diferenças de câmbio				0,00	0,00
Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				0,00	0,00
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)		1.600.469,93	0,00	1.600.469,93	0,00
De activos disponíveis para venda		1.299.653,78		1.299.653,78	0,00
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado				0,00	0,00
De investimentos a deter até à maturidade				0,00	0,00
De outros		300.816,15		300.816,15	0,00
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		21.792,19		21.792,19	-23.819,16
Outras provisões (variação)			184.923,40	184.923,40	-96.443,14
Outros rendimentos/gastos			260.416,20	260.416,20	524.061,92
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas				0,00	0,00
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				0,00	0,00
Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda				0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		5.917.953,66	75.492,80	5.993.446,46	7.400.330,49
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes		2.093.564,88		2.093.564,88	1.945.607,90
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos		-494.905,91		-494.905,91	-8.842,86
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		4.319.294,69	75.492,80	4.394.787,49	5.463.565,45

VALORES EXPRESSOS EM EUROS

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL					RESERVAS DE REAVALIAÇÃO			
	CAPITAL SOCIAL	ACÇÕES PRÓPRIAS	INSTRUMENTOS FINANCEIROS COMPOSTOS	PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES	OUTROS	POR AJUSTAMENTOS NO JUSTO VALOR DE INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	POR AJUSTAMENTOS NO JUSTO VALOR DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	POR REVALORIZAÇÃO DE TERRENOS E EDIFÍCIOS DE USO PRÓPRIO	POR REVALORIZAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS
Balança a 31 de Dezembro 2007 (balança de abertura)	33.108.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.458.900,85	3.483.265,44	0,00
Correcções de erros (IAS 8) - Nota 35							-761.061,82	127.691,97	
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8) - Nota 35							-909.312,75	-3.610.957,41	
Balança de abertura alterado	33.108.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.788.526,28	0,00	0,00
Aumentos/reduções de capital									
Transacção de acções próprias									
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos									
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda							-4.314.420,42		
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio									
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de outros activos tangíveis									
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de activos intangíveis									
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa									
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira									
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio									
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos									
Aumentos de reservas por aplicação de resultados									
Distribuição de reservas									
Distribuição de lucros/prejuízos									
Alterações de estimativas contabilísticas									
Outros ganhos/ perdas reconhecidos directamente no capital próprio									
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas									
Total das variações do capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-4.314.420,42	0,00	0,00
Resultado líquido do período									
Distribuição antecipada de lucros									
Balança a 31 de Dezembro 2008	33.108.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.525.894,14	0,00	0,00

VALORES EXPRESSOS EM EUROS

RESERVAS DE REAVALIAÇÃO					OUTRAS RESERVAS							
POR REVALORIZAÇÃO DE ACTIVOS INTANGÍVEIS	DE INSTRUMENTOS DE COBERTURA EM COBERTURAS DE FLUXOS DE CAIXA	DE COBERTURA DE INVESTIMENTOS LÍQUIDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA	DE DIFERENÇAS DE CÂMBIO	RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS	RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTÁRIA	PRÉMIOS DE EMISSÃO	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TOTAL	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.081.735,91	0,00	2.979.548,04	15.497.380,31	0,00	5.554.881,47	66.164.362,02	
									633.369,85		0,00	
				-473.959,46					-1.220.464,25		-6.214.693,87	
0,00	0,00	0,00	0,00	-473.959,46	2.081.735,91	0,00	2.979.548,04	15.497.380,31	-587.094,40	5.554.881,47	59.949.668,15	
											0,00	
											0,00	
											0,00	
				1.143.321,41							-3.171.099,01	
											0,00	
											0,00	
											0,00	
											0,00	
											0,00	
									-148.521,49		-148.521,49	
					555.488,15			4.999.393,32		-5.554.881,47	0,00	
									-2.000.000,00		-2.000.000,00	
									-1.000.000,00		-1.000.000,00	
											0,00	
											0,00	
									-4.629.678,68		-4.629.678,68	
											0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	1.143.321,41	555.488,15	0,00	0,00	-2.630.285,36	-148.521,49	-5.554.881,47	-10.949.299,18	
										4.394.787,49	4.394.787,49	
											0,00	
0,00	0,00	0,00	0,00	669.361,95	2.637.224,05	0,00	2.979.548,04	12.867.094,96	-735.615,89	4.394.787,49	53.395.156,46	

Notas ao balanço e conta de ganhos e perdas

Em 31 de Dezembro de 2008

Contas Individuais

1. Informações gerais

A MAPFRE SEGUROS GERAIS foi constituída por escritura em 30 de Dezembro de 1997, formalmente considerada sociedade anónima de seguros pela Norma n.º 2/98-A do ISP e iniciou a sua actividade em 1 de Abril de 1998.

A sociedade foi constituída em Portugal e o seu domicílio social encontra-se em Lisboa na Rua Castilho, 52.

Encontra-se autorizada e explora a totalidade dos Ramos de Seguros Não Vida, definidos no Dec. Lei 94-B/98 incluindo os Ramos de seguro de Crédito e Caução, cuja exploração iniciou em 1 de Janeiro de 2008, a partir da autorização obtida no decurso do exercício de 2007.

Em Portugal, a estrutura da MAPFRE SEGUROS GERAIS tem as seguintes características:

A) Serviços centrais

Nestes serviços encontram-se as áreas técnicas e administrativas da gestão da empresa.

B) Rede MAPFRE

A extensa rede territorial integra os seguintes elementos:

— Escritórios directos: são escritórios dotados com um quadro de colaboradores interno, onde se realizam fundamentalmente tarefas comerciais, atendimento ao público, apoio à rede de agentes e emissão de apólices de ramos de massa.

— Escritórios delegados: são escritórios dirigidos por um agente com contrato de exclusividade em que o seu trabalho assenta na venda de produtos MAPFRE.

— Agentes: A MAPFRE conta com um elevado número de agentes, tanto ao nível do negócio de particulares como de grandes negócios.

— Acordos especiais: A companhia tem estabelecido alguns acordos com instituições financeiras e outras.

A companhia adquiriu, com efeito a 1 de Janeiro de 2008, a carteira de apólices, bem como os respectivos activos e passivos, à Agência Geral em Portugal da MAPFRE CAUCIÓN Y CRÉDITO Compañía Internacional de Seguros y Reaseguros, S.A., conforme Nota 33.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007 e com as alterações introduzidas pela Norma Regulamentar n.º 20/2007, ambas dos Instituto de Seguros de Portugal. Por não serem aplicáveis ou por irrelevância dos valores ou situações a reportar, algumas notas não são referidas neste Anexo.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008 foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 02 de Março de 2009.

As demonstrações financeiras da companhia relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 estão pendentes de aprovação pela Assembleia-geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. Informação por segmentos

A MAPFRE SEGUROS GERAIS, exerce a sua actividade nos Ramos Não Vida, segura riscos sediados em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira e apresentava no fim do exercício de 2008 a seguinte composição de carteira de prémios, que não apresenta, uma alteração significativa em relação ao exercício anterior:

EXERCÍCIO DE 2008						
ACIDENTES E DOENÇA	INCÊNDIO E OUTROS DANOS	AUTOMÓVEL	MARÍTIMO E TRANSPORTES	RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	CRÉDITO E CAUÇÃO	DIVERSOS
23%	13%	51%	1%	4%	7%	1%

No apuramento da composição da carteira de prémios relativa ao exercício de 2007, que se segue, e no sentido de permitir a comparabilidade da informação, foi considerado o efeito do volume da prémios processados nos ramos de Caução e Crédito pela entidade detentora desta carteira no exercício de 2007.

EXERCÍCIO DE 2007						
ACIDENTES E DOENÇA	INCÊNDIO E OUTROS DANOS	AUTOMÓVEL	MARÍTIMO E TRANSPORTES	RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	CRÉDITO E CAUÇÃO	DIVERSOS
21%	14%	54%	1%	2%	7%	1%

Nos exercícios de 2007 e 2008 a totalidade da actividade desenvolvida pela Companhia foi realizada em território nacional, pelo que não é apresentada qualquer informação por sectores geográficos.

Para efeitos de gestão, a Companhia está organizada por unidades de negócio baseadas nos tipos de produtos que explora, agrupados nos segmentos reportáveis de Automóvel, Acidentes, Incêndio e Outros Danos em Coisas, Caução e Crédito e Outros negócios. A definição destes segmentos de negócios foi efectuada tendo em conta a similitude da natureza dos riscos associados a cada produto explorado, a similitude dos processos de exploração destes negócios e a organização e processos de gestão em vigor na Companhia.

2.1. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

Apresenta-se de seguida a Conta de Ganhos e Perdas por segmentos operacionais evidenciando-se a sua ligação com a Conta de Ganhos e Perdas global da Companhia. Relativamente ao Balanço, optou-se por apresentar apenas as rubricas de Activos a representar provisões técnicas e de Provisões Técnicas por segmentos, por serem estas as rubricas mais representativas dos activos e passivos directamente relacionados com os segmentos de negócios e por não se encontrar disponível informação dos restantes activos e passivos por segmentos de negócio.

EXERCÍCIO DE 2008						
RUBRICA	RAMOS NÃO VIDA	ACIDENTES E DOENÇA	INCÊNDIO E OUTROS DANOS	AUTOMÓVEL	CRÉDITO E CAUÇÃO	OUTROS
Prémios adq líq de resseg	84.558.645,57	22.735.987,66	4.143.542,15	54.161.027,13	1.526.858,67	1.991.229,96
Prémios brutos emitidos	105.585.286,03	24.079.775,91	14.433.647,54	53.562.486,65	7.922.683,96	5.586.691,97
Prémios de resseg cedido	24.044.720,72	1.254.146,87	10.575.603,06	2.385.098,49	6.510.076,07	3.319.796,23
Prov p/prémios ñ adq (var)	-2.305.733,78	66.902,94	503.521,17	-3.012.452,65	-172.896,53	309.191,29
Prov p/pr ñ adq p.ress (var)	712.346,48	-22.738,44	789.018,84	-28.813,68	-58.645,75	33.525,51
Ctos c/sinistros, líq resseg	60.895.537,52	15.727.556,14	2.578.257,17	37.268.684,87	5.593.459,65	-272.420,31
Montantes pagos	57.828.074,16	14.906.703,89	2.520.220,34	36.750.497,39	2.948.664,65	701.987,89
Montantes brutos	69.292.822,50	15.180.043,82	5.306.802,23	39.943.607,31	7.757.246,16	1.105.122,98
Parte dos resseg	11.464.748,34	273.339,93	2.786.581,89	3.193.109,92	4.808.581,51	403.135,09
Provisão para sinistros (var)	3.067.463,36	820.852,25	58.036,83	518.187,48	2.644.795,00	-974.408,20
Montante bruto	10.063.745,97	682.878,73	2.181.567,44	-1.059.774,69	7.102.446,79	1.156.627,70
Parte dos resseg	6.996.282,61	-137.973,52	2.123.530,61	-1.577.962,17	4.457.651,79	2.131.035,90
Out prov téc, líq resseg (var)	159.666,30	0,00	63.469,07	-28.515,31	492.935,35	-368.222,81
Particip rstdos, líq resseg	-186.695,53	0,00	0,00	0,00	-186.695,53	0,00
Ctos/gastos exploração líq	20.811.391,47	5.577.453,71	1.537.048,99	12.257.772,76	529.565,39	909.550,62
Custos de aquisição	20.392.713,50	4.716.525,61	3.037.233,57	9.897.969,99	1.568.945,53	1.172.038,80
Custos aquisição difer (var)	73.695,75	-26.303,48	-46.465,94	164.316,16	19.594,67	-37.445,66
Gastos administrativos	4.714.178,62	1.087.248,87	630.344,75	2.195.486,61	509.654,07	291.444,32
Comis/particip rstdos resseg	4.369.196,40	200.017,29	2.084.063,39	0,00	1.568.628,88	516.486,84
Rendimentos	6.797.134,44	1.405.862,77	577.227,11	3.299.787,45	1.174.599,93	339.657,17
De jur act financ ñ val jv gp	5.729.429,58	1.185.027,58	486.555,34	2.781.451,51	990.091,88	286.303,28
Outros	1.067.704,86	220.835,20	90.671,77	518.335,94	184.508,06	53.353,90
Gastos financeiros	772.607,18	159.799,65	65.611,44	375.075,63	133.512,78	38.607,68
De jur act financ ñ val jv gp	249.916,77	51.690,71	21.223,46	121.326,45	43.187,64	12.488,50
Outros	522.690,41	108.108,94	44.387,98	253.749,17	90.325,14	26.119,18
Ganh líq act/pass fin ñ val jv gp	-1.406.641,67	-290.938,07	-119.455,00	-682.878,73	-243.079,08	-70.290,79
De act disponíveis p/venda	-1.413.487,22	-292.353,94	-120.036,34	-686.202,02	-244.262,05	-70.632,86
De outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas imparidade (líq/rever)	1.600.469,93	331.027,89	135.915,31	776.976,04	276.574,18	79.976,51
De act disponíveis p/venda	1.299.653,78	268.809,58	110.369,36	630.939,59	224.590,71	64.944,53
De outros	300.816,15	62.218,31	25.545,95	146.036,45	51.983,47	15.031,98
Out rend/gtos téc, líq resseg	21.792,19	5.136,92	6.445,67	28.706,97	-19.988,34	1.490,97
RSTDO TÉCNICO	5.917.953,66	2.060.211,90	227.457,94	6.156.648,83	-4.400.960,64	1.874.595,63
Outras provisões (variação)	184.923,40					
Outros rendimentos/gastos	260.416,20					
RSTDO NÃO TÉCNICO	75.492,80					
RSTDO ANTES IMPOSTOS	5.993.446,46					
Imp s/rend exerc-Imp corrente	2.093.564,88					
Imp s/rend exerc-Imp diferido	-494.905,91					
RSTDO LIQUIDO EXERCICIO	4.394.787,49					
Activos a representar as PT	162.443.165,72	38.387.465,67	13.282.267,67	75.929.663,25	27.028.097,60	7.815.671,53
PTécnicas do seguro directo	135.653.441,22	28.057.429,87	11.519.978,71	65.855.328,74	23.442.014,31	6.778.689,59

EXERCÍCIO DE 2007						
RUBRICA	RAMOS NÃO VIDA	ACIDENTES E DOENÇA	INCÊNDIO E OUTROS DANOS	AUTOMÓVEL	CRÉDITO E CAUÇÃO	OUTROS
Prémios adq líq de resseg	82.257.892,13	21.403.254,13	3.425.882,40	55.787.467,03	0,00	1.641.288,57
Prémios brutos emitidos	98.535.528,13	22.576.867,50	14.613.294,98	58.260.493,63	0,00	3.084.872,02
Prémios de resseg cedido	17.590.367,02	1.107.367,88	10.840.718,12	4.273.019,01	0,00	1.369.262,01
Prov p/prémios ñ adq (var)	-200.958,94	80.574,85	1.275.490,21	-1.772.437,46	0,00	215.413,46
Prov p/pr ñ adq p.ress (var)	1.111.772,08	14.329,36	928.795,75	27.554,95	0,00	141.092,02
Ctos c/sinistros, líq resseg	62.455.354,73	16.469.029,74	2.488.186,35	43.201.903,77	0,00	296.234,87
Montantes pagos	54.671.030,54	12.766.340,37	2.426.884,95	38.618.406,31	0,00	859.398,91
Montantes brutos	61.351.317,63	12.864.644,58	5.768.747,23	41.217.312,06	0,00	1.500.613,76
Parte dos resseg	6.680.287,09	98.304,21	3.341.862,28	2.598.905,75	0,00	641.214,85
Provisão para sinistros (var)	7.784.324,19	3.702.689,37	61.301,40	4.583.497,46	0,00	-563.164,04
Montante bruto	8.842.690,34	3.711.768,66	-732.294,16	6.628.689,78	0,00	-765.473,94
Parte dos resseg	1.058.366,15	9.079,29	-793.595,56	2.045.192,32	0,00	-202.309,90
Out prov téc, líq resseg (var)	396.017,84	0,00	59.911,70	28.515,31	0,00	307.590,83
Particip rstdos, líq resseg	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ctos/gastos exploração líq	19.154.886,22	4.506.667,30	947.657,94	12.725.376,01	0,00	975.184,97
Custos de aquisição	17.325.680,64	3.782.069,68	2.887.706,63	9.705.584,65	0,00	950.319,68
Custos aquisição difer (var)	173.692,33	-63.006,26	-226.880,94	540.897,95	0,00	-77.318,42
Gastos administrativos	4.396.693,52	942.111,64	654.228,64	2.478.893,41	0,00	321.459,83
Comis/particip rstdos resseg	2.741.180,27	154.507,76	2.367.396,39	0,00	0,00	219.276,12
Rendimentos	6.274.099,60	1.544.416,38	36.581,63	3.923.948,85	0,00	769.152,74
De jur act financ ñ val jv gp	4.671.227,70	1.541.404,08	11.794,67	2.513.648,51	0,00	604.380,44
Outros	1.602.871,90	3.012,30	24.786,96	1.410.300,34	0,00	164.772,30
Gastos financeiros	549.815,67	190.749,93	26.943,27	247.357,85	0,00	84.764,62
De jur act financ ñ val jv gp	213.517,72	108.977,59	0,00	36.778,73	0,00	67.761,40
Outros	336.297,95	81.772,34	26.943,27	210.579,12	0,00	17.003,22
Ganh líq act/pass fin ñ val jv gp	827.727,32	65.078,95	184.311,32	559.734,56	0,00	18.602,50
De act disponíveis p/venda	848.527,87	69.844,85	187.396,14	572.033,17	0,00	19.253,70
De outros	-20.800,55	-4.765,91	-3.084,82	-12.298,61	0,00	-651,21
Perdas imparidade (líq/rever)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De act disponíveis p/venda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Out rend/gtos téc, líq resseg	-23.819,16	-7.111,09	-3.099,32	-12.857,85	0,00	-750,90
RSTDO TÉCNICO	6.779.825,43	1.839.191,40	120.976,77	4.055.139,65	0,00	764.517,62
Outras provisões (variação)	-96.443,14					
Outros rendimentos/gastos	524.061,92					
RSTDO NÃO TÉCNICO	620.505,06					
RSTDO ANTES IMPOSTOS	7.400.330,49					
Imp s/rend exerc-Imp corrente	1.945.607,90					
Imp s/rend exerc-Imp diferido	-8.842,86					
RSTDO LIQUIDO EXERCICIO	5.463.565,45					
Activos a representar as PT	168.014.227,69	38.636.894,39	13.487.261,55	107.091.695,89	0,00	8.798.375,86
PTécnicas do seguro directo	111.662.245,17	27.346.919,85	8.789.660,57	69.791.755,23		5.733.909,52

3. Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

As Demonstrações Financeiras foram preparadas em euros, excepto em algumas situações expressamente indicadas.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas na base do custo histórico excepto no que respeita aos activos financeiros disponíveis para venda, que foram mensurados ao justo valor.

As demonstrações financeiras foram preparadas pela primeira vez de acordo com regime contabilístico aplicável às empresas de seguros sujeitas à supervisão do Instituto de Seguros de Portugal (PCES), estabelecido na Norma regulamentar n.º 4/2007, de 27 de Abril, que acolheu em geral as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia, na sequência do regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto Lei n.º 35/2005, com excepção da IFRS 4, da qual apenas foram adoptados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se ao reconhecimento e mensuração dos passivos associados a contratos de seguros os princípios estabelecidos na legislação e regulamentação prudencial específica em vigor.

Adicionalmente, pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, foi estabelecido um regime transitório quanto ao impacto na data de transição para o novo PCES das responsabilidades relativas a plano de pensões, prevendo a possibilidade de reconhecimento directo deste impacto por contrapartida de resultados transitados ao longo de um período máximo de 5 anos em prestações uniformes anuais. Na preparação das suas demonstrações financeiras com referência ao período findo em 31 de Dezembro de 2008, a Companhia optou pela não aplicação do regime transitório, tendo reconhecido a totalidade do impacto de transição por contrapartida de Resultados transitados nessa data.

O regime transitório previsto na Norma Regulamentar n.º 4/2007 prevê ainda a possibilidade de serem consideradas no exercício de 2008 de forma genérica, as divulgações previstas nos pontos 4.3, 6.17, 6.13 e 6.15 das Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas, previstas no PCES.

Até 31 de Dezembro de 2007, as demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros aprovado pela Norma n.º 7/94, de 27 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal.

De acordo com a Norma IFRS 1 – “Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro”, as Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2007 e para o exercício então findo, apresentadas para efeitos comparativos, foram elaboradas e re-expressas com base nas normas em vigor em 31 de Dezembro de 2008. Consequentemente as Demonstrações Financeiras do exercício de 2007 não são directamente comparáveis com as publicadas no exercício de 2007.

Adicionalmente, conforme referido na Nota 1 e detalhado na Nota 33, a Companhia adquiriu, com efeito a 1 de Janeiro de 2008, a carteira de apólices, bem como os respectivos activos e passivos, da Agência Geral em Portugal da MAPFRE CAUCIÓN Y CRÉDITO Companhia Internacional de Seguros y Reaseguros, S.A. Em resultado desta operação, a comparabilidade dos saldos relevados nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2008 e do exercício de 2007 foi afectada.

As notas detalhadas sobre as Demonstrações Financeiras identificam quando possível e considerado relevante informação sobre o impacto desta operação. Esta informação é complementada pelo detalhe dos movimentos provenientes desta operação mostrados na Nota 33.

As seguintes normas e interpretações emitidas pelo IASB e adoptadas pela União Europeia não entraram em vigor e não foram aplicadas antecipadamente pela Companhia:

– IFRS 8 – Segmentos Operacionais – emitida pelo IASB em Novembro de 2006 com aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta norma define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade. A Companhia irá analisar os impactos desta Norma no exercício de 2009.

– IAS 23 (revised) – Custos de empréstimos obtidos – emitida pelo IASB em Março de 2007 com aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta Norma não tem impacto na Companhia por não existirem quaisquer empréstimos obtidos.

BASE DE MENSURAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A) CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Esta rubrica é composta apenas pelos depósitos à ordem em instituições bancárias, uma vez que os saldos de caixa, à data de encerramento do exercício, são totalmente depositados em banco.

Todas as contas bancárias detidas pela companhia correspondem a contas em euros.

B) INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

A Companhia não possui quaisquer investimentos enquadráveis nesta situação

C) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor. Os custos directamente imputados à transacção são acrescidos ao valor do activo.

Os activos financeiros encontram-se classificados nas categorias de “Activos disponíveis para venda” e em “Empréstimos concedidos e contas a receber/Outros depósitos”.

A carteira de investimentos “Disponíveis para venda” é constituída por títulos de dívida, acções e unidades de participação em fundos de investimento mobiliário.

A valorização inicial destes títulos é efectuada pelo justo valor adicionada dos custos de transacção directamente relacionados com a sua aquisição.

A valorização posterior é efectuada pelo método do justo valor sem deduzir nenhum custo de transacção em que se pudesse incorrer para a sua venda. Os ganhos ou perdas resultantes da mensuração destes activos ao justo valor são registados directamente em capitais próprios, em “Reservas de reavaliação por ajustamento no justo valor de activos financeiros”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para ganhos ou perdas do exercício, sendo registadas nas rubricas de “Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas de activos financeiros disponíveis para venda” ou “Perdas de imparidade (líquida de reversões) de activos disponíveis para venda”, respectivamente.

O custo de aquisição dos títulos de dívida é reajustado pelo método da taxa efectiva. A taxa efectiva é a taxa que desconta o valor de reembolso para o valor de aquisição. Este reajustamento traduz o reconhecimento da diferença entre o valor de aquisição e o valor de reembolso ao longo da vida remanescente do título. Os efeitos desses reajustamentos são directamente registados em resultados, nas rubricas de Rendimentos de juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas ou de Gastos financeiros de juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são reconhecidos em “Rendimentos de juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas”

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como ganhos na rubrica “Outros rendimentos”, quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

Para a identificação do justo valor dos títulos de rendimento variável e dos títulos de dívida cotados, a Companhia adopta os dados de cotação do último dia da Bloomberg.

Nos títulos de dívida, quando a cotação não é considerada suficientemente representativa, o justo valor determina-se actualizando os fluxos financeiros futuros, incluindo o valor de reembolso, a taxas equivalentes às taxas de juro swaps em euros, adicionados ou diminuídos da qualidade creditícia do emissor e homogeneizados em função da qualidade do emissor e da maturidade. Na nota 6.2 detalham-se os procedimentos adoptados pela Companhia com vista à aplicação desta metodologia.

A carteira de activos registada em “Empréstimos concedidos e contas a receber/Outros depósitos” é constituída exclusivamente por depósitos a prazo junto de entidades bancárias, a curto prazo, geralmente inferiores a 180 dias.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente imputáveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva.

D) IMPARIDADE DOS ACTIVOS FINANCEIROS

A Companhia efectua periodicamente e em cada de referência das demonstrações financeiras análise de imparidade dos seus activos financeiros.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos - valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para gastos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversões) de activos disponíveis para venda”.

A Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital, entre os quais:

- Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;
- Um declínio prolongado ou significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital valorizados ao justo valor não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas em “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros”.

A valorização é corrigida com efeito em resultados quando existe evidencia objectiva de algum evento que suponha um impacto significativo nos fluxos futuros ou na recuperação do valor contabilizado.

Constituem evidencias de imparidade as seguintes situações:

Para os títulos de rendimento fixo:

- Dificuldade financeiras importantes por parte do emissor;
- Incumprimento do termos contratuais;
- Probabilidade manifesta de insolvência;
- Existência de um padrão histórico de comportamento que indique a impossibilidade de recuperar o valor completo da carteira de activos;

Para os títulos de rendimento variável:

- Quedas consecutivas nos últimos 18 meses ou;
- Quedas representativas de perdas iguais ou superiores a 40%

E) EDIFÍCIOS

Os edifícios que a empresa utiliza para instalações próprias estão classificados como de uso próprio e os alugados a terceiros classificados como de rendimento. A Companhia adoptou o modelo do custo como política contabilística relativamente à totalidade dos seus edifícios, incluindo os seus edifícios de rendimento, pelo que segue os requisitos de valorização previstos na IAS 16.

Os edifícios encontram-se valorizados ao seu valor de aquisição deduzido da amortização acumulada e, se for o caso, da imparidade acumulada.

O valor da imparidade é determinado, imóvel a imóvel, pela comparação do valor líquido contabilizado com o valor de mercado atribuído por avaliadores independentes certificados.

Os custos de manutenção, reparação ou outros custos incorridos após a aquisição são reconhecidos como gastos do exercício em que ocorrem, só se reconhecendo como acréscimo ao activo quando é provável que exista um benefício económico futuro a eles associado.

A amortização calcula-se pelo método das quotas constantes, por duodécimos, com início no mês da aquisição, calculada sobre 75% do valor bruto (25% do valor é considerado para o terreno) e para uma vida útil estimada de 50 anos.

F) OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Os activos tangíveis, excepto terrenos e edifícios, estão valorizados ao custo de aquisição. As amortizações são efectuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a taxas calculadas para que o valor dos activos seja amortizado durante a sua vida útil estimada.

Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros activos tangíveis.

Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável (maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo na conta de ganhos e perdas. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em ganhos e perdas do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

Os elementos tangíveis são anulados da contabilidade em caso de venda ou quando já não se espera obter benefícios económicos futuros derivados da sua utilização. Nestes casos as perdas ou ganhos daí derivadas são contabilizadas na conta de resultados do exercício de ocorrência.

G) OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS

Encontram-se registados ao custo de aquisição e as amortizações são efectuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), para que o valor do activo seja amortizado durante a sua vida útil estimada de 3 anos.

H) PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO

As provisões técnicas de resseguro cedido correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades da companhia e são calculadas de acordo com os mesmos critérios do seguro directo, que se detalham na alínea K) e de acordo com as condições dos contratos em vigor, conforme se detalha na nota 4.

I) BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

A Companhia segue os princípios estabelecidos na IAS 19 – Benefícios dos trabalhadores, no reconhecimento das responsabilidades com benefícios dos empregados.

Benefícios pós-emprego – responsabilidades com pensões:

A Companhia adopta o Plano de Benefícios Definidos estabelecido no Contrato Colectivo de Trabalho em vigor para a Actividade Seguradora, nos termos do qual é responsável pelo pagamento de pensões de reforma e de invalidez aos trabalhadores que tenham entrado na actividade seguradora até Junho de 1995. A totalidade das responsabilidades da Companhia encontram-se garantidas através de apólices de seguro não elegíveis nos termos da IAS 19, contratadas junto da MAPFRE VIDA – Agência Geral em Portugal, entidade relacionada. Em consequência, o valor actual destas responsabilidades é reflectido no passivo, sendo o justo valor dos activos reflectido no activo.

O valor actual das responsabilidades da Companhia é apurado numa base anual, pelo método de valoração actuarial da unidade de crédito projectada e tendo por base pressupostos actuariais considerados adequados, que se detalham na Nota 23.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores reais no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado das, apólices, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são anualmente reconhecidos na conta de ganhos e perdas. De igual forma, o custo do exercício com pensões de reforma, incluindo o custo dos serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado, é reflectido na conta de ganhos e perdas do exercício.

Benefícios de curto prazo:

Os benefícios de curto prazo (vencíveis num período inferior a doze meses) são, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, reflectidos em rubricas apropriadas de ganhos e perdas no período a que respeitam.

J) CRÉDITOS

A valorização destes activos realiza-se ao custo amortizado calculado através do método da taxa de juro efectiva. As perdas devidas a imparidades manifestadas são reconhecidas.

Os créditos superiores a um ano sem que as partes tenham acordado uma taxa de juro aplicável, descontam-se tomando como referencia a taxa de juro dos títulos de dívida pública de prazo igual ou similar ao dos créditos, sem prejuízo de se considerar um prémio de risco.

Quando ocorra evidencia objectiva de que se incorreu numa imparidade, realiza-se o correspondente ajustamento pelo valor que se estima não ser recuperável. Este ajustamento corresponde à diferença entre o valor contabilizado e o valor actual dos fluxos futuros descontados à taxa de juro efectiva original do activo. O valor da perda é reconhecido na conta de ganhos e perdas do exercício.

A imparidade, no que respeita aos recibos pendentes de cobrança, destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da companhia, aos recibos com cobranças em atraso nos termos definidos na Norma 13/2000-R do ISP.

K) PROVISÕES TÉCNICAS

— Provisão para prémios não adquiridos do seguro directo e custos de aquisição diferidos:

A provisão para prémios não adquiridos inclui a parte dos prémios brutos emitidos, relativamente a cada um dos contratos em vigor, a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes. Esta provisão é apurada de acordo com o método “pró rata temporis” e destina-se a garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos dele resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro.

A provisão registada no Balanço encontra-se deduzida dos custos de aquisição imputados a exercícios seguintes, na mesma proporção da especialização dos prémios e até ao limite de 20% do montante dos prémios diferidos por cada um dos ramos.

— Provisão para riscos em curso:

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

Esta provisão é calculada por grupos de ramos (Acidentes, Incêndio, Automóvel, Marítimo e Transportes, Responsabilidade Civil Geral, Crédito e Caução, Protecção Jurídica, Assistência e Diversos), com base nos rácios de sinistralidade, de despesas, de cedência e de rendimentos apurados no exercício, de acordo com o estabelecido na Norma Regulamentar n.º 12/2000 do ISP.

— Provisão para desvios de sinistralidade:

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, aquela tenha maiores oscilações e foi apurada de acordo com as disposições estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 4/98 emitida pelo ISP, para a cobertura de fenómenos sísmicos do ramo Incêndio e para os Ramos de Caução e Crédito.

— Provisão para sinistros de seguro directo:

Corresponde à melhor estimação das responsabilidades com:

- **Sinistros conhecidos e pendentes de liquidação**

A valorização é realizada caso a caso, em função das características de cada sinistro, segundo o conhecimento dos riscos e a experiência histórica para que não resulte nem imprudente nem excessivamente conservadora.

- **Desvios de sinistros conhecidos e pendentes de liquidação (IBNER)**

A estimação é realizada por tipologia de danos, com recurso a métodos estatísticos (em geral Chain Ladder), através de matrizes, considerando o número de expedientes pendentes, o histórico da evolução dos custos totais e a cadência de pagamentos.

- **Sinistros pendentes de declaração (IBNR)**

A estimação é realizada segundo métodos estatísticos (em geral Chain Ladder), através de matrizes, considerando, normalmente, o número de expedientes e o custo médio histórico.

- **Responsabilidades com assistência vitalícia**

Calculam-se caso a caso para todos os sinistrados com uma incapacidade permanente superior a 50% ou, sendo inferior, para aqueles que apresentem incapacidade permanente para o trabalho habitual.

- **Gastos de tramitação dos sinistros pendentes**

Esta provisão destina-se a contabilizar o valor estimado de gastos necessários para tramitar os sinistros conhecidos pendentes de liquidação e os sinistros pendentes de declaração. É calculada com base na avaliação do histórico da Companhia.

- **Provisão matemática de acidentes de trabalho**

Corresponde ao valor actual das pensões a pagar do ramo Acidentes de Trabalho e é calculada segundo métodos de projecção actuarial.

São apresentados na Nota 4 informações adicionais conducentes à clarificação dos métodos e pressupostos adoptados na determinação destas provisões.

L) PASSIVOS FINANCEIROS

A única classe de passivos financeiros registados é os depósitos de resseguro que constituem retenções efectuadas aos resseguradores para garantia das responsabilidades destes para com a companhia, sendo calculados de acordo com as condições dos tratados de resseguro e mensurados pelos seus valores fixos.

M) DÍVIDAS

A valorização efectua-se ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Tratando-se de dívidas com vencimento superior a um ano sem que as partes tenham acordado expressamente a taxa de juro aplicável, descontam-se tomando a taxa de juro vigente de títulos de dívida pública de prazo similar ao vencimento das mesmas, sem prejuízo de se considerar um prémio de risco.

N) ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

O princípio geral de reconhecimento de ganhos e gastos é o critério económico, segundo o qual a imputação de ganhos e gastos é efectuada em função do usufruto real de bens e serviços, independentemente do momento em que se efectue o pagamento.

A rubrica de acréscimos e diferimentos destina-se a permitir o registo dos gastos e dos rendimentos nos exercícios a que respeitam.

No activo registam-se os rendimentos que respeitam ao exercício mas cuja receita só se obtém em exercícios posteriores, bem como as despesas contabilizadas no exercício cujo gasto respeite a exercícios posteriores.

No passivo incluem-se os rendimentos obtidos no exercício mas imputáveis a exercícios posteriores, bem como os gastos correspondentes ao exercício mas cujas despesas terão lugar em exercícios posteriores.

O) OUTRAS PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

A rubrica "Outras provisões" inclui apenas contingências fiscais.

Na Nota 33 é considerada a divulgação de contingência fiscal adicional, não reflectida contabilisticamente, por ter sido classificada como de remota a sua eventual verificação.

P) IMPUTAÇÃO DE GASTOS POR FUNÇÕES E POR SEGMENTOS

Os custos e gastos são, em primeiro lugar, registados por natureza, sendo posteriormente imputados por funções e adicionalmente imputados, também, por grupos de ramos.

As funções consideradas no âmbito desta imputação são a função de gestão dos sinistros, a função de aquisição de negócios, a função de administração e a função de gestão de investimentos.

São apresentados na nota 21 os critérios adoptados pela Companhia na determinação destas imputações

Q) RECONHECIMENTO DE GANHOS E PERDAS EM CONTRATOS DE SEGUROS

Os prémios e comissões de contratos de seguro são reconhecidos quando emitidos, o que se verifica igualmente nos prémios e comissões de resseguro cedido. Através da Provisão para Prémios não adquiridos, este critério de reconhecimento inicial é ajustado para que o mesmo se verifique ao longo dos correspondentes períodos de risco dos contratos de seguros.

Os custos com os sinistros do seguro directo e do resseguro cedido, em resultado dos critérios de provisionamento de sinistros descritos nas alíneas G) e K) anteriores, são reconhecidos na data de ocorrência dos sinistros,

R) IMPOSTOS

O total dos impostos sobre lucros registados em ganhos e perdas incluem os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

São registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Apenas são registados impostos diferidos activos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Não são registados impostos diferidos activos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos na conta de ganhos e perdas do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda ou terrenos). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

S) TRANSACÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros às taxas de câmbio de referência do Banco Central Europeu na data de referência do Balanço. Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na conta de ganhos e perdas, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do activo.

ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS CRÍTICAS E ASPECTOS JULGAMENTAIS MAIS RELEVANTES NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Na aplicação das políticas contabilísticas descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras incluem:

A) BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Conforme descrito na alínea H) das bases de mensuração e políticas contabilísticas, as responsabilidades da Companhia por benefícios pós-emprego concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações actuariais. Estas avaliações actuariais incorporam pressupostos financeiros e actuariais de acordo com melhor estimativa da Companhia e dos seus actuários relativamente à evolução e comportamento futuro destas variáveis.

B) DETERMINAÇÃO DOS PASSIVOS POR CONTRATOS DE SEGUROS

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efectuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na alínea K) das bases de mensuração e políticas contabilísticas e na Nota 4.

Face à sua natureza, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjectividade, podendo os valores a verificar-se virem a ser substancialmente diferentes das estimativas reconhecidas em balanço.

No entanto, a Companhia considera que os passivos determinados com base nas metodologias aplicadas reflectem de forma adequada a melhor estimativa nesta data das responsabilidades a que a Companhia se encontra obrigada.

C) DEFINIÇÃO DA VIDA ÚTIL DOS EDIFÍCIOS

A Companhia efectuou a sua melhor estimativa de vida útil dos seus imóveis em 50 anos. No entanto, os valores que efectivamente se virão a verificar poderão ser substancialmente diferentes.

D) PERDAS POR DETERIORO DE DETERMINADOS ACTIVOS

A Companhia reconheceu as perdas por deterioro dos seus activos, nomeadamente no que respeita aos activos financeiros classificados como disponíveis para venda, de acordo com as suas melhores estimativas. Contudo, poderão vir efectivamente a verificar-se valores significativamente diferentes dos reconhecidos contabilisticamente.

E) DETERMINAÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos sobre os lucros são determinados com base no enquadramento regulamentar fiscal em vigor. No entanto, diferentes interpretações da legislação em vigor poderão vir a afectar o valor dos impostos sobre lucros. Em consequência, os valores registados em balanço, os quais resultam do melhor entendimento da Companhia sobre o correcto enquadramento das suas operações, poderão vir a sofrer alterações com base em diferentes interpretações por parte das Autoridades Fiscais, nomeadamente no que respeita à situação descrita na Nota 33.

As estimativas e hipóteses utilizadas são revistas de forma periódica e estão baseadas na experiência histórica e em outros factores considerados relevantes em cada momento.

AJUSTAMENTOS DE TRANSIÇÃO

As alterações mais relevantes relativamente ao exercício anterior, foram as resultantes da adopção pela primeira vez do Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES) estabelecido pela Norma regulamentar n.º 4/2007, de 27 de Abril e foram as seguintes:

- Alteração da política de registo dos terrenos e edifícios, tendo a Companhia optado pelo seu registo com base no método do custo, passando a registar amortizações baseadas na vida útil estimada destes activos e passando a registar perdas por imparidade; Até 31 de Dezembro de 2007 os terrenos e edifícios eram registados ao seu justo valor e não eram amortizados ou alvo de análise de imparidade;
- Alteração do critério de mensuração dos instrumentos financeiros - títulos de dívida - para o justo valor, passando os mesmos a ser sujeitos à aplicação do conceito de imparidade. Até 31 de Dezembro de 2007 estes activos eram mensurados ao custo, ajustado para o correspondente valor de reembolso e não eram alvo de análise de imparidade;
- Aplicação do conceito de imparidade nos activos financeiros de rendimento variável e nos investimentos em Fundos de Investimentos Mobiliário;
- Reconhecimento de activos e passivos por impostos diferidos;
- Reconhecimento das responsabilidades com benefícios pós-emprego;
- Reconhecimento das mais valias realizadas na alienação de títulos de rendimento fixo reinvestidos e que havia sido diferido em exercícios anteriores;

O impacto nas contas da Companhia provenientes da transição para o novo PCES é detalhadamente mostrado na Nota 35.

4. Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguros e activos de resseguro

A) Políticas contabilísticas e pressupostos adoptados relativamente a contratos de seguro

As políticas contabilísticas adoptadas relativamente a contratos de seguro são descritas na Nota alínea k) da Nota 3

B) Reconciliação dos passivos de seguro directo e dos activos de resseguro, para os exercícios de 2008 e 2007 – Provisões técnicas

EXERCÍCIO DE 2008					
PROVISÕES TÉCNICAS - SEGURO DIRECTO	SALDO INICIAL	CONCENTRAÇÃO EMPRESARIAL MAPFRE CYC	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
Provisão para prémios não adquiridos	28.152.702,63	707.874,02	0,00	2.232.038,03	26.628.538,62
Prémios não adquiridos	34.061.241,94	825.954,64	0,00	2.305.733,78	32.581.462,80
Custos de aquisição diferidos	-5.908.539,31	-118.080,62	0,00	-73.695,75	-5.952.924,18
Provisão para sinistros	82.759.764,12	13.060.359,65	13.616.990,88	3.553.244,91	105.883.869,74
De acidentes de trabalho	24.813.857,63	0,00	1.406.770,21	502.346,70	25.718.281,14
Matemática	15.344.318,17	0,00	894.638,77	0,00	16.238.956,94
Assistência vitalícia	1.530.381,30	0,00	46.393,00	0,00	1.576.774,30
Outras prestações e custos	6.741.066,79	0,00	212.643,10	0,00	6.953.709,89
IBNR	90.021,31	0,00	253.095,34	0,00	343.116,65
IBNER	568.770,38	0,00	0,00	294.314,67	274.455,71
Custos de gestão de sinistros	539.299,68	0,00	0,00	208.032,03	331.267,65
De outros seguros	57.945.906,49	13.060.359,65	12.210.220,67	3.050.898,21	
Prestações	43.674.897,43	11.253.283,41	6.650.518,29	0,00	61.578.699,13
IBNR	6.175.553,92	1.807.076,24	3.747.966,49	0,00	11.730.596,65
IBNER	7.167.093,76	0,00	0,00	3.050.898,21	4.116.195,55
Custos de gestão de sinistros	928.361,38	0,00	1.811.735,89	0,00	2.740.097,27
Provisão para participação nos resultados	0,00	622.318,44	0,00	622.318,44	0,00
Outras provisões técnicas	749.778,42	2.231.588,14	159.666,30	0,00	3.141.032,86
Provisão para desvios de sinistralidade	340.927,31	1.999.764,49	63.618,81	0,00	2.404.310,61
Provisão para riscos em curso	408.851,11	231.823,65	96.047,49	0,00	736.722,25
TOTAL	111.662.245,17	16.622.140,25	13.776.657,18	6.407.601,38	135.653.441,22

EXERCÍCIO DE 2007				
PROVISÕES TÉCNICAS - SEGURO DIRECTO	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
Provisão para prémios não adquiridos	28.179.969,24	0,00	27.266,61	28.152.702,63
Prémios não adquiridos	34.262.200,88	0,00	200.958,94	34.061.241,94
Custos de aquisição diferidos	-6.082.231,64	0,00	-173.692,33	-5.908.539,31
Provisão para sinistros	73.917.073,78	9.823.262,59	980.572,25	82.759.764,12
De acidentes de trabalho	21.246.516,76	3.567.340,87	0,00	24.813.857,63
Matemática	13.642.240,39	1.702.077,78	0,00	15.344.318,17
Assistência vitalícia	689.230,88	841.150,42	0,00	1.530.381,30
Outras prestações e custos	6.296.777,73	444.289,06	0,00	6.741.066,79
IBNR	-143.360,89	233.382,20	0,00	90.021,31
IBNER	288.640,65	280.129,73	0,00	568.770,38
Custos de gestão de sinistros	472.988,00	66.311,68	0,00	539.299,68
De outros seguros	52.670.557,02	6.255.921,72	980.572,25	57.945.906,49
Prestações	40.634.001,26	3.040.896,17	0,00	43.674.897,43
IBNR	7.156.126,17	0,00	980.572,25	6.175.553,92
IBNER	4.029.917,59	3.137.176,17	0,00	7.167.093,76
Custos de gestão de sinistros	850.512,00	77.849,38	0,00	928.361,38
Outras provisões técnicas	353.760,57	396.017,85	0,00	749.778,42
Provisão para desvios de sinistralidade	280.877,24	60.050,07	0,00	340.927,31
Provisão para riscos em curso	72.883,33	335.967,78	0,00	408.851,11
TOTAL	102.450.803,59	10.219.280,44	1.007.838,86	111.662.245,17

EXERCÍCIO DE 2008					
PROVISÕES TÉCNICAS - RESSEG. CEDIDO	SALDO INICIAL	CONCENTRAÇÃO EMPRESARIAL		REDUÇÃO	SALDO FINAL
		MAPFRE CYC	AUMENTO		
Provisão para prémios não adquiridos	4.372.601,69	349.451,43	813.906,98	0,00	5.535.960,10
Prémios não adquiridos	5.462.739,19	525.142,35	712.346,48	0,00	6.700.228,02
Custos de aquisição diferidos	-1.090.137,50	-175.690,92	101.560,50	0,00	-1.164.267,92
Provisão para sinistros	7.401.212,06	8.976.299,32	9.226.226,26	2.229.943,65	23.373.793,99
Prestações	5.805.021,30	7.798.077,62	5.468.949,63	0,00	19.072.048,55
IBNR	841.523,26	1.178.221,70	3.757.276,63	0,00	5.777.021,59
IBNER	754.667,50	0,00	0,00	2.229.943,65	-1.475.276,15
Provisão para participação nos resultados	0,00	435.622,91	0,00	435.622,91	0,00
TOTAL	11.773.813,75	9.761.373,66	10.040.133,24	2.665.566,56	28.909.754,09

EXERCÍCIO DE 2007				
PROVISÕES TÉCNICAS - RESSEG. CEDIDO	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
Provisão para prémios não adquiridos	3.393.915,42	978.686,27	0,00	4.372.601,69
Prémios não adquiridos	4.350.967,11	1.111.772,08	0,00	5.462.739,19
Custos de aquisição diferidos	-957.051,69	-133.085,81	0,00	-1.090.137,50
Provisão para sinistros	6.343.845,91	1.319.629,66	261.263,51	7.401.212,06
Prestações	5.913.265,86	611.755,44	0,00	5.805.021,30
IBNR	1.102.786,77	0,00	261.263,51	841.523,26
IBNER	46.793,28	707.874,22	0,00	754.667,50
TOTAL	9.736.761,33	2.298.315,93	261.263,51	11.773.813,75

A variação dos prémios não adquiridos no seguro directo e no resseguro cedido, e a variação dos custos de aquisição diferidos relativamente ao seguro directo, são apresentadas em rubricas específicas da conta de ganhos e perdas. A variação dos custos de aquisição diferidos relativamente ao resseguro cedido está incluída na conta de ganhos e perdas na rubrica de Comissões e participação nos resultados de resseguro.

As variações da provisão para desvios de sinistralidade e da provisão para riscos em curso, são apresentadas na rubrica de Outras provisões técnicas, líquida de resseguro da conta de ganhos e perdas.

A MAPFRE procedeu à anulação da provisão para participação nos resultados proveniente da integração da MAPFRE CAUÇÃO E CRÉDITO, porque este tipo de garantia não se encontra prevista nas cláusulas contratuais.

Os Anexos 2.1 e 2.2 a estas Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas, explicitam os reajustamentos efectuados nos exercícios de 2007 e de 2008, respectivamente, aos custos com sinistros de exercícios anteriores.

O montante de reajustamentos para mais mostrado no Anexo 2.1 relativamente ao Ramo Caução e Crédito, no montante de 17.200.376,63 encontra-se influenciado do facto de neste Anexo não ter sido considerada a provisão para sinistros integrada nas contas da Companhia e proveniente da aquisição dos passivos da Agência Geral em Portugal da MAPFRE CAUCIÓN Y CRÉDITO Companhia Internacional de Seguros y Reaseguros, S.A. Caso o montante de provisão para sinistros integrada nas contas da MAPFRE SEGUROS GERAIS tivesse sido tido em conta, os reajustamentos registados no exercício para este ramo, seriam positivos em 4.140.016,98 euros.

Os Anexos 3.1 e 3.2 a estas Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas, contém a discriminação dos custos com sinistros do seguro directo do exercício anterior e do exercício, respectivamente.

C) Informações complementares às consideradas na alínea k) da nota 3

A) SINISTROS CONHECIDOS E PENDENTES DE LIQUIDAÇÃO

Para a valorização casuística dos sinistros, em cada sinistro, é aberto um expediente por cada tipologia de danos e a valorização é efectuada de modo independente para cada um deles.

No caso concreto da Responsabilidade Civil de Danos Materiais do ramo Automóvel, existem expedientes independentes para o IDS Credor e o IDS Devedor.

No ramo de Caução, a valorização é sempre efectuada pelo valor garantido e no ramo de Crédito, pelo valor efectivamente a indemnizar.

Os hipotéticos valores de reembolso, derivados de responsabilidades assumidas pela Companhia mas imputáveis a outrem, apenas são contabilizados no momento do seu recebimento efectivo.

B) DESVIOS DE SINISTROS CONHECIDOS E PENDENTES DE LIQUIDAÇÃO (IBNER)

Não se utiliza qualquer taxa de desconto na estimação da provisão necessária.

Na base do estudo referente à Responsabilidade Civil de Danos Materiais Automóvel incluem-se os expedientes de IDS Devedor, uma vez que estes são encargo da Companhia.

No ramo Automóvel as matrizes de base do estudo não se encontram deduzidas dos expedientes de reembolso, sendo a estimação destes efectuada em matrizes próprias.

Nos restantes ramos, nos quais a importância dos reembolsos não é material, estes encontram-se deduzidos nas matrizes base.

C) SINISTROS PENDENTES DE DECLARAÇÃO (IBNR)

Não se utiliza qualquer taxa de desconto na estimação.

Na base do estudo referente à Responsabilidade Civil de Danos Materiais Automóvel incluem-se os expedientes de IDS Devedor, uma vez que estes são encargo da Companhia.

No ramo Automóvel as matrizes de base do estudo não se encontram deduzidas dos expedientes de reembolso, sendo a estimação destes efectuada em matrizes próprias.

Nos restantes ramos, nos quais a importância dos reembolsos não é material, estes encontram-se deduzidos nas matrizes base.

D) RESPONSABILIDADES COM ASSISTÊNCIA VITALÍCIA

A provisão resulta do produto dos coeficientes da tabela de mortalidade GDF80 pelo custo médio de 1.000 euros, valor este utilizado com base na opinião do actuário independente.

Este método de valorização é adoptado em virtude da inexistência de histórico suficiente da companhia para permitir o cálculo segundo métodos estatísticos.

E) GASTOS DE TRAMITAÇÃO DOS SINISTROS PENDENTES

Esta provisão calcula-se considerando os gastos reais imputados à função sinistros e uma projecção da vida média dos expedientes terminados aplicada aos pendentes de liquidação e aos pendentes de declaração.

F) PROVISÃO MATEMÁTICA DE ACIDENTES DE TRABALHO

É calculada segundo métodos de projecção actuarial, utilizando os seguintes pressupostos:

DESCRIÇÃO	VALOR DOS CAPITAIS DE REMISSÃO	PROVISÕES MATEMÁTICAS
Lei de sobrevivência da tábua	TD 88/90	GRF 80
Taxa de rendimento	5,25%	4,00%
Carga de gestão	0%	1%

As bases técnicas referidas para o valor dos capitais de remissão apenas são aplicáveis às situações de remissões já definidas ou homologadas.

A Companhia não considerou quaisquer alterações nos exercícios de 2007 e 2008 nas metodologias e pressupostos utilizados na mensuração das suas provisões técnicas.

D) OBJECTIVOS, POLÍTICAS E PROCESSOS DE GESTÃO DOS RISCOS RESULTANTES DE CONTRATOS DE SEGURO

A MAPFRE dispõe de um sistema de gestão de riscos baseado na gestão integrada de todos e cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objectivos estratégicos estabelecidos.

No topo deste sistema, encontra-se o Código de Bom Governo, que define as regras basilares a observar no que respeita à ética empresarial.

Em relação à estratégia, o respectivo plano anual, é elaborado sob coordenação da área de Planeamento e Controlo Organizacional, com a participação de todas as áreas de negócio, em função dos macro-objectivos traçados pelo órgão de gestão (crescimento, contenção de custos, rentabilidade, etc.), facto que garante, desde logo, a implicação e a articulação entre todas as áreas e níveis da organização.

Cada área apresenta as suas propostas, identificando o seu enquadramento estratégico, os seus benefícios, o calendário de execução previsto, bem como os valores preliminares envolvidos, classificados por natureza.

Estas propostas são discutidas com o órgão de gestão e as que forem aprovadas são classificadas em projectos ou meras iniciativas, segundo a sua complexidade, seguindo-se um período em que são quantificadas detalhadamente.

O processo de orçamentação conta com a nomeação de um responsável por cada rubrica, segundo a sua natureza (prémios, resseguro, comissões, gastos gerais, etc.), assegurando, cada um deles, a quantificação dos valores de índole corrente e dos que resultam das iniciativas apresentadas no âmbito do plano estratégico.

Se uma iniciativa implica a quantificação de mais do que uma variável, o seu proponente articula-se com o responsável de cada uma delas.

A área Financeira garante a integração global dos diversos orçamentos inerentes às actividades, garantindo a sua consistência, acordando os ajustamentos que se revelem necessários com cada um dos responsáveis, os quais, por sua vez, se coordenam com os proponentes das iniciativas e dos projectos.

Na fase de execução, aquelas iniciativas que se classificaram como projectos, seguem obrigatoriamente a Metodologia de Gestão de Projectos MAPFRE, que foi desenhada para assegurar a devida interligação entre as diversas áreas envolvidas, o controlo orçamental e a gestão dos riscos associados.

Esta metodologia obriga a uma pormenorizada definição do projecto, à sua aprovação pelo órgão de gestão e posterior nomeação de uma equipa de gestão, composta por um patrocinador, um chefe de projecto e colaboradores das áreas funcionais envolvidas, encontrando-se perfeitamente definidas as responsabilidades de cada um.

O acompanhamento do andamento dos projectos é efectuado através de relatórios de gestão quinzenais da responsabilidade do chefe de projecto e por reuniões do Comité de Steering respectivo, de cuja aprovação dependem eventuais alterações ao âmbito.

O acompanhamento global da execução do plano estratégico é coordenado pela área de Planeamento e Controlo Organizacional que obtém as evidências necessárias de cada área e elabora um documento resumo que é apresentado mensalmente ao órgão de gestão.

No que concerne à operativa diária da companhia, ela assenta em fluxos de trabalho decorrentes de normas definidas com base em políticas aprovadas e com o apoio de comités sectoriais, em função da sua natureza.

A mais importante dessas políticas é a de aceitação de riscos, cujas principais linhas são as seguintes:

- Observância de um princípio de diversificação, através da exploração dos diversos ramos, evitando concentrações excessivas em um ou alguns deles;
- Rígida selecção de riscos, classificando-os em três categorias: aceitação automática, condicionada e interdita;
- Grelha de autonomias, baseada nas competências e na experiência dos colaboradores, os quais procedem à sua aceitação formal;
- Minimização do risco através de contratos de resseguro adequados, revistos anualmente, onde as percentagens de retenção têm por base uma filosofia de prudência (por exemplo, o valor de exposição máxima ao risco catastrófico é de aproximadamente 1,7 milhões de euros, incluindo os custos de reposição);
- Selecção dos resseguradores em função do grau de qualidade creditícia mínima, sendo a referencia o rating A da Standard & Poors;
- Controlo automático dos cúmulos de risco;
- Minimização de riscos através da sua partilha em regime de co-seguro, quando estão em causa capitais demasiado elevados;

Por sua vez, a política de gestão de sinistros, privilegia a elevada velocidade de liquidação de sinistros e o controlo permanente dos custos médios de abertura e encerramento dos processos;

Estas políticas encontram-se vertidas em manuais operativos, dos quais destacamos os manuais de subscrição, resseguro e sinistros:

- O manual de subscrição contém todas as normas de aceitação de riscos, as tarifas aplicáveis, a cadeia de delegações e o controlo de cúmulos de risco;
- O manual de resseguro, contém todas as políticas a seguir nesta área, nomeadamente o grau creditício dos resseguradores a observar;
- O manual de sinistros, contém todas as normas de valoração de sinistros e a definição dos planos de tramitação dos mesmos;

A fim de garantir a sua eficácia, a grande maioria das normas previstas nestes manuais encontra-se transposta para o funcionamento do sistema informático, através de um sistema de controlo técnico que impede a sua inobservância.

Os fluxos de trabalho são desenhados de forma a garantir a máxima eficácia e a minimização dos riscos, na estrita observância das políticas e normas aprovadas, contando com a intervenção da área de Planeamento e Controlo Organizacional.

A monitorização dos riscos é efectuada através das mais diversas formas.

Desde logo, pelos comités operativos, os quais têm uma função de acompanhamento e, em certos casos, de decisão.

Os comités operativos existentes, bem como as suas atribuições mais importantes, são os seguintes:

- Comité comercial, no qual são discutidos os temas relacionados com a distribuição dos produtos e a organização da rede de vendas, nomeadamente a análise do cumprimento dos objectivos de vendas por ramos, a aprovação das condições económicas da rede de distribuição, a análise das campanhas comerciais, a aprovação da abertura de pontos de venda, etc;
- Comité de sinistros, no qual se efectua o acompanhamento das variáveis mais importantes desta área, como é o caso, por exemplo, da velocidade de liquidação e dos custos médios e onde se decidem as valorações dos sinistros especiais;
- Comité de alterações, onde se atribui prioridades e se discutem as solicitações das diversas áreas aos Serviços de Tecnologias, articulando todas as áreas envolvidas;
- Comité de riscos, em sede do qual se define as normas de subscrição e respectivas delegações, se procede à aceitação dos riscos especiais e dos que se encontram fora das normas e se efectua um acompanhamento da suficiência técnica do negócio, a qual tem por base dois aspectos relevantes:
 - Certificação das provisões técnicas por actuários independentes;
 - Acompanhamento permanente da evolução da sinistralidade, através de matrizes por anos de desenvolvimento, com o consequente calculo e imputação, através de métodos estatísticos, das provisões para sinistros não declarados no exercício (IBNR), para desvios na valoração dos sinistros declarados (IBNER) e para gastos de tramitação de sinistros, em função do número e vida média esperada destes.

Por outro lado, mensalmente, a área Financeira, procede ao apuramento de resultados, elaborando as respectivas demonstrações (conta de resultados e balanço), bem como um relatório de reporte bastante detalhado, contendo uma análise da evolução das mais diversas variáveis e rácios (por exemplo, rácio de gastos, rácio combinado, taxa de rentabilidade financeira, etc.), o qual é analisado pelo órgão de gestão e disponibilizado a todas as áreas.

Finalmente, uma referência para o facto da política de remunerações da empresa, prever a atribuição de remunerações variáveis a todos os colaboradores indexadas ao desempenho relacionado com os aspectos anteriormente citados.

E) INFORMAÇÃO SOBRE ANÁLISES DE SENSIBILIDADE, CONCENTRAÇÃO DE RISCOS E SINISTROS EFECTIVOS / ESTIMADOS

1. Sensibilidade ao risco específico de seguro

Uma das possíveis medidas de sensibilidade ao risco específico de seguros é o impacto no resultado de exploração derivado da variação de 1 ponto percentual do rácio combinado, calculo que apresentamos no quadro seguinte, em conjunto com o índice de volatilidade do mesmo rácio, calculado através do desvio padrão deste num horizonte temporal histórico de 5 anos.

CONCEITO	ANTES DE RESSEGURO		APÓS RESSEGURO	
	2008	2007	2008	2007
Impacto nos resultados antes de impostos da variação de 1 p.p. do rácio combinado (milhões euros)	1,03	0,99	0,85	0,82
Índice de volatilidade do rácio combinado	3,6%	1,4%	2,3%	2,7%

No ano 2008 o índice de volatilidade do rácio combinado antes de resseguro é mais elevado pelo efeito da sinistralidade do ramo de Crédito.

Tal efeito é anulado quando consideramos o resseguro, uma vez que este ramo beneficia de uma elevada protecção.

2. Concentração de risco

Uma das bases da política de subscrição é a diversificação de riscos que se consubstancia na exploração de todos os ramos, bem como na manutenção de uma adequada estrutura de resseguro.

EXERCÍCIO DE 2008						
RUBRICA	ACIDENTES E DOENÇA	INCÊNDIO E OUTROS DANOS	AUTOMÓVEL	CRÉDITO E CAUÇÃO	OUTROS	TOTAL
Prémios brutos emitidos	24.079.775,91	14.433.647,54	53.562.486,65	7.922.683,96	5.586.691,97	105.585.286,03
Prémios de resseguro cedido	1.254.146,87	10.575.603,06	2.385.098,49	6.510.076,07	3.319.796,23	24.044.720,72
% Média de retenção	95%	27%	96%	18%	41%	77%

EXERCÍCIO DE 2007						
RUBRICA	ACIDENTES E DOENÇA	INCÊNDIO E OUTROS DANOS	AUTOMÓVEL	CRÉDITO E CAUÇÃO	OUTROS	TOTAL
Prémios brutos emitidos	22.576.867,50	14.613.294,98	57.907.094,54	0,00	3.438.271,11	98.535.528,13
Prémios de resseguro cedido	1.107.367,88	10.840.718,12	4.273.019,01	0,00	1.369.262,01	17.590.367,02
% Média de retenção	95%	26%	93%	0%	60%	82%

Em relação a duas outras medidas de concentração –geográfica e de moeda– todos os prémios emitidos respeitam ao território de Portugal e a Euros, respectivamente.

3. Sinistros

A evolução das matrizes de sinistros por anos de desenvolvimento permite uma análise comparativa dos sinistros efectivos com estimativas anteriores.

EXERCÍCIO DE 2008							
EVOLUÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS - ANOS SEQUITES AO DE OCORRENCIA							
ANO DE OCORRENCIA DOS SINISTROS	CONCEITO	ANO DE OCORRENCIA	1 ANO DEPOIS	2 ANOS DEPOIS	3 ANOS DEPOIS	4 ANOS DEPOIS	MAIS DE 4 ANOS DEPOIS
2003 e anteriores	Provisão pendente	5.189	6.501	4.592	3.428	2.824	8.459
	Pagos acumulados	18.512	27.796	30.502	32.034	32.719	34.747
	Total custo	23.701	34.297	35.094	35.462	35.543	43.206
2004	Provisão pendente	18.840	7.901	6.028	4.801	3.512	
	Pagos acumulados	21.725	33.847	36.719	38.675	38.912	
	Total custo	40.565	41.748	42.747	43.476	42.425	
2005	Provisão pendente	25.242	9.278	7.586	3.546		
	Pagos acumulados	29.923	44.305	47.421	48.793		
	Total custo	55.165	53.583	55.007	52.338		
2006	Provisão pendente	33.420	14.788	5.471			
	Pagos acumulados	34.419	49.414	54.998			
	Total custo	67.839	64.202	60.469			
2007	Provisão pendente	31.254	3.858				
	Pagos acumulados	31.377	49.383				
	Total custo	62.631	53.241				
2008	Provisão pendente	64.800					
	Pagos acumulados	32.884					
	Total custo	97.683					

CONCEITO	ANO DE OCORRENCIA						
	2008	2007	2006	2005	2004	2003 E ANT	TOTAL
Provisão para sinistros de seguro directo - Não vida	64.800	3.858	5.471	3.546	3.512	8.459	89.645

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS)
(NÃO INCLUI VALORES DE PROVISÕES MATEMÁTICAS E DE PENSÕES PAGAS DO RAMO ACIDENTES DE TRABALHO)

EXERCÍCIO DE 2007								
EVOLUÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS - ANOS SEGUINTE AO DE OCORRÊNCIA								
ANO DE OCORRÊNCIA DOS SINISTROS	CONCEITO	ANO DE OCORRÊNCIA	1 ANO DEPOIS	2 ANOS DEPOIS	3 ANOS DEPOIS	4 ANOS DEPOIS	MAIS DE 4 ANOS DEPOIS	
2003 e anteriores	Provisão pendente	2.935	3.092	3.443	3.063	2.335	6.162	
	Pagos acumulados	15.769	22.804	24.166	25.594	26.556	27.759	
	Total custo	18.704	25.896	27.609	28.657	28.891	33.921	
2003	Provisão pendente	5.189	6.501	4.592	3.428	2.824		
	Pagos acumulados	18.512	27.796	30.502	32.034	32.719		
	Total custo	23.701	34.297	35.094	35.462	35.543		
2004	Provisão pendente	18.840	7.901	6.028	4.801			
	Pagos acumulados	21.725	33.847	36.719	38.675			
	Total custo	40.565	41.748	42.747	43.476			
2005	Provisão pendente	25.242	9.278	7.586				
	Pagos acumulados	29.923	44.305	47.421				
	Total custo	55.165	53.583	55.007				
2006	Provisão pendente	33.420	14.788					
	Pagos acumulados	34.419	49.414					
	Total custo	67.839	64.202					
2007	Provisão pendente	31.254						
	Pagos acumulados	31.377						
	Total custo	62.631						
CONCEITO		ANO DE OCORRÊNCIA						
		2008	2007	2006	2005	2004	2003 E ANT	TOTAL
Provisão para sinistros de seguro directo - Não vida		31.254	14.788	7.586	4.801	2.824	6.162	67.415

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS)
(NÃO INCLUI VALORES DE PROVISÕES MATEMÁTICAS E DE PENSÕES PAGAS DO RAMO ACIDENTES DE TRABALHO)

A percentagem imputável ao resseguro cedido da sinistralidade apresentada no quadro anterior ascende globalmente a 26,1% no exercício corrente e a 11,0% no exercício anterior.

O valor de 16.238.956,94 euros referente às provisões matemáticas de acidentes de trabalho e incluído na rubrica do Passivo "Provisão para sinistros" apresenta a seguinte decomposição por ano de ocorrência dos sinistros e por tipo de pensão:

EXERCÍCIO DE 2008				
PROVISÃO MATEMÁTICA				
ANO DE OCORRÊNCIA DOS SINISTROS	CONCILIADAS / HOMOLOGADAS	DEFINIDAS	PRESUMÍVEIS	TOTAL POR ANO DE OCORRÊNCIA DO SINISTRO
2003 e anteriores	2.608.449,88	612.761,84	226.054,40	3.447.266,12
2004	767.707,92	-24.340,60	-408.310,86	335.056,46
2005	920.976,30	171.988,98	93.255,53	1.186.220,81
2006	254.678,31	257.254,97	194.941,33	706.874,61
2007	487.095,79	303.554,14	1.243.668,73	2.034.318,66
2008	176.652,87	778,74	8.351.788,67	8.529.220,28
TOTAL	5.215.561,07	1.321.998,07	9.701.397,80	16.238.956,94

EXERCÍCIO DE 2007				
PROVISÃO MATEMÁTICA				
ANO DE OCORRÊNCIA DOS SINISTROS	CONCILIADAS / HOMOLOGADAS	DEFINIDAS	PRESUMÍVEIS	TOTAL POR ANO DE OCORRÊNCIA DO SINISTRO
2002 e anteriores	2.706.316,83	631.198,86	339.579,28	3.677.094,97
2003	291.601,86	40.000,61	50.342,49	381.944,96
2004	532.723,25	227.163,33	669.651,28	1.429.537,86
2005	296.970,25	240.563,53	1.667.743,70	2.205.277,48
2006	174.168,60	303.564,70	2.538.590,38	3.016.323,68
2007	165.120,44	778,75	4.468.240,03	4.634.139,22
TOTAL	4.166.901,23	1.443.269,78	9.734.147,16	15.344.318,17

O valor registado no exercício a título de pagamento de pensões do ramo de acidente de trabalho ascendeu a 2.790.750,81 euros. No quadro abaixo apresentamos o referido valor por exercício de ocorrência dos sinistros e por tipo de pagamento:

EXERCÍCIO DE 2008			
MONTANTES PAGOS - PENSÕES			
ANO DE OCORRENCIA DOS SINISTROS	PENSÕES PAGAS	PENSÕES REMIDAS	TOTAL POR ANO DE OCORRÊNCIA DO SINISTRO
2003 e anteriores	222.637,01	41.505,43	264.142,44
2004	76.107,27	43.207,06	119.314,33
2005	72.933,23	278.959,01	351.892,24
2006	73.674,02	893.865,97	967.539,99
2007	40.934,95	987.428,51	1.028.363,46
2008	504,45	58.993,90	59.498,35
TOTAL	486.790,93	2.303.959,88	2.790.750,81

EXERCÍCIO DE 2007			
MONTANTES PAGOS - PENSÕES			
ANO DE OCORRENCIA DOS SINISTROS	PENSÕES PAGAS	PENSÕES REMIDAS	TOTAL POR ANO DE OCORRÊNCIA DO SINISTRO
2002 e anteriores	311.484,14	7.346,49	318.830,63
2003	35.811,82	14.183,87	49.995,69
2004	52.989,27	130.726,31	183.715,58
2005	-25.074,06	948.747,11	923.673,05
2006	31.251,22	919.924,93	951.176,15
2007	5.723,53	49.647,16	55.370,69
TOTAL	412.185,92	2.070.575,87	2.482.761,79

FI INFORMAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA SOBRE RISCOS DE MERCADO, CRÉDITO, LIQUIDEZ E OPERACIONAIS

1. Risco de mercado – Risco cambial

Este risco é inexistente, uma vez que a companhia tem todas as suas apólices emitidas em Euros.

2. Risco de crédito

O risco de crédito encontra-se minimizado, tendo em conta que a política de resseguro privilegia as entidades com qualidade creditícia superior a A, conforme já anteriormente referenciado.

No quadro seguinte, apresentamos a exposição máxima ao risco:

RESSEGURO CEDIDO	VALOR CONTABILÍSTICO	
	2008	2007
Provisão para sinistros	23.373.793,99	7.401.212,06
Outras provisões técnicas	0,00	0,00
Créditos por operações de resseguro cedido	269.681,08	27.874,26
Dívidas por operações de resseguro cedido	-2.784.883,01	-3.579.648,86
TOTAL POSIÇÃO LIQUIDA	20.858.592,06	3.849.437,46

O aumento significativo da exposição resulta da incorporação das provisões para sinistros referentes ao negócio de caução e crédito adquirido, conforme descrito na nota 33.

Esta exposição máxima encontra-se distribuída de acordo com a classificação creditícia dos resseguradores do quadro seguinte:

CLASSIFICAÇÃO CREDITICIA DE RESSEGURADORES	VALOR CONTABILISTICO	
	2008	2007
AAA	-11.318,75	0,00
AA	20.786.665,38	2.444.586,90
A	37.552,21	0,00
BBB	-7.160,76	65,23
Sem qualificação	52.853,98	1.404.785,33
TOTAL POSIÇÃO LIQUIDA	20.858.592,06	3.849.437,46

Do valor total em risco, um montante de 2.259.729,21 euros encontram-se garantidos através do depósito de títulos de rendimento fixo e efectivo em nome da MAPFRE SEGUROS GERAIS.

Em relação ao co-seguro a exposição máxima ao risco de crédito encontra-se espelhada no quadro seguinte:

CO-SEGURO CEDIDO	VALOR CONTABILISTICO	
	2008	2007
Provisão para sinistros	1.464.353,74	932.462,37
Otras provisões técnicas	0,00	0,00
Créditos por operações de co-seguro cedido	2.155.185,49	1.077.205,29
Dívidas por operações de co-seguro cedido	-2.340.185,75	-1.364.451,13
TOTAL POSIÇÃO LIQUIDA	1.279.353,48	645.216,53

Não se dispõe à data de classificações creditícias das entidades em causa, razão pela qual não são apresentadas.

No ano 2008, foi imputada uma imparidade de 82 mil euros relativa ao saldo com a Mutua dos Armadores da Pesca de Arrasto face à antiguidade deste e ao facto das diligências que foram efectuadas com vista à sua recuperação não terem surtido efeito e a Companhia considerar, por isso, ser muito pouco provável a sua cobrança.

3. Risco de liquidez

Para cobrir eventuais obrigações derivadas dos contratos de seguro, mantêm-se saldos de tesouraria suficientes.

A 31/12/2008 o saldo de tesouraria era de 12.596.262,92 euros (10.438.273,61 euros no ano anterior) e representava 9% do total de investimentos financeiros e tesouraria (8% em 31 de Dezembro de 2007).

Por outro lado, todos os investimentos financeiros se encontram classificados como disponíveis para venda e são negociados em mercados regulamentados, o que garante a possibilidade imediata de os transformar em liquidez.

O calendário estimado de saídas de tesouraria relacionadas com passivos de seguros, encontra-se no quadro seguinte:

CONCEITO	EXERCÍCIO DE 2008						
	1.º ANO	2.º ANO	3.º ANO	4.º ANO	5.º ANO	APÓS O 5.º ANO	SALDO FINAL
Provisão para prémios não adquiridos	14.567	7.976	2.474	608	105	898	26.629
Provisão para sinistros	47.756	26.149	8.110	1.992	345	2.946	87.297
Matemática	8.883	4.864	1.509	371	64	548	16.239
Outras	38.872	21.285	6.601	1.621	281	2.398	71.058
Provisão para participação nos resultados							0
Provisão para desvios de sinistralidade	1.315	720	223	55	9	81	2.404
Provisão para riscos em curso	403	221	68	17	3	25	737
Outras provisões técnicas							0
Dívidas por operações de seguro directo	6.481	288	216	144	72	0	7.201
Dívidas por operações de resseguro	2.785						2.785
TOTAL POSIÇÃO LIQUIDA	73.307	35.354	11.092	2.815	534	3.950	127.053

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS)

EXERCÍCIO DE 2007							
CONCEITO	SEGURO DIRECTO						SALDO FINAL
	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO	APÓS O 5º ANO	
Provisão para prémios não adquiridos	16	8	2	1	0	1	27
Provisão para sinistros	577	276	57	36	13	22	981
Matemática	0	0	0	0	0	0	0
Outras	577	276	57	36	13	22	981
Provisão para participação nos resultados							0
Provisão para desvios de sinistralidade	0	0	0	0	0	0	0
Provisão para riscos em curso	0	0	0	0	0	0	0
Outras provisões técnicas							0
Dívidas por operações de seguro directo	5.218	232	174	116	58	0	5.798
Dívidas por operações de resseguro	3.580						3.580
TOTAL POSIÇÃO LIQUIDA	9.391	515	233	153	71	23	10.386

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS)

4. Risco operacional

Anualmente é levado a cabo um processo de levantamento de riscos operacionais, utilizando a ferramenta informática Riskm@p, desenvolvida pelo Grupo MAPFRE.

Este levantamento inclui 23 tipos de riscos, agrupados nas seguintes áreas: actuarial, jurídica, tecnológica, recursos humanos, procedimentos, informação, fraude, mercado e bens materiais.

Através desta ferramenta são seleccionados colaboradores tendo em conta as suas funções e relevância, respondem a 640 questionários que são posteriormente tratados pelo Coordenador de Riscos, obtendo-se um mapa em função da criticidade, resultante da importância e da probabilidade de ocorrência destes.

Para os riscos contidos em cada processo que apresentem um índice de criticidade superior a 75% é obrigatoriamente elaborado um plano de acção, com o objectivo de os minimizar.

Através do quadro seguinte podemos concluir que, apesar de poder existir um ou outro risco com criticidade elevada, tal não se verifica ao nível dos processos.

PROCESSO	ÍNDICE DE CRITICIDADE ASSOCIADO
GERAL	63,10
Desenvolvimento de produtos	62,70
Emissão	63,20
Sinistros	57,20
Gestão Administrativa	54,80
Actividades Comerciais	66,30
Recursos Humanos	65,90
Comissões	30,50
Co-Seguro / Resseguro	67,50
Provisões Técnicas	70,10
Investimentos	59,90
Sistemas Tecnológicos	60,40
Atendimento ao Cliente	66,10

G) MONITORIZAÇÃO GLOBAL DA EXPOSIÇÃO AO RISCO

Todos os processos descritos garantem uma elevada consistência na gestão de risco da companhia e são complementados por um sistema global de monitorização e quantificação da exposição.

Tal sistema encontra-se sob a responsabilidade do Coordenador de Riscos, que assegura:

a) A quantificação global da exposição aos riscos

A estimação dos riscos é efectuada através de um modelo standard de factores fixos que quantifica os riscos financeiros, os riscos de crédito e os riscos de seguros, em articulação com os requisitos do projecto Solvência II.

Esta estimação efectua-se, no mínimo, uma vez por ano, sendo objectivo que se realize duas vezes.

O Grupo MAPFRE possui uma política de capitalização e dividendos de forma a dotar cada unidade dos capitais necessários à cobertura dos riscos assumidos, segundo a qual, o capital disponível a cada momento nunca poderá ser inferior ao capital mínimo legal exigido acrescido de uma margem de 10%.

Ao fecho do exercício 2008 a taxa de cobertura da margem de solvência foi de 336,2%.

b) A elaboração e implementação de planos de acção mitigadores dos riscos:

Para os riscos com grau de criticidade elevada, o Coordenador de Riscos promove, em conjunto com as áreas envolvidas, a elaboração e implementação de planos de mitigação desses riscos;

c) O desenvolvimento de pontos de controlo de riscos:

Em função do tratamento das respostas aos questionários, o Coordenador de Riscos, sugere a implementação de pontos de controlo e acompanha a sua posta em prática;

d) A implementação de um ambiente de gestão e controlo de riscos na organização:

Esta vertente é assegurada pela divulgação a toda a empresa da quantificação efectuada, pelo envolvimento de toda a organização nos planos mitigadores e nos pontos de controlo, bem como através da promoção de diversas acções de formação.

H) INFORMAÇÃO QUANTITATIVA DE ALGUNS RÁCIOS

Apresentamos no quadro abaixo um conjunto de rácios para os grupos de ramos com maior representatividade na carteira da companhia:

EXERCÍCIO DE 2008						
RUBRICA	RAMOS NÃO VIDA	ACIDENTES E DOENÇA	INCÊNDIO E OUT. DANOS	AUTOMÓVEL	CRÉDITO E CAUÇÃO	OUTROS
Rácio de sinistralidade	75,2%	65,9%	51,9%	72,6%	187,6%	40,5%
Rácio de custos de exploração	24,3%	24,4%	25,3%	23,3%	28,2%	26,1%
Rácio combinado	97%	91%	80%	91%	211%	70%
Rácio operacional	93%	87%	77%	87%	201%	66%

* CALCULADOS BRUTOS DE RESSEGURO CEDIDO

EXERCÍCIO DE 2007						
RUBRICA	RAMOS NÃO VIDA	ACIDENTES E DOENÇA	INCÊNDIO E OUT. DANOS	AUTOMÓVEL	CRÉDITO E CAUÇÃO	OUTROS
Rácio de sinistralidade	70,8%	73,4%	34,5%	82,2%	64,6%	22,7%
Rácio de custos de exploração	23,0%	21,0%	22,9%	22,9%	28,7%	26,5%
Rácio combinado	94%	95%	63%	102%	95%	53%
Rácio operacional	88%	89%	63%	95%	92%	28%

* CALCULADOS BRUTOS DE RESSEGURO CEDIDO

6. Instrumentos financeiros

1. RUBRICAS DE BALANÇO

No Anexo 1 às Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas apresenta-se o inventário de participações e instrumentos financeiros (Anexo 1), no qual se detalham por código de ISIN os instrumentos financeiros que fazem parte integrante do total apresentado no Balanço em "Activos financeiros disponíveis para venda".

Os instrumentos financeiros são constituídos por títulos de dívida, acções e unidades de participação em fundos de investimento mobiliário, classificados como "Disponíveis para venda", bem como por depósitos de curto prazo em instituições bancárias, classificados como "Empréstimos concedidos e contas a receber". Durante o exercício de 2008 não foram efectuadas transferências de activos entre carteiras.

A reconciliação dos saldos inicial e final dos instrumentos financeiros encontra-se nos quadros seguintes:

EXERCÍCIO DE 2008						
RUBRICA	TÍTULOS DE DÍVIDA		AÇÕES E UNID. DE PARTICIP.		EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CONTAS A RECEBER	VALOR CONTABILÍSTICO
	DETIDOS PELA MAPFRE GERAIS	CONC. EMPRESARIAL MAPFRE CYC	DETIDOS PELA MAPFRE GERAIS	CONC. EMPRESARIAL MAPFRE CYC		
Saldo inicial	95.166.110,74	0,00	19.931.873,07	0,00	16.415.791,90	131.513.775,71
Correcções de erros (IAS 8)			-166.082,10			-166.082,10
Alteração pol contab (IAS 8)	-909.312,75					-909.312,75
Saldo inicial alterado	94.256.797,99	0,00	19.765.790,97	0,00	16.415.791,90	130.438.380,86
Aquisições (a valor aquisição)	92.078.530,00	5.636.342,58	8.297.010,52	532.689,00		106.544.572,10
Reemb. (a valor aquisição)	11.313.480,83					11.313.480,83
Alienações (a valor aquisição)	75.417.873,59		8.744.575,03			84.162.448,62
Transf. (a valor aquisição)						0,00
Variação do justo valor	559.505,37		-6.173.579,57			-5.614.074,20
Variação do custo amortizado	105.712,02					105.712,02
Juros	638.595,64				-172.876,34	465.719,30
Outros aumentos					44.096.205,47	44.096.205,47
Outras diminuições					53.518.637,96	53.518.637,96
Saldo final	100.907.786,60	5.636.342,58	13.144.646,89	532.689,00	6.820.483,07	127.041.948,14

EXERCÍCIO DE 2007					
RUBRICA	TÍTULOS DE DÍVIDA	AÇÕES E UNID. DE PARTICIP.	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CONTAS A RECEBER		VALOR CONTABILÍSTICO
Saldo inicial	73.998.198,58	18.953.862,15		23.939.482,67	116.891.543,40
Correcções de erros (IAS 8)		-166.082,10			-166.082,10
Alteração pol contab (IAS 8)	163.087,24				163.087,24
Saldo inicial alterado	74.161.285,82	18.787.780,05		23.939.482,67	116.888.548,54
Aquisições (a valor aquisição)	102.026.100,93	10.084.795,11			112.110.896,04
Reembolso (a valor aquisição)	6.258.773,86				6.258.773,86
Alienações (a valor aquisição)	76.466.183,19	8.421.741,71			84.887.924,90
Transferências (a valor aquisição)				908.774,16	908.774,16
Variação do justo valor	-1.072.399,99	-685.042,48			-1.757.442,47
Variação do custo amortizado	216.365,21				216.365,21
Juros	1.650.403,07			197.558,57	1.847.961,64
Outros aumentos				65.678.705,75	65.678.705,75
Outras diminuições				72.491.180,93	72.491.180,93
Saldo final	94.256.797,99	19.765.790,97		16.415.791,90	130.438.380,86

A transferência mostrada na coluna de empréstimos concedidos e contas a receber, respeita à transferência do saldo relativo a empréstimos a empregados, que nos termos do PCES aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007 são agora incluídos nos saldos com o pessoal na rubrica de "Contas a receber por outras operações".

Detalha-se no quadro seguinte o conjunto de movimentos registados nestas rubricas por efeito das alterações introduzidas pelo PCES aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007 e que foram na sua globalidade registados em 2008 por contrapartida de resultados transitados (ver Nota 35).

DETALHE DAS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELO PCES	VALORES
Ajustamento no critério de mensuração dos títulos de dívida para o critério do justo valor à data da transição (1 de Janeiro de 2007)	163.087,24
Efeito em 2007 da mensuração dos títulos de dívida ao justo valor em 31 de Dezembro de 2007	-1.072.399,99
Subtotal – Títulos de dívida	-909.312,75
Ajustamento relativo a erros incorridos em exercícios anteriores relativamente às acções e unidades de participação em fundos de investimentos mobiliários	-166.082,10
DETALHE DOS MOVIMENTOS COM EFEITOS NO CAPITAL PRÓPRIO	VALORES
Ajustamento no critério de mensuração dos títulos de dívida para o critério do justo valor à data da transição (1 de Janeiro de 2007)	163.087,24
Efeito em 2007 da mensuração dos títulos de dívida ao justo valor em 31 de Dezembro de 2007	-1.072.399,99
Efeito em 2007 da mensuração das acções e unidades de participação em fundos de investimento ao justo valor em 31 de Dezembro de 2007	-685.042,48
Valor total de variação dos capitais próprios em 2007	-1.757.442,47
Ajustamento relativo a erros incorridos em exercícios anteriores relativamente às acções e unidades de participação em fundos de investimentos mobiliários	-166.082,10
Efeito em 2008 da mensuração dos títulos de dívida ao justo valor em 31 de Dezembro de 2008	559.505,37
Efeito em 2008 da mensuração das acções e unidades de participação em fundos de investimento ao justo valor em 31 de Dezembro de 2008	-4.873.925,79
Valor total de variação dos capitais próprios em 2008	-4.314.420,42

Adicionalmente, no quadro seguinte mostra-se o detalhe dos movimentos ocorridos nestas rubricas e que justificam directamente variações mostradas nos mapas de variação dos capitais próprios:

2. JUSTO VALOR

Na alínea C) da nota relativa às bases de mensuração e políticas contabilísticas, incluída na nota 3, são descritos os critérios e bases de mensuração aplicados aos instrumentos financeiros detidos pela Companhia. Detalham-se nos parágrafos seguintes os procedimentos adoptados com vista à metodologia de determinação do justo valor dos títulos de dívida:

Os títulos de rendimento fixo estão valorizados consoante o processo que abaixo se descreve, à cotação de fecho dos mercados, obtida através do “Bloomberg” ou à cotação encontrada através de um modelo interno:

- Através do Bloomberg obtêm-se as cotações para cada título;
- Com esta cotação, obtêm-se o spread implícito sobre a curva swap euro;
- Automaticamente é realizado um controlo para detectar se o spread se encontra dentro de um intervalo para mais ou para menos, em referência ao spread médio das duas últimas sessões;
- Se fica dentro, aceita o spread e, portanto, a cotação;
- Se fica fora, considera o spread médio dos últimos dois dias, sendo a cotação obtida pelo desconto dos fluxos do título à taxa swap adicionada do spread considerado;
- Neste caso, no dia seguinte, procede-se à análise se estamos perante uma situação consequência de transacções forçadas e onde não exista um mercado activo;
- Se isso se verifica, então aplica-se um spread “fixo” determinado em função da qualidade creditícia do emissor e do prazo residual do título, variáveis estas observadas em novas emissões ou, caso estas não existam, em função do histórico dos mercados;
- Estes spreads são revistos semanalmente;
- Descontando os fluxos do título à taxa swap adicionada do spread “fixo” obtém-se a cotação de valorização do título;

Em consonância com as Normas Internacionais de Contabilidade e a circular n.º 11/2008, de 16 de Dezembro, a MAPFRE SEGUROS GERAIS adopta este processo em virtude do funcionamento actual dos mercados implicar um efeito de volatilidade excessiva de alguns títulos.

Os instrumentos financeiros valorizados à cotação do referido modelo interno são os seguintes:

ISIN	NOME DO EMISSOR	ISIN	NOME DO EMISSOR
NL0000118024	ABN AMRO BANK N.V. AMSTERDAM	XS0371067801	DRESDNER BANK A.G. FRANKFURT
XS0200649944	ANZ NATIONAL INTL LONDON	XS0098523797	ENDESA INTERNATIONAL B.V.
XS0329335052	AUSTRALIA & N.ZEALAND BANKING	ES0230670210	ENDESA, S.A.
ES0312362017	AYT CEDULAS CAJAS VIII F.T.A.	BE0933514839	FORTIS BANK BRUXELLES
ES0413211154	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	XS0378750581	GE CAPITAL EUROPEAN FUNDING
ES0313211130	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	XS0350465422	GE CAPITAL EUROPEAN FUNDING
ES0413440092	BANCO ESPAÑOL DE CREDITO	XS0385688097	GE CAPITAL EUROPEAN FUNDING
PTBERU1E0015	BANCO ESPIRITO SANTO	XS0203871651	HBOS PLC
ES0413770001	BANCO PASTOR	XS0353643744	HSBC HOLDINGS
ES0313770069	BANCO PASTOR	ES0314954076	IBERCAJA
ES0413860109	BANCO SABADELL	XS0097762065	IBERDROLA INTERNATIONAL BV
ES0413900178	BANCO SANTANDER CENTRAL HISPAN	XS0371460568	ING BANK AUSTRALIA LTD
PTBSPOM0019	BANCO SANTANDER TOTTA SA	XS0360809577	INTESA SANPAOLO SPA
XS0267299633	BANK OF AMERICA CORP.	XS0371944926	JOHN DEERE CAPITAL CORP
XS0323119973	BANK OF AMERICA CORP.	XS0342144846	JP MORGAN CHASE & CO. INC.
XS0268558375	BANK OF IRELAND	XS0362269945	JP MORGAN CHASE & CO. INC.
ES0313679443	BANKINTER	XS0284839882	JP MORGAN CHASE & CO. INC.
XS0367991709	BARCLAYS BANK PLC LONDON	FR0010586081	LA POSTE
XS0240949791	BARCLAYS BANK PLC LONDON	XS0281969542	LLOYDS TSB BANK PLC
XS0259231974	BK NEDERLANDSE GEMEENTEN	XS0235620142	MORGAN STANLEY
XS0355879346	BNP PARIBAS PARIS	XS0257885086	N.V. NEDERLANDSE GASUNIE
ES0357080144	BPE FINANCIACIONES, S.A.	XS0350485453	NATIONAL AUSTRALIA BANK
FR0010568956	CAISSE DE REFIN. DE L'HABITAT	XS0293707617	RABOBANK NEDERLAND
FR0010526996	CAISSE DE REFIN. DE L'HABITAT	XS0176347044	RED ELECTRICA FINANCE BV
FR0000207052	CAISSE NATL. D'AUTOROUTES	XS0369470397	REPUBLICA DE HUNGRIA
ES0414970246	CAIXA-C.A. Y PENSIONES DE BARC	FR0010660043	RESEAU DE TRANSPORT
ES0314958044	CAIXANOVA-C.A. VIGO, OURENSE, PO	XS0291810637	ROYAL BANK OF CANADA (CANADA)
ES0414840381	CAJA DE AHORROS DE CATALUÑA	XS0363669408	ROYAL BANK OF SCOTLAN GROUP PL
ES0314600083	CAJA DE AHORROS DE MURCIA	XS0356705219	ROYAL BANK OF SCOTLAND PLC
ES0414400038	CAJA DE AHORROS DEL MEDITERRAN	XS0305024936	SANTANDER INTERNATIONAL DEBT S
ES0414950644	CAJA MADRID	XS0381817005	SANTANDER INTERNATIONAL DEBT S
ES0214950059	CAJA MADRID	XS0327533617	SANTANDER ISSUANCES S.A. UNIPE
ES0314950348	CAJA MADRID	XS0171966269	SCHIPHOL NEDERLAND B.V.
FR0010582312	COMPAGNIE DE FINANCEMENT FONCI	XS0269740899	SNS BANK NEDERLAND
XS0297397811	CREDIT AGRICOLE LONDON	XS0289186230	SOCIETE GENERALE PARIS
XS0215088450	DANSKE BANK A/S	XS0188109994	TOKYO ELECTRIC POWER CO INC.
DE0003099990	DEUTSCHE BAHN FINANCE BV	XS0234775483	UBS AG JERSEY BRANCH
DE000DB5S6X0	DEUTSCHE BANK AG FRANKFURT	XS0304032237	UBS AG JERSEY BRANCH
DE0003933511	DEUTSCHE BANK AG FRANKFURT	ES05648722G4	UNICAJA (C.A. RONDA, CADIZ, ALME
XS0283290756	DNB NOR BANK ASA	XS0365663961	WACHOVIA BANK N.A.
XS0230191081	DNB NOR BANK ASA	XS0262914020	WACHOVIA CORP (FIRST UNION COR
XS0371409292	DNB NOR BANK ASA		

No exercício de 2008 foi reconhecido, em resultados, um montante de 1.299.653,78 euros de imparidade nos instrumentos financeiros de rendimento variável, de acordo com o seguinte detalhe:

EXERCÍCIO DE 2008			
TIPO DE ACTIVO	VALOR CONTABILISTICO		
	AQUISIÇÃO	JUSTO VALOR	IMPARIDADE
Activos financeiros disponíveis para venda			
Acções	1.880.278,07	954.764,09	925.513,98
Unidades particip fundos invest	1.000.000,00	625.860,20	374.139,80
TOTAL	2.880.278,07	1.580.624,29	1.299.653,78

No quadro seguinte mostra-se o detalhe dos investimentos financeiros detidos pela companhia à data de encerramento do exercício e do exercício anterior:

EXERCÍCIO DE 2008					
TIPO DE ACTIVO	AQUISIÇÃO	VALOR CONTABILISTICO			TOTAL
		CUSTO AMORTIZADO	AJUSTAMENTO AO JUSTO VALOR	JURO	
Activos financeiros disponíveis para venda	121.867.907,32	-109.876,04	-3.825.547,92	2.288.981,71	120.221.465,07
Acções	13.161.018,59		-2.826.346,89		10.334.671,70
Unidades particip fundos invest	3.992.057,84		-649.393,65		3.342.664,19
Titulos de dívida pública	38.606.149,12	35.926,29	-227.272,86	816.098,12	39.230.900,67
Titulos de outros emissores	66.108.681,77	-145.802,33	-122.534,52	1.472.883,59	67.313.228,51
Empréstimos concedidos e contas a receber	6.795.800,84	0,00	0,00	24.682,23	6.820.483,07
Outros depósitos	6.795.800,84			24.682,23	6.820.483,07
TOTAL	128.663.708,16	-109.876,04	-3.825.547,92	2.313.663,94	127.041.948,14

EXERCÍCIO DE 2007					
TIPO DE ACTIVO	AQUISIÇÃO	VALOR CONTABILISTICO			TOTAL
		CUSTO AMORTIZADO	AJUSTAMENTO AO JUSTO VALOR	JURO	
Activos financeiros disponíveis para venda	110.799.247,67	-215.588,06	1.788.526,28	1.650.403,07	114.022.588,96
Acções	13.271.124,39		2.563.717,69		15.834.842,08
Unidades particip fundos invest	3.796.827,55		134.121,34		3.930.948,89
Titulos de dívida pública	43.902.278,32	-181.908,57	-96.406,86	873.634,58	44.497.597,47
Titulos de outros emissores	49.829.017,41	-33.679,49	-812.905,89	776.768,49	49.759.200,52
Empréstimos concedidos e contas a receber	16.218.233,33	0,00	0,00	197.558,57	16.415.791,90
Outros depósitos	16.218.233,33			197.558,57	16.415.791,90
TOTAL	127.017.481,00	-215.588,06	1.788.526,28	1.847.961,64	130.438.380,86

3. NATUREZA E EXTENSÃO DOS RISCOS RESULTANTES DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em geral, a MAPFRE baseia a sua política de investimentos em critérios de prudência, privilegiando os títulos de rendimento fixo.

Não obstante, assume um certo grau de risco de mercado, de acordo com os seguintes critérios:

Risco de taxa de juro

A variável utilizada para medir este risco é a duração modificada, estabelecendo-se que a sua magnitude se deve situar em torno dos 5%, com um máximo de 7%.

Risco de câmbio

A exposição a este risco apenas deve ser mantida por motivos de diversificação dos investimentos e não pode superar os 10% do total dos investimentos.

Outros riscos de mercado

Relativamente a outros possíveis riscos de mercado que não os anteriores, encontra-se estabelecido que não devem superar os 20% do total dos investimentos

Existe uma adequada diversificação internacional e sectorial dos activos de rendimento variável, no sentido de reduzir a exposição ao risco de um mercado específico.

O risco de crédito é minimizado através do investimento em títulos emitidos por entidades de elevada solvência e da diversificação dos investimentos de rendimento fixo.

Como referencia, as aplicações de rendimento fixo devem conter aproximadamente 50% de títulos de rendimento fixo de estados da União Europeia e 50% de títulos emitidos por empresas de alta classificação creditícia.

Quer no caso dos títulos de rendimento fixo como nos de rendimento variável, aplicam-se critérios de diversificação por sectores de actividade e limites máximos de risco por emissor.

Ainda que as limitações de risco se encontrem estabelecidas através de variáveis facilmente observáveis, realizam-se regularmente análises de risco em termos probabilísticos em função das volatilidades e correlações históricas.

No quadro seguinte apresenta-se o nível máximo de exposição ao risco de crédito e a classificação creditícia dos emissores de valores de títulos de dívida:

EXERCÍCIO DE 2008					
VALOR MERCADO					
CLASSIFICAÇÃO CREDITICIA DOS EMISSORES	ESTADO	BANCOS E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	SEGURADORAS	OUTROS	TOTAL
AAA	18.951.396,25	10.403.109,35	0,00	5.272.435,22	34.626.940,82
AA	13.521.437,01	13.292.927,29	412.267,51	5.144.183,17	32.370.814,98
A	5.361.855,17	13.477.026,01	0,00	16.914.858,80	35.753.739,98
BBB	580.114,12	823.622,31	0,00	99.915,26	1.503.651,69
BB o menor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sin calificación	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	38.414.802,55	37.996.684,96	412.267,51	27.431.392,45	104.255.147,47

EXERCÍCIO DE 2007					
VALOR MERCADO					
CLASSIFICAÇÃO CREDITICIA DOS EMISSORES	ESTADO	BANCOS E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	SEGURADORAS	OUTROS	TOTAL
AAA	33.794.467,83	5.829.770,02	0,00	2.841.564,25	42.465.802,10
AA	7.820.114,80	11.957.146,25	0,00	9.586.989,66	29.364.250,71
A	2.009.380,26	13.722.163,96	0,00	4.654.896,79	20.386.441,01
BBB	0,00	0,00	0,00	389.901,10	389.901,10
BB o menor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sin calificación	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	43.623.962,89	31.509.080,23	0,00	17.473.351,80	92.606.394,92

Os instrumentos financeiros encontram-se classificados de acordo com o seguinte quadro:

EXERCÍCIO DE 2008			
TIPO DE ACTIVO	VALOR CONTABILISTICO		TOTAL
	ACTIVOS FINANCIEROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CONTAS A RECEBER	
Acções	10.334.671,70		10.334.671,70
Unidades particip fundos invest	3.342.664,19		3.342.664,19
Titulos de dívida pública	39.230.900,67		39.230.900,67
Titulos de outros emissores	67.313.228,51		67.313.228,51
Outros depósitos		6.820.483,07	6.820.483,07
TOTAL	120.221.465,07	6.820.483,07	127.041.948,14

EXERCÍCIO DE 2007			
TIPO DE ACTIVO	VALOR CONTABILISTICO		TOTAL
	ACTIVOS FINANCIEROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS E CONTAS A RECEBER	
Acções	15.834.842,08		15.834.842,08
Unidades particip fundos invest	3.930.948,89		3.930.948,89
Titulos de dívida pública	44.497.597,47		44.497.597,47
Titulos de outros emissores	49.759.200,52		49.759.200,52
Outros depósitos		16.415.791,90	16.415.791,90
TOTAL	114.022.588,96	16.415.791,90	130.438.380,86

Nas análises de sensibilidade realizadas ao risco financeiro, destacam-se entre outros, os indicadores da duração modificada, para valores de rendimento fixo, e o VaR (valor em risco) para o rendimento variável.

No quadro abaixo detalha-se os vencimentos, a taxa de juro média e a duração modificada:

EXERCÍCIO DE 2008										
TIPO DE ACTIVO	SALDO FINAL	VENCIMENTO A:						APÓS 5 ANOS	TAXA DE JURO	DURAÇÃO MODIFICADA
		1 ANO	2 ANOS	3 ANOS	4 ANOS	5 ANOS				
Carteira disponível p/venda										
Titulos de dívida	104.255	8.463	12.875	13.744	9.847	8.827	50.499	4,525	4,706	
Carteira a vencimento										
Outros depósitos *	6.796									
TOTAL	111.051	8.463	12.875	13.744	9.847	8.827	50.499	-	-	

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS)

* APLICAÇÕES A CURTO PRAZO COM VENCIMENTO INFERIOR A 1 ANO.

EXERCÍCIO DE 2007										
TIPO DE ACTIVO	SALDO FINAL	VENCIMENTO A:						APÓS 5 ANOS	TAXA DE JURO	DURAÇÃO MODIFICADA
		1 ANO	2 ANOS	3 ANOS	4 ANOS	5 ANOS				
Carteira disponível p/venda										
Titulos de dívida	92.607	12.491	6.040	17.204	13.469	12.086	31.318	4,634	3,447	
Carteira a vencimento										
Outros depósitos *	16.218									
TOTAL	108.825	12.491	6.040	17.204	13.469	12.086	31.318	-	-	

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS)

* APLICAÇÕES A CURTO PRAZO COM VENCIMENTO INFERIOR A 1 ANO.

A duração modificada reflecte a sensibilidade do valor dos activos aos movimentos das taxas de juro e representa uma aproximação ao valor da variação percentual no valor dos activos financeiros por cada ponto percentual de variação das taxas de juro.

No seguinte quadro apresenta-se o detalhe dos instrumentos financeiros atendendo às moedas que estão denominados à data de encerramento do exercício:

EXERCÍCIO DE 2008					
VALOR CONTABILISTICO					
TIPO DE MOEDA	ACÇÕES	UNIDADES PARTICIP FUNDOS INVEST	TITULOS DE DÍVIDA	OUTROS DEPÓSITOS	TOTAL
Euro	9.651.860,52	3.342.664,19	106.544.129,18	6.820.483,07	126.359.136,96
Franco Suíço	682.811,18				682.811,18
TOTAL	10.334.671,70	3.342.664,19	106.544.129,18	6.820.483,07	127.041.948,14

EXERCÍCIO DE 2007					
VALOR CONTABILISTICO					
TIPO DE MOEDA	ACÇÕES	UNIDADES PARTICIP FUNDOS INVEST	TITULOS DE DÍVIDA	OUTROS DEPÓSITOS	TOTAL
Euro	14.638.268,22	3.930.948,89	94.256.797,99	16.415.791,90	129.241.807,00
Franco Suíço	1.136.578,52				1.136.578,52
Libra Estrelina	59.995,34				59.995,34
TOTAL	15.834.842,08	3.930.948,89	94.256.797,99	16.415.791,90	130.438.380,86

O seguinte quadro reflecte o valor contabilístico dos instrumentos financeiros de rendimento variável expostos ao risco de bolsa e o VaR, o valor em risco (máxima variação esperada num horizonte temporal de um ano e para um nível de confiança de 99%):

EXERCÍCIO DE 2008		
CARTEIRA DISPONIVEL PARA VENDA	VALOR CONTABILISTICO	VAR
Instrumentos de Rendimento Variável	13,68	6,087
TOTAL	13,68	6,087

(VALORES EXPRESSOS EM MILHÕES DE EUROS)

EXERCÍCIO DE 2007		
CARTEIRA DISPONIVEL PARA VENDA	VALOR CONTABILISTICO	VAR
Instrumentos de Rendimento Variável	19,77	5,898
TOTAL	19,77	5,898

(VALORES EXPRESSOS EM MILHÕES DE EUROS)

8. Caixa e equivalente e depósitos à ordem

Os componentes de caixa no fim do período são representados pelo total dos saldos das contas bancárias. O caixa apresenta saldo zero porque todos os valores são depositados em banco antes do encerramento o período, conforme descrito na alínea A) na nota 3 sobre as bases de mensuração e políticas contabilísticas.

COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	2008	2007
Caixa	0,00	0,00
Depósitos à ordem	12.596.262,92	10.438.273,61
Outros activos financeiros	0,00	0,00
Total dos componentes de caixa e seus equivalentes no fim do período	12.596.262,92	10.438.273,61

9. Terrenos e edifícios

As bases de mensuração e políticas contabilísticas adoptadas relativamente a esta rubrica estão descritas na nota 3.

Todos os edifícios que fazem parte do valor apresentado nas demonstrações financeiras, na rubrica terrenos e edifícios, estão registados na conservatória do registo predial em nome da MAPFRE SEGUROS GERAIS.

Os edifícios estavam, até à data de transição para o PCES aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007, registados em balanço pelo seu valor de mercado sendo os valores das reavaliações considerados em reservas de reavaliação regulamentar e não eram amortizados.

Com a entrada em vigor deste plano de contas e pela adopção do modelo do custo, o valor de 3.610.957,41 euros referente às valorizações acumuladas foi anulado da rubrica de reservas de reavaliação. Por outro lado, foi registado em resultados transitados o valor de 2.857.233,75 euros referente ao valor das amortizações acumuladas à data de 1 de Janeiro de 2008.

EXERCÍCIO DE 2008				
DE USO PRÓPRIO				
RUBRICA	DETIDOS PELA MAPFRE GERAIS	CONCENTRAÇÃO EMPRESARIAL MAPFRE CYC	DE RENDIMENTO	TOTAL
Valor de Aquisição				
Saldo inicial	20.874.107,87	0,00	2.515.849,75	23.389.957,62
Correcções de erros (IAS 8)	1.385,72		0,00	1.385,72
Alteração pol contab (IAS 8)	-3.067.925,93		-543.031,48	-3.610.957,41
Saldo inicial alterado	17.807.567,66	0,00	1.972.818,27	19.780.385,93
Aquisições	92.702,77	267.000,00		359.702,77
Beneficiações	910,88		197,92	1.108,80
Transferências	1.839.225,05		-1.511.794,81	327.430,24
Alienações	-224.121,91			-224.121,91
Edifícios em curso	57.591,64			57.591,64
Saldo final	19.573.876,09	267.000,00	461.221,38	20.302.097,47
Depreciações Acumuladas				
Saldo inicial	0,00	0,00	0,00	0,00
Correcções de erros (IAS 8)	0,00		0,00	0,00
Alteração pol contab (IAS 8)	2.586.704,02		270.529,73	2.857.233,75
Saldo inicial alterado	2.586.704,02	0,00	270.529,73	2.857.233,75
Depreciações	289.924,56		22.328,99	312.253,55
Transferências	211.166,08		-211.166,08	
Alienações	-31.081,74			-31.081,74
Saldo final	3.056.712,92	0,00	81.692,64	3.138.405,56
Imparidades	300.816,15			300.816,15
Valor Líquido				
Saldo inicial	20.874.107,87	0,00	2.515.849,75	23.389.957,62
Saldo final	16.216.347,02	267.000,00	379.528,74	16.862.875,76

EXERCÍCIO DE 2007			
RUBRICA	DE USO PRÓPRIO	DE RENDIMENTO	TOTAL
Valor de Aquisição			
Saldo inicial	19.759.468,13	2.313.317,20	22.072.785,33
Correcções de erros (IAS 8)	0,00		0,00
Alteração pol contab (IAS 8)	-2.991.707,99	-543.031,48	-3.534.739,47
Saldo inicial alterado	16.767.760,14	1.770.285,72	18.538.045,86
Aquisições	96.775,11		96.775,11
Beneficiações	949.176,60	202.532,55	1.151.709,15
Transferências			0,00
Alienações	-72.500,55		-72.500,55
Edifícios em curso	64.970,63		64.970,63
Saldo final	17.806.181,93	1.972.818,27	19.779.000,20
Depreciações Acumuladas			
Saldo inicial	0,00		0,00
Correcções de erros (IAS 8)			0,00
Alteração pol contab (IAS 8)	2.327.509,18	243.076,01	2.570.585,19
Saldo inicial alterado	2.327.509,18	243.076,01	2.570.585,19
Depreciações	257.809,11	27.453,72	285.262,83
Transferências			
Alienações	0,00		0,00
Saldo final	2.585.318,29	270.529,73	2.855.848,02
Imparidades			0,00
Valor Líquido			
Saldo inicial	19.759.468,13	2.313.317,20	22.072.785,33
Saldo final	15.220.863,64	1.702.288,54	16.923.152,18

O valor de mercado apresentado no quadro abaixo tem por base pareceres efectuados por peritos avaliadores em referência a 31 de Dezembro de 2007 e actualizados pelos mesmos para 31 de Dezembro de 2008.

EXERCÍCIO DE 2008				
RUBRICA	VALOR BRUTO	DEPRECIACÕES / IMPARIDADES	VALOR LIQUIDO	VALOR MERCADO
De uso próprio	19.840.876,09	3.357.529,07	16.483.347,02	21.565.200,00
De rendimento	461.221,38	81.692,64	379.528,74	532.000,00
TOTAL	20.302.097,47	3.439.221,71	16.862.875,76	22.097.200,00

EXERCÍCIO DE 2007				
RUBRICA	VALOR BRUTO	DEPRECIACÕES / IMPARIDADES	VALOR LIQUIDO	VALOR MERCADO
De uso próprio	17.806.181,93	2.585.318,29	15.220.863,64	19.649.882,80
De rendimento	1.972.818,27	270.529,73	1.702.288,54	2.313.317,20
TOTAL	19.779.000,20	2.855.848,02	16.923.152,18	21.963.200,00

TERRENOS E EDIFÍCIOS DE RENDIMENTO

Em referência a 31 de Dezembro de 2008 não existe qualquer restrição sobre a capacidade de realização de terrenos e edifícios de rendimento, bem como obrigações contratuais para comprar, construir, reparar, realizar manutenções ou aumentos nos mesmos.

A companhia não dispõe de casos em que exista uma clara evidência, aquando da aquisição, de que o justo valor do terreno e edifício de rendimento não é determinável com fiabilidade numa base continuada.

Terrenos e edifícios de uso próprio

Em referência a 31 de Dezembro de 2008 não existem activos dados como garantia de passivos.

As quantias relativas a dispêndios com activos no decurso da sua construção estão totalmente escrituradas na rubrica “Edifícios em Curso” até à data da sua conclusão.

A MAPFRE tem, à data de encerramento do exercício, celebrado um contrato de promessa de compra e venda de um imóvel, localizado na cidade de Setúbal e destinado a instalações próprias.

O valor de compra é 427.500,00 euros e já foi entregue um adiantamento a título de sinal de 128.500,00 euros.

A companhia não tem qualquer quantia incluída em ganhos e perdas relativa a compensação de terceiros relativa a edifícios que estejam em imparidade ou cedidos.

10. Outros activos fixos tangíveis (excepto terrenos e edifícios)

Conforme descrito na nota 3, os activos tangíveis, excepto terrenos e edifícios, estão valorizados ao custo de aquisição. As amortizações são efectuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), a taxas calculadas para que o valor dos activos seja amortizado durante a sua vida útil estimada, nos seguintes anos:

OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS	N.º ANOS
Equipamento administrativo	8
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	4 a 10
Outro equipamento	4 a 8

Os bens de valor inferior ou igual a €199,52 são totalmente amortizados no exercício em que se verifica a aquisição.

Estes critérios não sofreram alteração no exercício de 2008.

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações, e amortizações efectuado no exercício está demonstrado no seguinte quadro:

EXERCÍCIO DE 2008							
OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS	SALDO INICIAL (VALOR LIQUIDO)	CONCENTRAÇÃO EMPRESARIAL MAPFRE CYC	AQUISIÇÕES	TRANSF. E ABATES	ALIENAÇÕES	AMORT. DO EXERCÍCIO	SALDO FINAL (VALOR LIQUIDO)
Equipamento							
Equipamento administrativo	211.903,81	11.469,26	139.879,53	-538,85	0,00	91.660,86	271.052,89
Máquinas e ferramentas	75.855,45	3.535,77	35.401,92	-363,53	0,00	31.749,33	82.680,28
Equipamento informático	193.962,16	20.155,09	576,00	0,00	0,00	129.826,18	84.867,07
Instalações interiores	317.735,05		34.202,73	0,00	0,00	74.974,48	276.963,30
Outro equipamento	180.671,54		18.261,77	0,00	0,00	37.756,57	161.176,74
Outros activos tangíveis	28.352,82		0,00	412.555,02	0,00	21.677,73	419.230,11
Património artístico	6.070,02		0,00	0,00	0,00	0,00	6.070,02
Activos tangíveis em curso	94.179,99		488.848,48	-522.881,93	0,00	0,00	60.146,54
TOTAL	1.108.730,84	35.160,12	717.170,43	-111.229,29	0,00	387.645,15	1.362.186,95

EXERCÍCIO DE 2007							
OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS	SALDO INICIAL (VALOR LIQUIDO)	ALTERAÇÃO POL CONTAB (IAS 8)	AQUISIÇÕES	TRANSF. E ABATES	ALIENAÇÕES	AMORT. DO EXERCÍCIO	SALDO FINAL (VALOR LIQUIDO)
Equipamento							
Equipamento administrativo	186.988,96	0,00	70.132,81	-9.500,76	0,00	35.717,20	211.903,81
Máquinas e ferramentas	92.763,22	0,00	17.290,34	-12.953,24	0,00	21.244,87	75.855,45
Equipamento informático	1.530.573,43	-1.194.575,50	2.627,66	-2.436,08	0,00	142.227,35	193.962,16
Instalações interiores	344.642,76		53.004,05	8.298,70	0,00	88.210,46	317.735,05
Outro equipamento	200.903,91		14.675,77	0,00	0,00	34.908,14	180.671,54
Outros activos tangíveis	0,00	47.524,29	0,00	0,00	0,00	19.171,47	28.352,82
Património artístico	6.070,02		0,00	0,00	0,00	0,00	6.070,02
Activos tangíveis em curso	98.138,29		119.298,50	-123.256,80	0,00	0,00	94.179,99
TOTAL	2.460.080,59	-1.147.051,21	277.029,13	-139.848,18	0,00	341.479,49	1.108.730,84

A companhia não tem qualquer restrição de titularidade destes activos nem qualquer deles se encontra dado como garantia de passivos.

As quantias dispendidas no decurso da construção dos activos encontram-se escrituradas na rubrica "Activos tangíveis em curso", evidenciada nos quadros anteriores, sendo transferida para a rubrica correspondente apenas aquando da sua finalização.

Não existe qualquer item de "Outros activos tangíveis (excepto terrenos e edifícios)" em imparidade ou cedido.

11. Afecção dos investimentos e outros activos

Os investimentos e os outros activos encontram-se distribuídos pelas provisões técnicas como demonstrado no quadro abaixo:

EXERCÍCIO DE 2008					
RUBRICA	SEGUROS DE VIDA COM PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	SEGUROS DE VIDA SEM PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	SEGUROS DE VIDA E OPERAÇÕES CLASSIFICADOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO	SEGUROS NÃO VIDA	NÃO AFECTOS
Caixa e equivalentes				12.596.262,92	
Terrenos e edifícios				16.731.010,76	
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos					
Activos financeiros detidos para negociação					
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas					
Derivados de cobertura					
Activos financeiros disponíveis para venda				120.221.465,07	
Empréstimos concedidos e contas a receber				6.820.483,07	
Investimentos a deter até à maturidade					
Outros activos tangíveis				259.194,08	
Outros activos				5.952.924,18	
Total	0,00	0,00	0,00	162.581.340,08	0,00

EXERCÍCIO DE 2007					
RUBRICA	SEGUROS DE VIDA COM PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	SEGUROS DE VIDA SEM PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	SEGUROS DE VIDA E OPERAÇÕES CLASSIFICADOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO	SEGUROS NÃO VIDA	NÃO AFECTOS
Caixa e equivalentes				10.438.273,61	
Terrenos e edifícios				23.315.684,26	
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos					
Activos financeiros detidos para negociação					
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas					
Derivados de cobertura					
Activos financeiros disponíveis para venda				114.931.901,71	
Empréstimos concedidos e contas a receber				16.415.791,90	
Investimentos a deter até à maturidade					
Outros activos tangíveis				221.746,17	
Outros activos				5.908.539,31	
Total	0,00	0,00	0,00	171.231.936,96	0,00

12. Activos intangíveis

As despesas com aplicações informáticas, único tipo de activo intangível, registado nas demonstrações financeiras, à data de encerramento do exercício, estão valorizadas ao custo de aquisição. As amortizações são efectuadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos (com início no mês de aquisição dos bens), para que o valor do activo seja amortizado durante a sua vida útil estimada de 3 anos.

O movimento de aquisições, transferências, abates, alienações, e amortizações efectuado no exercício está demonstrado no seguinte quadro:

EXERCÍCIO DE 2008							
OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS	SALDO INICIAL (VALOR LIQUIDO)	CONCENTRAÇÃO EMPRESARIAL MAPFRE CYC	AQUISIÇÕES	TRANSF. E ABATES	ALIENAÇÕES	AMORT. DO EXERCÍCIO	SALDO FINAL (VALOR LIQUIDO)
Despesas com aplicações informáticas	678.881,16	10.119,69	91.657,83	335.995,84	0,00	522.300,90	594.353,62
TOTAL	678.881,16	10.119,69	91.657,83	335.995,84	0,00	522.300,90	594.353,62

EXERCÍCIO DE 2007							
OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS	SALDO INICIAL (VALOR LIQUIDO)	ALTERAÇÃO POL CONTAB (IAS 8)	AQUISIÇÕES	TRANSF. E ABATES	ALIENAÇÕES	AMORT. DO EXERCÍCIO	SALDO FINAL (VALOR LIQUIDO)
Despesas em edificios arrendados	47.524,29	-47.524,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas com aplicações informáticas	0,00	1.194.575,50	105.648,09	0,00	0,00	621.342,43	678.881,16
TOTAL	47.524,29	1.147.051,21	105.648,09	0,00	0,00	621.342,43	678.881,16

13. Outras provisões e ajustamentos de contas do activo

Desdobramento das contas de ajustamentos e outras provisões

EXERCÍCIO DE 2008					
RUBRICA	SALDO INICIAL	CONC. EMPRESARIAL MAPFRE CYC	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
Ajustamentos de recibos por cobrar					
De outros tomadores de seguros	2.646.147,54	258.260,98	117.084,43	0,00	3.021.492,95
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa					
De outros devedores	215.754,39	9.798,03	67.838,97	0,00	293.391,39
Outras Provisões					
Impostos	1.249.473,98		0,00	0,00	1.249.473,98
Outras	89.783,62		0,00	89.783,62	0,00

EXERCÍCIO DE 2007				
RUBRICA	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
Ajustamentos de recibos por cobrar				
De outros tomadores de seguros	2.719.029,94	0,00	72.882,40	2.646.147,54
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa				
De outros devedores	239.315,13	0,00	23.560,74	215.754,39
Outras Provisões				
Impostos	1.353.198,35	0,00	103.724,37	1.249.473,98
Outras	89.783,62	0,00	0,00	89.783,62

A provisão para recibos por cobrar destina-se a reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor provável de realização e é calculada mediante a aplicação de uma percentagem média, correspondente à taxa da receita líquida da Companhia, aos recibos com cobranças em atraso, nos termos definidos na Norma 13/2000-R do ISP.

A Companhia realizou, nos exercícios de 2006, 2007 e 2008 estimativas do impacto que resultaria nesta provisão caso a mesma fosse determinada com base na Norma 16/2006-R do ISP, os quais indiciam que ocorreria uma diminuição da provisão registada. Para os mesmos exercícios estimou igualmente o impacto que teria nas suas contas a anulação dos contratos que possuem recibos pendentes de cobranças com antiguidade superior a 27 dias, os quais indiciam um impacto negativo nos resultados que compensaria parcialmente o impacto da aplicação da Norma 16/2006-R do ISP. Nestas circunstâncias, a Companhia optou por manter a provisão nas contas de acordo com o estabelecido na Norma 13/2000-R do ISP.

O ajustamento registado relativamente a outros saldos a receber, resulta de uma análise casuística dos saldos de terceiros (incluindo mediadores, coseguradoras, resseguradores e devedores por outras operações), tendo sido ajustados todos os saldos de que existem evidências de dificuldade de recuperação.

Em provisão para impostos está incluída a provisão constituída para uma contingência fiscal em sede de IVA, resultante de uma notificação recebida da Direcção Geral dos Impostos, contestada pela Companhia e relativa a liquidação adicional de IVA dos anos de 1992 a 1996 e respectivos juros compensatórios e de mora, no montante de 1.225.686,88 euros.

O valor remanescente desta provisão, respeita ao montante de impostos adicionais liquidados em 2006, em resultado da fiscalização efectuada pela DGI em referência ao exercício de 2003 e impugnada pela MAPFRE.

A Companhia não possui quaisquer contratos de seguro com garantias suspensas e não possui quaisquer reembolsos pendentes de cobranças, dado que, conforme descrito na Nota 3 os reembolsos só são registados pela sua cobrança efectiva.

14. Prémios de contratos de seguro

A MAPFRE SEGUROS GERAIS encerrou o exercício de 2008, reconhecendo na rubrica do ganhos e perdas – prémios brutos emitidos de seguro directo, o valor de 105.585.286,03, totalmente proveniente de contratos de seguro não vida e distribuídos por grupos de ramos/ramos de acordo com o Anexo 4 a estas notas.

15. Comissões de contratos de seguro

Na alínea P) do parágrafo sobre as bases de mensuração e princípios contabilísticos incluído na Nota 3, são descritos os critérios contabilísticos adoptados relativamente a rubrica de comissões.

O montante das comissões de mediação e corretagem relativas ao seguro directo, contabilizadas no exercício foi de € 9.620.558,71, distribuídos grupos de ramos com maior expressão na composição da carteira da companhia:

EXERCÍCIO DE 2008						
RUBRICA	ACIDENTES E DOENÇA	INCÊNDIO E OUTROS DANOS	AUTOMÓVEL	CRÉDITO E CAUÇÃO	OUTROS	TOTAL
Comissões de mediação e corretagem	2.242.382,12	1.573.699,08	4.838.715,46	452.027,72	513.734,33	9.620.558,71

EXERCÍCIO DE 2007						
RUBRICA	ACIDENTES E DOENÇA	INCÊNDIO E OUTROS DANOS	AUTOMÓVEL	CRÉDITO E CAUÇÃO	OUTROS	TOTAL
Comissões de mediação e corretagem	1.973.312,77	1.631.752,96	4.963.468,41	0,00	318.833,90	8.887.368,04

Nestas contas, para além das comissões de mediação e cobrança indicadas nos quadros, estão registados incentivos processados aos mediadores (profit commissions) que ascenderam no exercício de 2008 a 1.229.448,37 euros e no exercício de 2007 a 683.811,96 euros.

16. Rendimentos e gastos financeiros

As políticas de reconhecimento dos réditos estão descritas na Nota 3.

A) RENDIMENTOS FINANCEIROS

Os rendimentos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os juros dos títulos de dívida e de depósitos em bancos contabilizados, tendo em conta, o regime contabilístico do acréscimo.

Estão lançados nesta rubrica os ganhos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efectivo.

EXERCÍCIO DE 2008			
RENDIMENTOS / RÉDITOS	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	TERRENOS E EDIFÍCIOS	TOTAL
De activos disponiveis para venda	5.729.429,58	0,00	5.729.429,58
de juros de titulos de divida	4.871.770,28		4.871.770,28
dividendos de acções	661.511,90		661.511,90
rendimento custo amortizado	196.147,40		196.147,40
De outros	1.065.215,02	2.489,84	1.067.704,86
de juros de depósitos em bancos	1.065.215,02		1.065.215,02
de rendas de edificios de rendimento		2.489,84	2.489,84
TOTAL	6.794.644,60	2.489,84	6.797.134,44

EXERCÍCIO DE 2007			
RENDIMENTOS / RÉDITOS	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	TERRENOS E EDIFÍCIOS	TOTAL
De activos disponiveis para venda	4.671.227,70	0,00	4.671.227,70
de juros de titulos de divida	3.928.910,87		3.928.910,87
dividendos de acções	437.315,24		437.315,24
rendimento custo amortizado	305.001,59		305.001,59
De outros	1.431.250,23	171.621,67	1.602.871,90
de juros de depósitos em bancos	1.431.250,23		1.431.250,23
de rendas de edificios de rendimento		171.621,67	171.621,67
TOTAL	6.102.477,93	171.621,67	6.274.099,60

B) GASTOS FINANCEIROS

Os gastos financeiros registados em ganhos e perdas compreendem os gastos de gestão dos investimentos inicialmente registados por natureza e imputados à função investimentos e os gastos resultantes do processo de amortização com a utilização do método do juro efectivo.

EXERCÍCIO DE 2008			
GASTOS FINANCEIROS	GASTOS IMPUTADOS	GASTOS DIRECTOS	TOTAL
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza	522.690,41		522.690,41
Gasto custo amortizado		249.916,77	249.916,77
TOTAL	522.690,41	249.916,77	772.607,18

EXERCÍCIO DE 2007			
GASTOS FINANCEIROS	GASTOS IMPUTADOS	GASTOS DIRECTOS	TOTAL
Gastos de gestão dos investimentos registados inicialmente por natureza	336.297,95		336.297,95
Gasto custo amortizado		213.517,72	213.517,72
TOTAL	336.297,95	213.517,72	549.815,67

17. Ganhos e perdas realizados em investimentos

Os ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas e de terrenos e edifícios, apresentam na conta de ganhos e perdas um valor negativo, conforme se demonstra no quadro abaixo:

EXERCÍCIO DE 2008			
GANHOS E PERDAS REALIZADAS	GANHOS REALIZADOS	PERDAS REALIZADAS	GANHO LIQUIDO
De activos disponiveis para venda	1.338.959,10	2.752.446,32	-1.413.487,22
de titulos de divida	608.420,92	659.478,18	-51.057,26
de acções	487.464,41	2.092.968,14	-1.605.503,73
de Fundos de investimento	243.073,77		243.073,77
De outros	11.385,72	4.540,17	6.845,55
de terrenos e edificios edificios	11.385,72	4.540,17	6.845,55
TOTAL	1.350.344,82	2.756.986,49	-1.406.641,67

EXERCÍCIO DE 2007			
GANHOS E PERDAS REALIZADAS	GANHOS REALIZADOS	PERDAS REALIZADAS	GANHO LIQUIDO
De activos disponiveis para venda	1.821.331,87	998.604,00	822.727,87
de titulos de divida	96.954,84	816.696,93	-719.742,09
de açções	1.690.116,65	181.907,07	1.508.209,58
de fundos de investimento	34.260,38	0,00	34.260,38
De outros	4.999,45	0,00	4.999,45
de terrenos e edificios edificios	4.999,45		4.999,45
TOTAL	1.826.331,32	998.604,00	827.727,32

18. Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos

Não aplicável.

19. Ganhos e perdas em diferenças de cambio

Não aplicável.

20. Custos de financiamento

Não aplicável.

21. Gastos diversos por função e natureza

Os gastos são registados inicialmente por natureza e imputados às funções, sinistros, aquisição, administrativa e investimentos de acordo com o plano de contas.

Os critérios utilizados para a repartição dos custos e gastos entre as várias áreas funcionais foram os seguintes:

1. IMPUTAÇÃO DE CUSTOS PELAS VÁRIAS ÁREAS FUNCIONAIS

O valor imputado a cada área funcional, resulta da aplicação de uma percentagem, apurada com base nos tempos gastos pelo pessoal, para cada uma das áreas, ponderada com base nos respectivos vencimentos, aos custos por natureza a imputar.

A referida percentagem é obtida da seguinte forma:

- Por empregado, são encontrados, em percentagem, os tempos gastos para cada uma das diversas áreas de imputação;
- Estas percentagens são aplicadas ao vencimento de cada um dos funcionários, obtendo-se assim o valor dos vencimentos, por funcionário e área;
- A percentagem a aplicar aos custos por natureza para cada uma das áreas, é encontrada, dividindo o valor do somatório dos vencimentos, por área, pelo o valor total dos vencimentos.

2. IMPUTAÇÃO DE CUSTOS POR FUNÇÕES AOS DIVERSOS RAMOS

A imputação dos custos às diversas áreas funcionais, pelos diversos ramos é efectuada da seguinte forma:

- Custos com sinistros: 50%, do valor a imputar, com base aos custos com sinistros e os outros 50% com base ao número de sinistros;
- Custos de aquisição: 50%, do valor a imputar, com base aos prémios emitidos e outros 50% com base ao número de apólices;
- Custos administrativos e custos com investimentos: 25% do valor a imputar, com base aos custos com sinistros, outros 25% com base ao número de sinistros, outros 25%, com base aos prémios emitidos e os restantes 25% com base ao número de apólices.

No quadro abaixo demonstra-se o total dos custos por natureza por grandes rubricas, assim como a sua afectação à diversas funções:

EXERCÍCIO DE 2008				
CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA A IMPUTAR	GESTÃO DE SINISTROS	CUSTOS DE EXPLORAÇÃO	GESTÃO DE INVESTIMENTOS	TOTAL
Custos com pessoal	3.411.890,17	7.083.672,53	108.264,74	10.603.827,44
Fornecimentos e serviços externos	2.394.713,50	5.625.262,53	76.494,43	8.096.470,46
Impostos e taxas	219.191,54	452.421,95	7.024,96	678.638,45
Amortizações do exercício	394.037,32	816.284,67	11.877,61	1.222.199,60
Outras provisões	-29.021,68	-60.117,39	-644,55	-89.783,62
Juros suportados	0,00	0,00	76.255,21	76.255,21
Comissões	0,00	0,00	243.418,01	243.418,01
TOTAL	6.390.810,85	13.917.524,29	522.690,41	20.831.025,55

EXERCÍCIO DE 2007				
CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA A IMPUTAR	GESTÃO DE SINISTROS	CUSTOS DE EXPLORAÇÃO	GESTÃO DE INVESTIMENTOS	TOTAL
Custos com pessoal	2.728.830,63	5.459.146,56	85.911,32	8.273.888,51
Fornecimentos e serviços externos	1.932.272,43	4.321.110,77	61.267,96	6.314.651,17
Impostos e taxas	575.449,15	1.151.016,45	18.551,66	1.745.017,26
Amortizações do exercício	417.233,37	833.434,30	13.571,32	1.264.238,99
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros suportados	0,00	0,00	-97,13	-97,13
Comissões	0,00	0,00	157.092,81	157.092,81
TOTAL	5.653.785,58	11.764.708,08	336.297,95	17.754.791,61

22. Gastos com pessoal

O numero total de trabalhadores no fim do período era de 316, mais 39 do que no exercício anterior, devido à incorporação do pessoal da agencia geral da MAPFRE CAUÇÃO Y CRÉDITO, 37 pessoas e ao aumento liquido do quadro de pessoal, 2 pessoas.

O total dos trabalhadores encontra-se distribuído por categorias profissionais conforme apresentado no seguinte quadro:

COMUNS	N.º	TÉC-ADMINIST	N.º	COMERCIAIS	N.º	INFORMÁTICA	N.º
Director Geral	1						
Director Coordenador	4						
Director Serviços	15						
		Chefe de Serviços	13	Coordenador Geral de Serviços	4	Chefe de Centro	1
		Chefe Serviços Formação	1	Comerciais			
		Chefe S. Analise Riscos	1				
						Analista Sénior	4
		Chefe de Secção	16	Coordenador Zona	3	Analista Programador	4
				Gerente Delegação	30	Chefe de Operações	2
						Programador Sénior	1
		Téc.Chefe Análise Riscos	1				
		Subchefe Secção	17	Assistente Comercial	9	Programador	6
		Perito Subchefe	4	Chefe de Equipa	2		
		Escriturário	99	Técnico Comercial	39		
		Perito	8				
		Regularizador Sinistros	15				
		Escriturário Estagiário	11	Estagiário Comercial	3	Operador	2

Os gastos com pessoal registados no exercício de 2008 num total de 10.603.827,44 euros, por natureza apresentam o seguinte detalhe:

RUBRICA	2008	2007
Remunerações	8.006.093,20	6.183.337,00
- Dos órgãos sociais	71.568,00	50.058,00
- Do pessoal	7.934.525,20	6.133.279,00
Encargos sobre remunerações	1.703.012,31	1.326.222,84
Benefícios pós-emprego	182.722,19	104.824,86
- Planos de contribuição definida	0,00	0,00
- Planos de benefícios definidos	182.722,19	104.824,86
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	0,00	0,00
Benefícios de cesação de emprego	68.620,31	12.948,97
Seguros obrigatórios	221.910,08	228.190,55
Gastos de acção social	36.675,91	149.714,82
Outros gastos com o pessoal	384.793,44	268.649,47
TOTAL	10.603.827,44	8.273.888,51

A companhia não é responsável por qualquer valor em matéria de pensões de reforma para antigos membros dos órgãos sociais.

Por outro lado, relativamente aos membros dos órgãos sociais, não existe qualquer adiantamento ou crédito concedido, nem qualquer compromisso tomado por sua conta a título de qualquer garantia.

23. Obrigações com benefícios dos empregados

23.1. PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS

A) POLÍTICA CONTABILÍSTICA

Na alínea H) do parágrafo sobre as Bases de Mensuração e Política Contabilísticas incluída na Nota 3, são descritas as políticas contabilísticas adoptadas pela Companhia relativamente às obrigações com benefícios dos empregados.

B) DESCRIÇÃO GERAL DO PLANO

O plano destina-se a garantir os compromissos com pensões do pessoal da MAPFRE SEGUROS GERAIS, que se encontra nas condições previstas no Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora, segundo o qual têm acesso a este benefício todos os trabalhadores que tenham entrado na actividade seguradora antes de 22 de Junho de 1995 (data de publicação do mesmo) e que se reformem na actividade seguradora, desde que tenham completado, pelo menos, 10 anos de serviço na mesma.

As características do plano detalham-se mais adiante na alínea I) desta nota.

Encontram-se abrangidos pelo plano todos os trabalhadores que preenchem as condições anteriores, incluindo os pertencentes a órgãos de gestão, desde que exercendo funções executivas.

No final do exercício 2008, o número de trabalhadores abrangidos pelo plano era de 177, entre pessoas que fazem parte do quadro da empresa e pessoas que fizeram em algum momento.

Ainda nos termos do Contrato Colectivo da Actividade Seguradora, a companhia tem a responsabilidade de assegurar prestações de reforma por invalidez.

A prestação de invalidez é calculada segundo a formula:

$P = (0,022 * t * 14 / 12 * R) - (0,022 * n * 5 / 60)$ em que:

- R= último salário efectivo mensal na data da reforma;
- n= n.º de anos civis com entrada de contribuições para a segurança social
- S= soma dos salários anuais dos 5 melhores anos dos últimos 10 sobre os quais incidem contribuições para a segurança social
- t= anos de serviço na actividade seguradora
- $0,5 > = 0,022 * t < = 0,8$
- $0,3 > = 0,022 * n < = 0,8$

Para ter direito a esta prestação, os trabalhadores têm que contar 5 anos de serviço na actividade seguradora.

Qualquer fracção de ano conta como um ano completo e as prestações são pagas 14 vezes no ano.

Atendendo a que estas responsabilidades são de difícil estimação e a que a aplicação das metodologias disponíveis para estimação deste tipo de responsabilidades conduzem a resultados que não se consideram razoáveis, a Companhia, baseada nos princípios prescritos na IAS 37, optou por não estimar estas responsabilidades. No entanto, estas responsabilidades encontram-se devidamente financiadas através de uma apólice de seguro do tipo Temporário Anual Renovável realizada na MAPFRE VIDA – Agência Geral em Portugal, entidade relacionada.

Adicionalmente, a MAPFRE SEGUROS GERAIS assumiu perante dois trabalhadores o compromisso de pagar pensões de pré-reforma até que os mesmos atinjam a idade normal de reforma, data a partir da qual as responsabilidades para com estes trabalhadores se encontram no âmbito do plano de benefícios definidos e das apólices de seguro existentes para cobertura deste plano, conforme se detalha nas notas seguintes.

As responsabilidades apuradas relativamente a estas duas situações de pré-reforma ascendem a 53.393,99 euros (109.428 euros em 31 de Dezembro de 2007).

A Companhia tem vindo a adoptar como critério reconhecer o custo com estas pensões pela sua efectiva liquidação, critério que decidiu manter nas contas em referência a 31 Dezembro 2008, dada a sua imaterialidade e próxima extinção destas situações (durante o ano 2009).

C) VEÍCULO DE FINANCIAMENTO UTILIZADO

As responsabilidades da MAPFRE SEGUROS GERAIS no âmbito deste plano, sejam as relativas ao pessoal no activo sejam relativas ao pessoal reformado, encontram-se exteriorizadas e garantidas por apólices de seguro não elegíveis nos termos da IAS 19, porque efectuadas através da MAPFRE VIDA, SA – Agência Geral em Portugal, entidade relacionada.

Estas apólices são de rendas vitalícias no que respeita à cobertura das responsabilidades com prestações em pagamento ao pessoal já reformado e apólices de Capital Diferido a Prémio único, adquiridas anualmente para cobertura das responsabilidades que se vencem anualmente relativamente a trabalhadores no activo.

As taxas de juro implícitas nestas apólices encontram-se descritas no ponto seguinte.

D) VALOR E TAXA DE RENTABILIDADE EFECTIVA DOS ACTIVOS DO PLANO

O valor dos activos e as bases técnicas dessas apólices são os seguintes:

EXERCÍCIO DE 2008				
Nº. APÓLICE	MODALIDADE	TAXA TÉCNICA	TABELA MORTALIDADE	VALOR ACTIVOS (EUROS)
1	Invida-Capital diferido a prémio único	4,00%	GKM95 para homens e mulheres	52.399,72
7	Invida-Capital diferido a prémio único	4,00%	GKM95 para homens e mulheres	4.560,73
96355	Invida-Capital diferido a prémio único	2,50%	GKM95 para homens e mulheres	137.667,51
103476	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	34.005,18
113856	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	145.500,94
114959	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	7.885,15
102742	Invida-Capital diferido a prémio único	4,50%	GKM95 para homens e mulheres	123.224,62
102748	Invida-Capital diferido a prémio único	3,96%	GKM95 para homens e mulheres	383.920,84
102749	Invida-Capital diferido a prémio único	2,50%	GKM95 para homens e mulheres	70.099,37
102877	Invida-Capital diferido a prémio único	3,00%	GKM95 para homens e mulheres	205.287,64
103955	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	220.482,39
109096	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	372.019,61
114861	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	98.225,48
119963	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	142.824,14
	Total apólices capital diferido			1.998.103,32
114302	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	18.365,55
115019	Rendas vitalícias	4,00%	GRM 80	13.561,88
	Total apólices renda vitalícia			31.927,43
	Total apólices			2.030.030,75

EXERCÍCIO DE 2007				
Nº. APÓLICE	MODALIDADE	TAXA TÉCNICA	TABELA MORTALIDADE	VALOR ACTIVOS (EUROS)
1	Invida-Capital diferido a prémio único	4,00%	GKM95 para homens e mulheres	50.433,94
7	Invida-Capital diferido a prémio único	4,00%	GKM95 para homens e mulheres	4.389,21
96355	Invida-Capital diferido a prémio único	2,50%	GKM95 para homens e mulheres	134.586,67
103476	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	33.334,95
113856	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	142.582,20
114959	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	7.572,03
102742	Invida-Capital diferido a prémio único	4,50%	GKM95 para homens e mulheres	118.069,49
102748	Invida-Capital diferido a prémio único	3,96%	GKM95 para homens e mulheres	435.327,04
102749	Invida-Capital diferido a prémio único	2,50%	GKM95 para homens e mulheres	81.163,16
102877	Invida-Capital diferido a prémio único	3,00%	GKM95 para homens e mulheres	199.531,45
103955	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	245.701,29
109096	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	364.258,82
114861	Invida-Capital diferido a prémio único	2,25%	GKM95 para homens e mulheres	96.195,05
	Total apólices capital diferido			1.913.145,30
114302	Rendas vitalícias	4,00%	GRM95-1	18.712,33
115019	Rendas vitalícias	4,00%	GRM 80	13.921,66
	Total apólices renda vitalícia			32.633,99
	Total apólices			1.945.779,29

Estão consideradas na informação relativa ao exercício de 2007, as apólices transferidas para a MAPFRE SEGUROS GERAIS na sequência da integração na Companhia do pessoal da Agência Geral em Portugal da MAPFRE CAUCIÓN Y CRÉDITO Companhia Internacional de Seguros y Reaseguros, S.A.

E) RESPONSABILIDADE PASSADA

RESPONSABILIDADE PASSADA		
CONCEITO	2008	2007
Valor actual serviços passados dos activos	1.612.523,88	909.896,27
Valor actual serviços passados reformados	31.927,43	32.633,99
TOTAL	1.644.451,31	942.530,26

(VALORES EXPRESSOS EM EUROS)

F) RECONCILIAÇÃO DOS SALDOS DE ABERTURA E FECHO DO VALOR ACTUAL DAS OBRIGAÇÕES

RESPONSABILIDADES COM PESSOAL NO ACTIVO		
CONCEITO	2008	2007
Valor responsabilidades Janeiro	909.896,27	1.038.970,13
Custo serviços passados pessoal MAPFRE CAUCIÓN	192.416,88	0,00
Custo serviço corrente	98.926,29	50.994,90
Custo dos juros	51.037,10	40.519,84
Ganhos actuariais	0,00	-220.588,60
Perdas actuariais	360.247,34	0,00
Valor responsabilidades Dezembro	1.612.523,88	909.896,27

(VALORES EXPRESSOS EM EUROS)

RESPONSABILIDADE COM PENSÕES EM PAGAMENTO		
CONCEITO	2008	2007
Valor responsabilidades Janeiro	32.633,99	35.113,78
Custo dos juros	851,81	-209,55
Perda actuarial	711,87	0,00
Prestações pagas	-2.270,24	-2.270,24
Valor responsabilidades Dezembro	31.927,43	32.633,99

(VALORES EXPRESSOS EM EUROS)

RESPONSABILIDADE TOTAL COM PENSÕES		
CONCEITO	2008	2007
Valor responsabilidades Janeiro	942.530,26	1.074.083,91
Custo serviços passados pessoal MAPFRE CAUCIÓN	192.416,88	0,00
Custo serviço corrente	98.926,29	50.994,90
Custo dos juros	51.888,91	40.310,29
Ganhos actuariais	0,00	-220.588,60
Perdas actuariais	360.959,21	0,00
Prestações pagas	-2.270,24	-2.270,24
Valor responsabilidades Dezembro	1.644.451,31	942.530,26

(VALORES EXPRESSOS EM EUROS)

G) ANÁLISES DA OBRIGAÇÃO EM PLANOS QUE NÃO TÊM FINANCIAMENTO

No caso da MAPFRE SEGUROS GERAIS, a totalidade dos planos de benefícios definidos encontra-se financiada a 100%.

H) RECONCILIAÇÃO DOS SALDOS DE ABERTURA E FECHO DO JUSTO VALOR DOS ACTIVOS

Nos quadros seguintes apresentamos a reconciliação dos saldos dos activos:

APÓLICES CAPITAL DIFERIDO PRÉMIO ÚNICO		
CONCEITO	2008	2007
Valor activos Janeiro	1.540.246,30	1.403.163,88
Entrada pessoal MAPFRE CAUCIÓN	372.899,00	0,00
Contribuições empresa	142.824,14	96.195,05
Retorno activos	0,00	40.887,37
Ganhos actuariais	-57.866,12	0,00
Perdas actuariais	0,00	0,00
Valor activos Dezembro	1.998.103,32	1.540.246,30

(VALORES EXPRESSOS EM EUROS)

APÓLICES RENDAS VITALÍCIAS		
CONCEITO	2008	2007
Valor activos Janeiro	32.633,99	35.113,78
Retorno activos	851,81	-209,55
Perda actuarial	711,87	0,00
Prestações pagas	-2.270,24	-2.270,24
Valor activos Dezembro	31.927,43	32.633,99

(VALORES EXPRESSOS EM EUROS)

TOTAL DE ACTIVOS		
CONCEITO	2008	2007
Valor activos Janeiro	1.572.880,29	1.438.277,66
Entrada pessoal MAPFRE CAUCIÓN	372.899,00	0,00
Contribuições da empresa	142.824,14	96.195,05
Retorno activos	851,81	40.677,82
Ganhos actuariais	-57.866,12	0,00
Perdas actuariais	711,87	0,00
Prestações pagas	-2.270,24	-2.270,24
Valor activos Dezembro	2.030.030,75	1.572.880,29

(VALORES EXPRESSOS EM EUROS)

I) RECONCILIAÇÃO DO VALOR DA OBRIGAÇÃO E DO JUSTO VALOR DOS ACTIVOS DO PLANO

A totalidade dos activos e obrigações relativos ao Plano de Benefícios Definido da MAPFRE SEGUROS GERAIS, descritos nas alíneas f) e h) anteriores são relevados no balanço na linha de Activos por benefícios pós-emprego e outro benefícios de longo prazo e na linha de Passivos por benefícios pós-emprego e outro benefícios de longo prazo.

J) GASTO TOTAL RECONHECIDO NA CONTA DE GANHOS E PERDAS

CUSTO RECONHECIDO EM RESULTADOS		
CONCEITO	2008	2007
Custo serviços passados pessoal MAPFRE CAUCIÓN	192.416,88	0,00
Apólices pessoal MAPFRE CAUCIÓN	-372.899,00	0,00
Custo serviço corrente	98.926,29	50.994,90
Custo dos juros	51.888,91	40.310,29
Retorno activos	-851,81	-40.677,82
Ganhos actuariais	57.866,12	-220.588,60
Perdas actuariais	360.247,34	0,00
TOTAL	387.594,73	-169.961,23

(VALORES EXPRESSOS EM EUROS)

O reconhecimento deste custo no exercício de 2008 encontra-se reflectido na rubrica de Outros Rendimentos/Gastos Técnicos líquidos de resseguro, por um montante de 26.635,49 euros e na rubrica de Outros Rendimentos/Gastos líquidos de resseguro (não técnicos) por um montante de 360.959,21 euros.

K) QUANTIAS RECONHECIDAS EM GANHOS E PERDAS

Não foram registados quaisquer outros ganhos ou perdas do exercício corrente.

L) DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS ACTUARIAIS USADOS

O cálculo da responsabilidade foi efectuado de acordo com os preceitos da IAS 19, com as seguintes bases:

- Método de valorização actuarial "Unit Credit" ou Método da Unidade de Crédito Projectada.
- Hipóteses actuariais nem imprudentes nem excessivamente conservadoras.
- Tabelas de mortalidade geracionais espanholas de sobrevivência PERM 2000 P para homens e PERF 2000 P para

mulheres.

- Não se considerou taxa de rotação.
- Taxa de juro para estimação do valor actual das responsabilidades à data de 31/12/2008 de 3,72%.

Esta taxa foi obtida estimando os fluxos prováveis de uma renda vitalícia, diferida aos 65 anos, com um diferimento de 20 anos, dado que a idade média do conjunto das pessoas com direito a complemento de reforma é de 45 anos, à data de 31/12/2008. A estes fluxos aplicou-se a taxa de juro swap euro (taxa isenta de risco) de 15/12/2008, obtendo-se a Taxa Interna de Rentabilidade de 3,72% anual.

A utilização desta taxa teve por base as seguintes razões:

Dada a turbulência dos mercados, os diferenciais de crédito comportam-se de forma muito volátil e inclusivamente diferente para entidades de qualidade creditícia similar;

Por outro lado, os mercados de renda fixa apresentam muito pouca liquidez e não existem mercados amplos de rendimento fixo corporativo pelo que seria discutível a conveniência de usar a curva referente à dívida pública;

Valorizar com a curva swap, é uma forma neutral que se adapta a diferentes situações de mercado;

Nos anos anteriores, as taxas de juro aplicadas foram de 4,63% à data de 31/12/2007 e de 3,90% à data de 21/12/2006.

- Crescimento no valor das pensões da segurança social de 2% ao ano.
- Incremento do valor das pensões a cargo da empresa de 2% ao ano.
- Taxa de inflação anual de 2%.
- Incremento salarial à taxa de crescimento anual de 3%.
- Idade normal de reforma os 65 anos.

O plano enquadra-se nas disposições do Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora e apresenta as seguintes características:

— Terão direito à prestação de reforma, os trabalhadores com data de ingresso no sector segurador anterior a 22 de Junho de 1995, de acordo com o estipulado no Contrato Colectivo de Trabalho.

— Para os trabalhadores que pertencem ao quadro de pessoal, à data de 31/12/2008, a empresa cobrirá as prestações de reforma pelo tempo decorrido desde que entraram na empresa até aos 65 anos.

— Para os trabalhadores que prestaram serviços na empresa mas já não pertencem ao quadro de pessoal à data de 31/12/2008, a empresa cobrirá as prestações de reforma pelo tempo decorrido desde a data de entrada até à data de saída em proporção do tempo desde que entrou no sector até aos 65 anos.

— Os trabalhadores que atinjam os 65 anos de idade como activos ou como pré-reformados têm direito a uma prestação vitalícia, a cargo da empresa, pagável 14 vezes no ano, de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = (0,8 * 14 / 12 * R) - (0,022 * N * S / 60)$$

em que,

- P= Prestação a pagar pela empresa
- R= último salário efectivo no momento da reforma
- N= número de anos de contribuição para a Segurança Social
- S= soma dos salários anuais dos 5 melhores anos dos últimos 10
- $0,3 \geq 0,022 * N < 0,8$

- Para ter direito a esta prestação, os trabalhadores têm que contar 10 anos de serviço na actividade seguradora
- Qualquer fracção de ano conta como um ano completo
- Actualização anual da prestação à taxa de inflação de 2%. Porém, a soma da prestação anual resultante dessa actualização com a pensão anual a cargo da Segurança Social não poderá ultrapassar o ordenado mínimo líquido anual (ordenado base adicionado do prémio de antiguidade do momento em que se reformou).

Os conceitos utilizados foram os seguintes:

- Valor actual das responsabilidades

Corresponde ao valor actual dos pagamentos futuros esperados que são necessários para cumprir com as responsabilidades derivadas dos serviços prestados pelos trabalhadores no exercício corrente e nos anos anteriores.

Calculou-se o valor da prestação segundo as bases antes referenciadas e, a partir dela, calculou-se o capital total equivalente aos 65 anos.

Com este capital e aplicando o método "Unit Credit", obteve-se a parte do capital total, que atendendo ao período de trabalho na empresa até aos 65 anos e ao período decorrido na mesma até 31/12/2008, deve considerar-se como ganho.

Este capital ganho está referido aos 65 anos, momento em que o trabalhador começa a receber a prestação estimada, portanto efectuou-se a actualização actuarial e financeira desse capital à data de 31/12/2008.

- Custo do serviço corrente

Corresponde ao incremento do valor actual das responsabilidades em consequência dos serviços prestados pelos trabalhadores no presente exercício.

- Custo dos juros

Obtém-se multiplicando a taxa de rendimento financeiro do início do exercício (4,63% anual) pelo valor actual das responsabilidades existente a 31/12/2007 e corresponde ao incremento do valor actual das responsabilidades devido ao facto de tais prestações estarem um exercício mais próximo do seu vencimento.

M) QUANTIAS DO PERÍODO CORRENTE E DOS QUATRO PERÍODOS ANUAIS ANTERIORES

CONCEITO	2008	2007	2006
Valor das responsabilidades	1.644.451,31	942.530,26	1.074.083,91
Valor dos activos	2.030.030,75	1.572.880,29	1.438.277,66
Excesso/(Insuficiencia)	385.579,44	630.350,03	364.193,75
Ganhos/(Perdas) actuariais das responsabilidades	-360.959,21	220.588,60	151.202,69
% sobre responsabilidades	-21,95%	23,40%	14,08%
Ganhos/(Perdas) actuariais dos activos	57.154,25	0,00	0,00
% sobre activos	2,82%	0,00%	0,00%

(VALORES EXPRESSOS EM EUROS)

Os ganhos e perdas actuariais apurados resultam exclusivamente da alteração da taxa de desconto.

N) QUANTIA DE TRANSIÇÃO RECONHECIDA NO EXERCÍCIO CORRENTE

A MAPFRE SEGUROS GERAIS reconheceu a totalidade dos activos e passivos apurados à data de transição para o PCES aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007, através da rubrica de resultados transitados.

O) ESTIMATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES DO PRÓXIMO ANO

O valor estimado da contribuição para o plano a realizar no ano 2009 é de aproximadamente 100.000 euros.

24. Imposto sobre o rendimento

1. IMPOSTO CORRENTE

Detalha-se no quadro abaixo as principais componentes do gasto por imposto corrente sobre lucros e a conciliação entre o gasto por imposto sobre lucros e o produto de multiplicar o resultado contabilístico por a taxa de imposto aplicada:

DEMONSTRAÇÃO DO GASTO POR IMPOSTO	2008	2007
Gasto por imposto		
Resultado antes de imposto	5.993.446,46	7.500.489,37
Variações patrimoniais negativas não reflectidas no resultado liquido	-560.458,41	0,00
Amortizações acumuladas de edifícios de serviço próprio à data de transição para o novo plano de contas - 1/5 do valor de acordo DL237/2008 Artº2 nº12	-517.340,80	0,00
Custo amortizado dos titulos de dívida à data de transição para o novo plano de contas - 1/5 do valor de acordo DL237/2008 Artº2 nº12	-43.117,61	0,00
25% do resultado antes de impostos	1.358.247,01	1.875.122,34
Amortização de imoveis de rendimento	5.582,25	0,00
Provisão para creditos de cobrança duvidosa	16.959,74	0,00
Multas, coimas e juros compensatorios	5.866,28	4.525,84
Importancias devidas p/ aluguer de viaturas s/ condutor (artº 42, nº1, alinea h)	1.222,95	826,88
Custos e proveitos extraordinários	88.242,31	38.712,58
Perdas actuariais de responsabilidades pensões de reforma	90.239,80	0,00
Premio pago ao seguro de responsabilidades pensões de reforma	-35.706,04	0,00
Excesso estimativa imposto do ano anterior	-1.987,25	-12.674,90
ID sobre amortizações dos imóveis de rendimento	-1.479,30	0,00
ID sobre o valor liquido da responsabilidades com pensões de reforma	-16.216,05	0,00
Imparidade reconhecida sobre os imóveis	75.204,04	0,00
Imparidade reconhecida sobre os titulos de rendimento variável	324.913,45	0,00
Correcção mais menos valias contabilisticas/fiscais	-19.978,78	-41.221,46
Custo amortizado dos titulos de dívida	0,00	-43.134,05
Redução de provisões não tributadas	0,00	-25.931,09
Beneficios fiscais	-13.230,98	-16.104,19
Derrama	112.672,77	106.807,32
Tributação autónoma	103.012,66	58.678,64
Total de gasto por imposto	2.093.564,87	1.945.607,91
Imposto sobre lucros a pagar		
Entregas por conta	-1.450.686,00	-1.387.209,00
Imposto sobre lucros a pagar liquido	642.878,87	558.398,91

2. IMPOSTOS DIFERIDOS

A MAPFRE SEGUROS GERAIS nos exercícios anteriores a 2008, não procedia à contabilização de impostos diferidos, por este motivo, na decomposição dos saldos das contas de activos e passivos por impostos diferidos, relativamente ao exercício de 2007 não se apresenta a coluna de saldos iniciais e todo o movimento resultante da adopção do novo plano de contas, está reflectido na coluna de ajustes de transição.

A) DECOMPOSIÇÃO DO SALDO DE ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS:

ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	EXERCÍCIO DE 2008						
	SALDO INICIAL	AJUSTES DE TRANSIÇÃO	AUMENTOS		REVERSÕES		SALDO FINAL
			RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO	
De activos financeiros disponiveis para venda - mensuração	0,00	240.967,88	0,00	921.071,24	0,00	492.677,17	669.361,95
De activos financeiros disponiveis para venda - reajust titulos divida	0,00	57.130,84	0,00	0,00	0,00	11.426,17	45.704,67
De amortizações de terrenos e edificios	0,00	757.166,94	5.917,18	0,00	0,00	137.095,31	625.988,81
De provisões para riscos e encargos - impostos	0,00	155.343,20	0,00	0,00	0,00	0,00	155.343,20
Do reconhecimento de imparidade sobre edificios	0,00	0,00	79.716,28	0,00	0,00	0,00	79.716,28
Do reconhecimento de imparidade s/ titulos rend variável	0,00	0,00	344.408,25	0,00	0,00	0,00	344.408,25
TOTAL	0,00	1.210.608,86	430.041,71	921.071,24	0,00	641.198,65	1.920.523,16

ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	EXERCÍCIO DE 2007						
	SALDO INICIAL	AJUSTES DE TRANSIÇÃO	AUMENTOS		REVERSÕES		SALDO FINAL
			RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO	
De activos financeiros disponiveis para venda - mensuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
De activos financeiros disponiveis para venda - reajust titulos divida	0,00	0,00	0,00	57.130,84	0,00	0,00	57.130,84
De amortizações de terrenos e edificios	0,00	681.572,29	79.374,28	0,00	0,00	3.779,63	757.166,94
De provisões para riscos e encargos - impostos	0,00	155.343,20	0,00	0,00	0,00	0,00	155.343,20
Do reconhecimento de imparidade sobre edificios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Do reconhecimento de imparidade s/ titulos rend variável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	836.915,49	79.374,28	57.130,84	0,00	3.779,63	969.640,98

B) DECOMPOSIÇÃO DO SALDO DE PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS:

PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	EXERCÍCIO DE 2008						
	SALDO INICIAL	AJUSTES DE TRANSIÇÃO	AUMENTOS		REVERSÕES		SALDO FINAL
			RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO	
De activos financeiros disponiveis para venda - mensuração	0,00	714.927,34	0,00	0,00	0,00	714.927,34	0,00
Do reconhecimento dos act/pass por beneficios pós-emprego	0,00	167.042,76			64.864,20	0,00	102.178,56
TOTAL	0,00	881.970,10	0,00	0,00	64.864,20	714.927,34	102.178,56

PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	EXERCÍCIO DE 2007						
	SALDO INICIAL	AJUSTES DE TRANSIÇÃO	AUMENTOS		REVERSÕES		SALDO FINAL
			RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO	
De activos financeiros disponiveis para venda - mensuração	0,00	939.681,72	0,00	0,00	0,00	465.722,26	473.959,46
Do reconhecimento dos act/pass por beneficios pós-emprego	0,00	96.511,34	70.531,42	0,00		0,00	167.042,76
TOTAL	0,00	1.036.193,06	70.531,42	0,00	0,00	465.722,26	641.002,22

25. Capital

O Capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro, no final do exercício de 2008, é de € 33.108.650 dividido em 6.635.000 acções, no valor nominal de € 4,99 cada uma, repartido da seguinte forma:

ENTIDADE ACCIONISTA	2008		2007	
	N.º DE ACÇÕES	VALOR	N.º DE ACÇÕES	VALOR
MAPFRE GUANARTEME, COMP. SEG.Y REASEG. CANARIAS, S.A.	20	99,80	20	99,80
MAPFRE CAUCIÓN Y CRÉDITO COMP. INTER. SEG. Y REASEG, S.A.	20	99,80	20	99,80
MAPFRE SEGUROS GENERALES COMP. DE SEG. Y REASEG, S.A.	0	0,00	1.658.817	8.277.496,83
MAPFRE EMPRESAS, COMPAÑÍA DE SEG. Y REASEG, S.A.	20	99,80	20	99,80
MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	6.634.940	33.108.350,60	4.976.123	24.830.853,77
TOTAL	6.635.000	33.108.650,00	6.635.000	33.108.650,00

Durante o exercício de 2008 deu-se a transferência da posição da MAPFRE SEGUROS GENERALES para a MAPFRE INTERNACIONAL. Após a data de balanço não houve quaisquer transacções de acções.

Não existem quaisquer direitos, preferências e restrições associadas às acções representativas do capital.

De acordo com o quadro anterior, as acções são detidas por entidades associadas não existindo qualquer acção propriedade da própria companhia.

Em referência a 31 de Dezembro de 2008, não existem acções reservadas para emissão segundo opções nem contratos para a venda de acções.

No exercício 2008 e no anterior, verificaram-se as seguintes quantias transaccionadas com os detentores de capital:

ENTIDADE ACCIONISTA	VALOR PAGO EM 2008	VALOR PAGO EM 2007
MAPFRE GUANARTEME, COMP. SEG.Y REASEG. CANARIAS, S.A.	9,04	9,04
MAPFRE CAUCIÓN Y CRÉDITO COMP. INTER. SEG. Y REASEG, S.A.	9,04	9,04
MAPFRE SEGUROS GENERALES COMP. DE SEG. Y REASEG, S.A.	250.010,10	750.030,29
MAPFRE EMPRESAS, COMPAÑÍA DE SEG. Y REASEG, S.A.	9,04	9,04
MAPFRE INTERNACIONAL, S.A.	2.749.962,78	2.249.942,59
TOTAL	3.000.000,00	3.000.000,00

No exercício 2008 não existiram acordos de pagamento com base em acções pelo que não se verificou qualquer efeito daí decorrente na conta de ganhos e perdas.

26. Reservas

As reservas de reavaliação compreendem os ajustamentos para o justo valor dos diferentes activos que segundo as NIIF devem ter reflexo directo nas contas de capital próprio da empresa.

A reserva por impostos diferidos corresponde ao valor que se prevê pagar ou recuperar a título de imposto efectivo derivado dos ajustamentos para o justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda.

EXERCÍCIO DE 2008					
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DAS RESERVAS	SALDO INICIAL	CORREC ERROS/ ALTERA POL		IMPARIIDADES	SALDO FINAL
		CONTAB	AUMENTOS / DIMINUIÇÕES		
Reservas de reavaliação	6.942.166,29	-5.153.640,01	-5.614.074,20	1.299.653,78	-2.525.894,14
Por ajust justo valor act financ disp p/venda	3.458.900,85	-1.670.374,57	-5.614.074,20	1.299.653,78	-2.525.894,14
Acções / Unid part fundos invest	3.458.900,85	-761.061,82	-6.173.579,57	1.299.653,78	-2.176.086,76
Títulos de dívida pública	0,00	-909.312,75	559.505,37	0,00	-349.807,38
Por reval terrenos edificios de uso próprio	3.483.265,44	-3.483.265,44	0,00	0,00	0,00
Reserva por impostos diferidos	0,00	-473.959,46	1.487.729,66	-344.408,25	669.361,95
Acções / Unid part fundos invest	0,00	-714.927,34	1.635.998,59	-344.408,25	576.662,99
Títulos de dívida pública	0,00	240.967,88	-148.268,92	0,00	92.698,96
Outras reservas	20.558.664,26	0,00	-2.074.797,21	0,00	18.483.867,05
Reserva legal	2.081.735,91	0,00	555.488,15	0,00	2.637.224,06
Prémios de emissão	2.979.548,04	0,00	0,00	0,00	2.979.548,04
Outras reservas	15.497.380,31	0,00	-2.630.285,36	0,00	12.867.094,95
TOTAL	27.500.830,55	-5.627.599,47	-6.201.141,75	955.245,53	16.627.334,86

EXERCÍCIO DE 2007					
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DAS RESERVAS	SALDO INICIAL	CORREC ERROS/ ALTERA POL		IMPARIIDADES	SALDO FINAL
		CONTAB	AUMENTOS / DIMINUIÇÕES		
Reservas de reavaliação	7.717.072,93	-4.171.104,18	-1.757.442,47	0,00	1.788.526,28
Por ajust justo valor act financ disp p/venda	4.310.025,43	-764.056,68	-1.757.442,47	0,00	1.788.526,28
Acções / Unid part fundos invest	4.310.025,43	-927.143,92	-685.042,48	0,00	2.697.839,03
Títulos de dívida pública	0,00	163.087,24	-1.072.399,99	0,00	-909.312,75
Por reval terrenos edificios de uso próprio	3.407.047,50	-3.407.047,50	0,00	0,00	0,00
Reserva por impostos diferidos	0,00	-939.681,72	465.722,25	0,00	-473.959,46
Acções / Unid part fundos invest	0,00	-896.463,60	181.536,26	0,00	-714.927,34
Títulos de dívida pública	0,00	-43.218,12	284.186,00	0,00	240.967,88
Outras reservas	18.331.707,48	0,00	2.226.956,78	0,00	20.558.664,26
Reserva legal	1.559.040,23	0,00	522.695,68	0,00	2.081.735,91
Prémios de emissão	2.979.548,04	0,00	0,00	0,00	2.979.548,04
Outras reservas	13.793.119,21	0,00	1.704.261,10	0,00	15.497.380,31
TOTAL	26.048.780,41	-5.110.785,90	935.236,56	0,00	21.873.231,08

No exercício 2008, a diminuição na rubrica "Outras reservas" inclui o valor de 4.629.678,68 euros, correspondente à anulação de parte do *goodwill* gerado pela operação de compra da carteira e activos e passivos da Agência Geral em Portugal da MAPFRE CAUCIÓN Y CRÉDITO Compañía de Seguros y Reaseguros, SA, de acordo com a demonstração seguinte:

RUBRICA	VALOR
Valor de compra	5.738.800,00
Excesso provisão desvios de sinistralidade	-1.109.121,32
TOTAL LIQUIDO	4.629.678,68

27. Resultados por acção

Apresenta-se o cálculo do resultado por acção:

CONCEITO	2008	2007
Resultado liquido atribuido aos accionistas	4.394.787,49	5.463.565,45
Numero médio de acções	6.635.000	6.635.000
Resultado por acção (em euros)	0,66	0,82

28. Dividendos por acção

O detalhe dos dividendos da sociedade do exercício actual e anterior é o seguinte:

CONCEITO	DIVIDENDO TOTAL		DIVIDENDO POR ACÇÃO	
	2008	2007	2008	2007
Dividendo distribuído / a distribuir	1.000.000,00	1.000.000,00	0,15	0,15
TOTAL	1.000.000,00	1.000.000,00	0,15	0,15

A quantia indicada no quadro, referente ao ano 2008, não se encontra reconhecida nas demonstrações financeiras como distribuição aos detentores de capital. Respeita à proposta de distribuição de dividendos a apresentar à assembleia-geral de accionistas da sociedade para aprovação.

29. Transacções entre partes relacionadas

A MAPFRE é um grupo empresarial espanhol independente que desenvolve as actividades seguradora, resseguradora, financeira, imobiliária e de serviços em Espanha e em outros 44 países.

Estas actividades desenvolvem-se através de 258 sociedades, que se agrupam em divisões e unidades que operam com ampla autonomia de gestão, debaixo da coordenação e supervisão dos altos Órgãos directivos do Grupo, aos quais cabe determinar as linhas de orientação gerais e as políticas comuns de actuação.

A MAPFRE SEGUROS GERAIS é uma dessas 258 sociedades, que desenvolve a sua actividade em Portugal e é detida a 99,99% pela MAPFRE INTERNACIONAL, que por sua vez é detida a 87,5% pela MAPFRE, S.A., empresa matriz do grupo.

1) OPERAÇÕES COM EMPRESAS DO GRUPO

As transacções com partes relacionadas referem-se a contratos de seguros, de resseguros, imobiliárias e de serviços. Não ocorreram contudo quaisquer operações com a casa mãe, para além das relativas à distribuição de reservas e de dividendos, nem com entidades com controlo conjunto ou influencia significativa sobre a Companhia, filiais, associadas, empreendimentos conjuntos nos quais a Companhia seja um empreendedor, administradores da entidade ou da casa mãe, para além das remunerações relativas aos Administradores.

Apresentam-se de seguida as operações ocorridas e saldos do exercício e do exercício anterior, com todas as outras entidades relacionadas:

CONCEITO	GASTOS		RENDIMENTOS	
	2008	2007	2008	2007
Serviços recebidos/prestados e outros gastos/rendimentos	446	421	2.488	2.721
Gastos/rendimentos de investimentos imobiliários	12	18		
Gastos/rendimentos de investimentos e contas financeiras	99	68		
Dividendos distribuídos	1.000			
Distribuição de reservas	2.000	3.000		
TOTAL	1.557	507	2.488	2.721

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS)

CONCEITO	OPERAÇÕES GERAIS	
	2008	2007
Créditos e dívidas	1.687	608
TOTAL	1.687	608

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS)

As operações de resseguro efectuadas entre empresas do Grupo apresentam-se no quadro seguinte:

CONCEITO	RESSEGURO CEDIDO	
	2008	2007
Prémios cedidos	22.833	15.679
Sinistros	15.099	4.652
Variação de provisões técnicas	700	1.081
Comissões	3.698	2.742
Juros sobre depósitos	76	0

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS)

Os valores referentes aos saldos das contas correntes de resseguro, de depósitos constituídos e de provisões técnicas, por operações de resseguro, com entidades do Grupo apresentam-se no quadro seguinte:

CONCEITO	RESSEGURO CEDIDO	
	2008	2007
Créditos e dívidas	-2.324	-3.476
Depósitos	-773	0
Provisões técnicas	24.876	9.353
TOTAL	21.779	5.877

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS)

2) REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Entendem-se por Órgãos Sociais o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal.

A retribuição aos membros não executivos destes Órgãos consiste num valor fixo anual, por presença nos Conselhos, e é a única remuneração auferida, não havendo lugar a outros subsídios e ou benefícios. No exercício corrente o valor pago ascendeu a 71.568,00 euros e no exercício anterior a 50.058,00 euros.

A retribuição dos membros executivos pelo regular desempenho das suas funções ascendeu a 187.000,00 euros no exercício de 2008 e a 166.500,00 euros no exercício anterior e a responsabilidade com benefícios pós-emprego, é de 43.868,51 euros a 31 de Dezembro de 2008, encontrando-se incluída no plano de contribuição definida detalhado na nota 23.

Para além destas não existem quaisquer outras obrigações ou operações.

30. Demonstração de fluxos de caixa

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	2008	2007
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de prémios	121.163.681,46	110.662.818,98
Pagamentos de sinistros	-61.512.009,26	-56.372.251,29
Pagamentos de comissões	-9.646.858,48	-8.630.459,63
Entradas por operações de resseguro	2.063.228,64	865.982,13
Saídas por operações de resseguro	-15.289.587,76	-9.646.164,88
Entradas por operações de co-seguro	3.630.952,65	2.126.809,15
Saídas por operações de co-seguro	-3.470.307,93	-2.862.893,83
Outros Recebimentos	3.648.993,40	4.561.724,79
Pagamentos a fornecedores e pessoal	-38.890.763,78	-34.407.893,38
Imposto sobre o rendimento	-1.986.656,37	-1.546.729,47
Total fluxo das actividades operacionais	-289.327,43	4.750.942,57
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Outros activos tangíveis	0,00	-21.535,67
Terrenos e edifícios	0,00	2.805,03
Outros activos intangíveis	0,00	0,00
Títulos de dívida	-3.302.922,11	-15.559.516,72
Instrumentos de capital e unidades de participação	-3.599.191,73	-657.412,40
Juros recebidos	3.634.737,13	2.439.980,70
Dividendos recebidos	644.896,14	316.329,73
Outros investimentos	8.069.797,31	8.429.130,42
Total fluxo das actividades de investimento	5.447.316,74	-5.050.218,91
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamentos de dividendos aos accionistas	-3.000.000,00	-3.000.000,00
Outros recebimentos ou pagamentos	0,00	0,00
Total fluxo das actividades de investimento	-3.000.000,00	-3.000.000,00
EFEITO DAS VARIAÇÕES DAS DIFERENÇAS DE CAMBIOS	0,00	0,00
Aumento líquido de caixa e seus equivalentes	2.157.989,31	-3.299.276,34
Caixa e seus equivalentes no início do período	10.438.273,61	13.737.549,95
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12.596.262,92	10.438.273,61

(VALORES EXPRESSOS EM EUROS).

31. Compromissos

Não aplicável

32. Passivos contingentes

Conforme descrito na Nota 1 e detalhado na Nota 33 a companhia adquiriu, com efeito a 1/1/2008, a carteira de apólices, bem como os respectivos activos e passivos, à Agência Geral em Portugal da MAPFRE CAUCIÓN Y CRÉDITO Compañia Internacional de Seguros y Reaseguros, S.A.

Esta operação foi enquadrada pela Companhia como tratando-se de uma operação isenta, quer em sede de IVA, quer em sede de Imposto do selo, não tendo por isso sido liquidados estes impostos.

Contudo, resulta das opiniões dos consultores fiscais da companhia, o risco do enquadramento fiscal adoptado poder não representar a efectiva posição das autoridades fiscais, que não tiveram ainda uma posição vinculativa relativamente a esta operação.

A Companhia, contudo, considera remota a possibilidade desta operação vir a ser alvo de enquadramento fiscal divergente do adoptado e não reconheceu por isso qualquer responsabilidade por impostos associada a esta operação.

33. Concentrações de actividades empresariais

Após ter obtido, ainda durante o ano 2007, a autorização do Instituto de Seguros de Portugal para operar nos ramos de Caução e Crédito, a companhia adquiriu, com efeito a 1/1/2008, a carteira de apólices destes ramos, bem como os respectivos activos e passivos, à Agência Geral em Portugal da MAPFRE CAUCIÓN Y CRÉDITO Compañía Internacional de Seguros y Reaseguros, S.A., conforme detalhe do quadro seguinte:

ACTIVOS		PASSIVOS	
Investimentos	6.436	Provisões técnicas	17.695
Terrenos e edifícios	267	Provisão para prémios não adquiridos	708
Acções, outros títulos de rendim. variável	533	Provisão para sinistros	13.024
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	5.636	Provisão para participação nos resultados	622
Provisões técnicas de resseguro cedido	9.763	Provisão para desvios de sinistralidade	3.109
Provisão para prémios não adquiridos	359	Outras provisões técnicas	232
Provisão para sinistros	8.968	Depósitos recebidos de resseguradores	2.151
Provisão para participação nos resultados	436	Credores	867
Devedores	1.360	Por operações de seguro directo	190
Por operações de seguro directo	956	Por operações de resseguro	9
Por operações de resseguro	256	Estado e outros entes públicos	72
Por outras operações	148	Credores diversos	594
Outros elementos do activo	3.251	Acréscimos e diferimentos	290
Imobilizações corpóreas e existências	45		
Depósitos bancários e caixa	3.206		
Acréscimos e diferimentos	194		
Juros a receber	160		
Outros acréscimos e diferimentos	34		
Total dos Activos	21.004	Total dos Passivos	21.004

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS)

A transacção foi efectuada pelo preço de 5.738.800,00 (Cinco milhões setecentos e trinta e oito mil e oitocentos euros), correspondendo à carteira adquirida um volume de prémios brutos emitidos de 7.758.249,95 (Sete milhões setecentos e cinquenta e oito mil duzentos e quarenta e nove euros e noventa e cinco cêntimos).

Uma vez que a transacção foi efectuada entre entidades sujeitas a um controlo comum (MAPFRE S.A.) e que ocorreu no âmbito do processo de reorganização empresarial do Grupo MAPFRE, a Companhia decidiu proceder à anulação do *goodwill* gerado, no montante de 5.738.800,00 euros, da seguinte forma:

RUBRICA	VALOR	NATUREZA DO MOVIMENTO
Provisão para desvios sinistralidade	1.109.121,32	Débito
Outras reservas	4.629.678,68	Débito
TOTAL	5.738.800,00	

O valor registado a débito da provisão de desvios de sinistralidade corresponde ao excedente do valor desse passivo adquirido (3.108.885,81 euros), em relação ao valor que resulta do calculo da provisão segundo a Norma Regulamentar n.º 4/1998-R, do Instituto de Seguros de Portugal (1.999.764,49 euros).

34. Elementos extra patrimoniais

Não aplicável

35. Ajustamentos de transição para o novo regime contabilístico

Os ajustamentos de transição para o novo regime contabilístico, tiveram um impacto negativo no capital próprio de 6.214.693,87 euros. A decomposição deste valor pelas várias rubricas do capital próprio está no quadro seguinte:

CORRECÇÕES DE ERROS E ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS (IAS 8) NA TRANSIÇÃO PARA O NOVO REGIME CONTABILÍSTICO A 01/01/2008	POR AJUST JUSTO VALOR ACTIVOS FINANCEIROS DISP P/VENDA	POR REVALORIZAÇÃO DE TERRENOS E EDIFÍCIOS DE USO PRÓPRIO	RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS	RESULTADOS TRANSITADOS	TOTAL
Correcção erros de act fincanc disp venda	-761.061,82			761.061,82	0,00
Anulação da revalorização de edifícios		-3.483.265,44		-127.691,97	-3.610.957,41
Amortizações acumuladas edifícios				-2.857.233,75	-2.857.233,75
Anulação diferimento +valia titulos divida				203.821,24	203.821,24
IDA amortizações acumuladas edifícios				757.166,95	757.166,95
IDA provisão riscos encargos				155.343,20	155.343,20
IDA custo amortiz titulos de divida				57.130,84	57.130,84
IDP da revalorização dos titulos de divida			240.967,88		240.967,88
IDP da revalorização das acções/unid particip			-714.927,34		-714.927,34
IDP dos beneficios pós-emprego				-167.042,76	-167.042,76
Impacto beneficios pós-emprego				630.350,03	630.350,03
Revalorização titulos de divida	-909.312,75				-909.312,75
TOTAL	-1.670.374,57	-3.483.265,44	-473.959,46	-587.094,40	-6.214.693,87

Apresentamos de seguida o quadro referente aos mesmos ajustamentos caso a transição tivesse ocorrido a 01 de Janeiro de 2007:

CORRECÇÕES DE ERROS E ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS (IAS 8) NA TRANSIÇÃO PARA O NOVO REGIME CONTABILÍSTICO A 01/01/2007	POR AJUST JUSTO VALOR ACTIVOS FINANCEIROS DISP P/VENDA	POR REVALORIZAÇÃO DE TERRENOS E EDIFÍCIOS DE USO PRÓPRIO	RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS	RESULTADOS TRANSITADOS	TOTAL
Correcção erros de act fincanc disp venda	-927.143,92			927.143,92	0,00
Anulação da revalorização de edifícios		-3.407.047,50		-127.691,97	-3.534.739,47
Amortizações acumuladas edifícios				-2.570.585,20	-2.570.585,20
Anulação diferimento +valia titulos divida				284.873,57	284.873,57
IDA amortizações acumuladas edifícios				681.572,29	681.572,29
IDA provisão riscos encargos				155.343,20	155.343,20
IDP da revalorização dos titulos de divida			-43.218,12		-43.218,12
IDP da revalorização das acções/unid particip			-896.463,60		-896.463,60
IDP dos beneficios pós-emprego				-96.511,34	-96.511,34
Impacto beneficios pós-emprego				364.193,75	364.193,75
Revalorização titulos de divida	163.087,24				163.087,24
TOTAL	-764.056,68	-3.407.047,50	-939.681,72	-381.661,78	-5.492.447,68

36. Acontecimentos após a data de balanço não descritos em pontos anteriores

Não aplicável

37. Outras informações

Não aplicável

Lisboa, 02 de Março de 2009

ADMINISTRADOR DELEGADO	António Belo
TÉCNICO DE CONTAS	Manuela Mendes

Inventário de participações e instrumentos financeiros (Anexo 1)

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO	
							UNITÁRIO*	TOTAL
1	FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
1.1	Títulos nacionais							
1.1.1	Partes de capital em filiais							
1.1.2	Partes de capital em associadas							
1.1.3	Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
1.1.4	Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
1.1.5	Títulos de dívida de filiais							
1.1.6	Títulos de dívida de associadas							
1.1.7	Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
1.1.8	Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
1.1.9	Outros títulos em filiais							
1.1.10	Outros títulos em associadas							
1.1.11	Outros títulos em empreendimentos conjuntos							
1.1.12	Outros títulos de outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
	sub-total							
1.2	Títulos estrangeiros							
1.2.1	Partes de capital em filiais							
1.2.2	Partes de capital em associadas							
1.2.3	Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
1.2.4	Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
1.2.5	Títulos de dívida de filiais							
1.2.6	Títulos de dívida de associadas							
1.2.7	Títulos de dívida de empreendimentos conjuntos							
1.2.8	Títulos de dívida de outras empresas participadas e participantes							
	sub-total							
	sub-total							
	total							
2	OUTROS							
2.1	Títulos nacionais							
2.1.1	Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.2.1	Acções							
	sub-total							
2.1.2.2	Títulos de participação							
	sub-total							
2.1.2.3	Unidades de participação em fundos de investimento							
	sub-total							
2.1.2.4	Outros							
	sub-total							
	sub-total							
2.1.2	Títulos de dívida							
2.1.2.1	De dívida pública							

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO	
							UNITÁRIO*	TOTAL
PTOTECO0011	REPUBLICA DE PORTUGAL	1.500.000	1.500.000,00			1.471.088,87		1.542.654,22
PTOTEG0E0009	REPUBLICA DE PORTUGAL	1.000.000	1.000.000,00			993.700,00		1.098.440,89
PTOTEJ0E0006	REPUBLICA DE PORTUGAL	500.000	500.000,00			487.100,00		540.909,19
2.1.2.2 - De outros emissores públicos								
		sub-total	3.000.000	3.000.000,00		2.951.888,87		3.182.004,30
2.1.2.3 - De outros emissores								
PTBERU1E0015	BANCO ESPIRITO SANTO	500.000	500.000,00			500.135,00		528.014,72
PTBSPM00019	BANCO SANTANDER TOTTA SA	650.000	650.000,00			650.065,00		673.648,30
XS0103383286	EDP-ENERGIAS DE PORTUGAL SA	100.000	100.000,00			103.859,23		103.111,06
		sub-total	1.250.000	1.250.000,00		1.254.059,23		1.304.774,08
		total	4.250.000	4.250.000,00		4.205.948,10		4.486.778,38
2.2 - Títulos estrangeiros								
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação								
2.2.2.1 - Acções								
CH0012005267	NOVARTI AG-REG	2.758			41,44	114.301,75	35,49	97.876,55
CH0012032048	ROCHE HOLDING AG- GENUSSS	3.195			123,21	393.648,70	109,43	349.621,38
CH0038863350	NESTLE SA REGISTERED	8.400			28,87	242.474,16	28,01	235.313,25
DE0005151005	BASF AG	4.710			20,47	96.390,24	27,73	130.608,30
DE0005752000	BAYER A.G.	10.850			55,84	605.894,21	41,55	450.817,50
DE0007037129	RWE AG	1.855			78,30	145.239,01	63,70	118.163,50
DE0007236101	SIEMENS AG	7.300			64,67	472.110,68	52,68	384.564,00
DE0008404005	ALLIANZ SE	3.165			151,84	480.571,64	75,00	237.375,00
DE000ENAG999	E.ON AG	14.250			33,76	481.065,92	28,44	405.270,00
ES0111845014	ABERTIS INFRAESTRUCTURAS S.A.	9.457			15,87	150.124,16	12,60	119.158,20
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	101.845			12,69	1.292.001,08	8,66	881.977,70
ES0113440038	BANCO ESPAÑOL DE CREDITO	12.585			12,98	163.339,84	8,08	101.686,80
ES0113790531	BANCO POPULAR ESPAÑOL S.A.	17.180			9,85	169.272,34	6,08	104.454,40
ES0113900J37	BANCO SANTANDER CENTRAL HISPAN	103.406			9,16	947.106,61	6,75	697.990,50
ES0116870314	GAS NATURAL SDG SA	4.165			34,20	142.430,57	19,29	80.342,85
ES0118594417	INDRA SISTEMAS S.A.	8.590			18,59	159.698,26	16,19	139.072,10
ES0122060314	FOMENTO CONSTRUCCIONES Y CONTR	4.160			38,18	158.833,13	23,33	97.052,80
ES0130670112	ENDESA, S.A.	4.600			34,57	159.015,75	28,60	131.560,00
ES0132105018	ACERINOX, S.A.	5.453			16,75	91.317,04	11,37	62.000,61
ES0144580Y14	IBERDROLA S.A.	80.585			6,70	539.747,67	6,54	527.025,90
ES0147645016	IBERDROLA RENOVABLES, S.A.	28.190			4,49	126.684,17	3,05	85.979,50
ES0167050915	ACS ACTIVIDADES DE CONST. Y SE	6.120			32,02	195.955,75	32,65	199.818,00
ES0173093115	RED ELECTRICA DE ESPAÑA S.A.	1.590			21,05	33.471,92	36,00	57.240,00
ES0173516115	REPSOL YPF,S.A.	12.275			22,03	270.379,01	15,10	185.352,50
ES0178430E18	TELEFONICA, S.A.	90.420			14,21	1.285.219,48	15,85	1.433.157,00
ES0181380710	UNION FENOSA, S.A.	6.895			13,39	92.314,70	17,73	122.248,35
ES0184933812	ZARDOYA OTIS,S.A.	5.780			14,21	82.112,95	12,69	73.348,20
FI0009000681	NOKIA OYJ	27.220			15,32	417.082,81	11,10	302.142,00
FR0000120271	TOTAL SA	8.485			46,82	397.253,24	38,91	330.151,35
FR0000120578	SANOFI SYNTHELABO SA	1.260			44,62	56.218,50	45,40	57.204,00
FR0000120644	GROUPE DANONE	960			52,28	50.184,43	43,18	41.452,80
FR0000127771	VIVENDI UNIVERSAL	6.075			29,06	176.559,60	23,26	141.334,87
FR0000131104	BNP PARIBAS PARIS	7.975			64,12	511.383,77	30,25	241.243,75
FR0000133308	FRANCE TELECOM SA	26.035			25,54	665.062,51	19,96	519.658,60
GB00B03MLX29	ROYAL DUTCH SHELL PLC	19.738			23,33	460.451,83	18,75	370.087,50
IT0000072618	INTESA SANPAOLO SPA	110.280			5,23	576.590,16	2,54	279.835,50
IT0003132476	ENI SPA	22.190			21,80	483.827,58	16,74	371.460,60
LU0323134006	ARCELOR	1.693			54,15	91.676,45	17,00	28.781,00
NL0000009355	UNILEVER PLC	7.160			18,02	129.006,79	17,34	124.154,40
NL0000303600	ING GROEP N.V.	2.468			22,29	55.000,18	7,33	18.090,44
		sub-total	801.318			13.161.018,59		10.334.671,70
2.2.2.2 - Títulos de participação								
		sub-total						

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO	
							UNITÁRIO*	TOTAL
2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento								
LU0043136406	CAPITAL INVESTMENT FUND	3.840			182,28	699.999,86	207,51	796.889,23
ES0138902038	FONDMAPFRE DINERO F.I.	813			1.414,57	1.150.529,70	1.417,57	1.152.977,24
ES0138298031	FONDMAPFRE BOLSA ASIA F.I.	90.645			7,61	690.000,00	4,81	435.820,81
ES0138556032	FONDMAPFRE BOLSA GLOBAL F.I.	164.889			6,06	1.000.000,00	3,80	625.860,20
ES0138901030	FONDMAPFRE BOLSA F.I.	15.845			28,50	451.528,28	20,90	331.116,71
	sub-total	276.033				3.992.057,84		3.342.664,19
2.2.2.4 - Outros								
	sub-total							
	sub-total	1.077.351				17.153.076,43		13.677.335,89
2.2.2 - Títulos de dívida								
2.2.2.1 - De dívida pública								
AT0000386115	REPUBLICA DE AUSTRIA	3.000.000	3.000.000,00			2.933.335,80		3.032.275,68
AT0000A001X2	REPUBLICA DE AUSTRIA	1.250.000	1.250.000,00			1.167.875,00		1.200.273,32
BE0000306150	REINO DE BELGICA	4.250.000	4.250.000,00			4.239.634,08		4.333.651,81
BE0000312216	REINO DE BELGICA	6.000.000	6.000.000,00			6.027.392,82		6.287.351,10
ES0000012916	TESORO PUBLICO	600.000	600.000,00			627.867,25		654.014,38
GR0133003161	REPUBLICA DE GRECIA	720.000	720.000,00			676.080,00		659.612,08
GR0138002689	REPUBLICA DE GRECIA	3.675.000	3.675.000,00			3.548.708,28		2.967.595,20
IE00B2QTF659	GOBIERNO DE IRLANDA	10.000.000	10.000.000,00			9.898.210,32		10.240.976,87
IT0003934657	REPUBLICA DE ITALIA	1.550.000	1.550.000,00			1.309.905,06		1.337.319,92
IT0004356843	REPUBLICA DE ITALIA	500.000	500.000,00			504.250,00		507.292,42
NL0006227316	GOBIERNO DE HOLANDA	4.000.000	4.000.000,00			4.073.666,64		4.227.530,43
XS0369470397	REPUBLICA DE HUNGRIA	650.000	650.000,00			647.335,00		601.003,16
	sub-total	36.195.000	36.195.000,00			35.654.260,25		36.048.896,37
2.2.2.2 - De outros emissores públicos								
2.2.2.3 - De outros emissores								
BE0933514839	FORTIS BANK BRUXELLES	650.000	650.000,00			665.730,00		635.096,13
DE0003099990	DEUTSCHE BAHN FINANCE BV	700.000	700.000,00			684.871,59		721.756,38
DE0003933511	DEUTSCHE BANK AG FRANKFURT	750.000	750.000,00			747.825,00		777.668,53
DE0009279042	DEUTSCHE POST FINANCE BV	800.000	800.000,00			828.320,00		833.619,57
DE000A0TR7K7	ALLIANZ FINANCE BV	400.000	400.000,00			398.472,00		428.760,66
DE000DB556X0	DEUTSCHE BANK AG FRANKFURT	300.000	300.000,00			299.178,00		313.326,72
ES0214950059	CAJA MADRID	600.000	600.000,00			603.334,34		631.571,12
ES0224261018	RESERVAS ESTRATEGICA DE PROD P	200.000	200.000,00			198.524,00		211.081,33
ES0230670210	ENDESA, S.A.	700.000	700.000,00			705.367,18		726.239,62
ES0312362017	AYT CEDULAS CAJAS VIII F.T.A.	700.000	700.000,00			684.810,00		634.354,32
ES0313211130	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	1.000.000	1.000.000,00			1.000.100,00		1.004.218,98
ES0313679443	BANKINTER	1.200.000	1.200.000,00			1.199.940,00		1.127.328,50
ES0313770069	BANCO PASTOR	500.000	500.000,00			501.100,00		497.257,00
ES0314600083	CAJA DE AHORROS DE MURCIA	200.000	200.000,00			199.806,00		211.150,84
ES0314950348	CAJA MADRID	1.400.000	1.400.000,00			1.394.624,00		1.474.637,86
ES0314954076	IBERCAJA	800.000	800.000,00			798.008,00		838.730,69
ES0314958044	CAIXANOVA-C.A. VIGO,OURENSE,PO	200.000	200.000,00			199.534,00		211.150,84
ES0357080144	BPE FINANCIACIONES, S.A.	500.000	500.000,00			499.900,00		472.421,79
ES0413211154	BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARI	1.000.000	1.000.000,00			954.400,00		997.654,72
ES0413440092	BANCO ESPAÑOL DE CREDITO	1.000.000	1.000.000,00			1.007.200,00		1.022.586,67
ES0413770001	BANCO PASTOR	500.000	500.000,00			469.650,00		483.353,36
ES0413860109	BANCO SABADELL	500.000	500.000,00			499.545,00		522.547,79
ES0413900178	BANCO SANTANDER CENTRAL HISPAN	500.000	500.000,00			496.950,00		513.579,86
ES0414400038	CAJA DE AHORROS DEL MEDITERRAN	800.000	800.000,00			798.760,00		848.942,31
ES0414840381	CAJA DE AHORROS DE CATALUÑA	700.000	700.000,00			699.279,00		731.678,20
ES0414950644	CAJA MADRID	700.000	700.000,00			645.606,51		636.871,01
ES0414970246	CAIXA-C.A. Y PENSIONES DE BARC	750.000	750.000,00			634.425,00		674.399,40
ES0564872264	UNICAJA (C.A. RONDA,CADIZ,ALME	700.000	700.000,00			670.947,04		698.285,56
FR0000207052	CAISSE NATL. D'AUTOROUTES	580.835	580.834,50			631.126,88		610.835,17
FR0000472326	GAZ DE FRANCE	1.850.000	1.850.000,00			1.908.783,49		1.985.630,53

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO	
							UNITÁRIO*	TOTAL
FR000582660	CAISSE NATL. D'AUTOROUTES	225.000	225.000,00			238.275,93		254.533,18
FR0010394437	LA POSTE	200.000	200.000,00			198.578,00		201.889,79
FR0010394478	CARREFOUR SA	350.000	350.000,00			347.459,00		332.250,48
FR0010526996	CAISSE DE REFIN. DE L'HABITAT	460.000	460.000,00			457.778,20		472.363,99
FR0010568956	CAISSE DE REFIN. DE L'HABITAT	1.115.000	1.115.000,00			1.107.306,50		1.165.499,09
FR0010582312	COMPAGNIE DE FINANCEMENT FONCI	1.050.000	1.050.000,00			1.046.965,50		1.095.809,64
FR0010586081	LA POSTE	150.000	150.000,00			149.992,50		162.848,88
FR0010660043	RESEAU DE TRANSPORT	350.000	350.000,00			347.634,00		353.524,90
NL0000118024	ABN AMRO BANK N.V. AMSTERDAM	500.000	500.000,00			541.650,00		526.535,02
XS0097762065	IBERDROLA INTERNATIONAL BV	450.000	450.000,00			455.898,36		464.441,70
XS0098523797	ENDESA INTERNATIONAL B.V.	200.000	200.000,00			193.300,00		205.514,59
XS0107330143	GAS NATURAL FINANCE BV	1.250.000	1.250.000,00			1.337.629,35		1.351.243,42
XS0110487062	REPSOL INTL. FINANCE	100.000	100.000,00			99.950,00		103.876,90
XS0159012847	TESCO PLC	425.000	425.000,00			435.837,50		444.354,78
XS0171966269	SCHIPHOL NEDERLAND B.V.	500.000	500.000,00			499.000,00		494.580,40
XS0176128675	AVENTIS	200.000	200.000,00			204.840,00		204.237,58
XS0176347044	RED ELECTRICA FINANCE BV	250.000	250.000,00			251.153,56		253.810,54
XS0188109994	TOKYO ELECTRIC POWER CO INC.	150.000	150.000,00			162.165,00		157.850,98
XS0200649944	ANZ NATIONAL INTL LONDON	400.000	400.000,00			400.840,01		397.382,32
XS0203714802	TERNA SPA	600.000	600.000,00			602.400,00		611.336,96
XS0203871651	HBOS PLC	670.000	670.000,00			616.735,00		621.353,95
XS0215088450	DANSKE BANK A/S	500.000	500.000,00			500.000,00		494.043,20
XS0230191081	DNB NOR BANK ASA	500.000	500.000,00			499.100,00		490.074,72
XS0230243221	BMW US CAPITAL LLC	200.000	200.000,00			194.150,00		196.126,59
XS0234775483	UBS AG JERSEY BRANCH	500.000	500.000,00			500.350,00		481.048,48
XS0235620142	MORGAN STANLEY	600.000	600.000,00			600.660,00		502.720,65
XS0240949791	BARCLAYS BANK PLC LONDON	1.350.000	1.350.000,00			1.343.604,66		1.307.423,25
XS0241945236	TELEFONICA EMISIONES SAU	300.000	300.000,00			299.190,00		305.288,03
XS0256996538	EDP FINANCE B.V.	550.000	550.000,00			546.427,72		549.530,99
XS0257885086	N.V. NEDERLANDSE GASUNIE	200.000	200.000,00			199.716,00		199.421,91
XS0259231974	BK NEDERLANDSE GEMEENTEN	350.000	350.000,00			347.620,00		362.047,68
XS0262914020	WACHOVIA CORP (FIRST UNION COR	1.500.000	1.500.000,00			1.498.650,00		1.416.482,44
XS0267299633	BANK OF AMERICA CORP.	350.000	350.000,00			349.296,50		322.357,89
XS0268558375	BANK OF IRELAND	600.000	600.000,00			599.783,28		579.270,88
XS0269740899	SNS BANK NEDERLAND	500.000	500.000,00			499.790,00		500.779,17
XS0274906469	IBM CORP	600.000	600.000,00			598.914,00		607.858,54
XS0281969542	LLOYDS TSB BANK PLC	200.000	200.000,00			199.214,38		197.062,12
XS0283290756	DNB NOR BANK ASA	500.000	500.000,00			499.070,00		521.186,26
XS0284839882	JP MORGAN CHASE & CO. INC.	800.000	800.000,00			798.160,00		737.840,93
XS0289186230	SOCIETE GENERALE PARIS	550.000	550.000,00			549.752,50		519.496,11
XS0291810637	ROYAL BANK OF CANADA (CANADA)	1.300.000	1.300.000,00			1.300.585,00		1.237.380,49
XS0293707617	RABOBANK NEDERLAND	350.000	350.000,00			349.261,50		368.459,74
XS0297397811	CREDIT AGRICOLE LONDON	900.000	900.000,00			893.052,00		863.434,40
XS0300112108	PROCTER & GAMBLE CO	400.000	400.000,00			397.804,00		416.366,83
XS0301010145	PFIZER INC	400.000	400.000,00			399.664,00		396.589,24
XS0304032237	UBS AG JERSEY BRANCH	800.000	800.000,00			799.600,00		824.262,16
XS0305024936	SANTANDER INTERNATIONAL DEBT S	250.000	250.000,00			247.100,00		243.430,36
XS0323119973	BANK OF AMERICA CORP.	1.100.000	1.100.000,00			1.103.380,00		1.103.879,11
XS0327237052	PROCTER & GAMBLE CO	300.000	300.000,00			299.940,00		314.569,81
XS0327533617	SANTANDER ISSUANCES S.A. UNIPE	1.000.000	1.000.000,00			1.000.500,00		1.020.241,58
XS0329335052	AUSTRALIA & N.ZEALAND BANKING	700.000	700.000,00			704.340,00		713.368,31
XS0329522246	JOHNSON & JOHNSON	100.000	100.000,00			99.316,00		104.174,17
XS0329663065	BP CAPITAL MARKETS PLC	500.000	500.000,00			497.755,00		521.367,75
XS0335133996	GLAXOSMITHKLINE CAP PLC	1.000.000	1.000.000,00			997.960,00		1.026.949,00
XS0336018832	PFIZER INC	700.000	700.000,00			699.447,00		726.858,00
XS0342144846	JP MORGAN CHASE & CO. INC.	500.000	500.000,00			498.740,00		526.303,39
XS0342783692	ELECTRICITE DE FRANCE	350.000	350.000,00			347.805,50		365.918,43
XS0350465422	GE CAPITAL EUROPEAN FUNDING	300.000	300.000,00			300.033,00		309.140,64

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO	
							UNITÁRIO*	TOTAL
XS0350485453	NATIONAL AUSTRALIA BANK	600.000	600.000,00			599.640,00		633.043,03
XS0353643744	HSBC HOLDINGS	250.000	250.000,00			248.297,50		271.958,54
XS0355879346	BNP PARIBAS PARIS	800.000	800.000,00			798.248,00		845.168,68
XS0356705219	ROYAL BANK OF SCOTLAND PLC	700.000	700.000,00			718.710,00		763.681,80
XS0360809577	INTESA SANPAOLO SPA	700.000	700.000,00			696.010,00		775.813,99
XS0362269945	JP MORGAN CHASE & CO. INC.	150.000	150.000,00			147.358,50		155.627,36
XS0363669408	ROYAL BANK OF SCOTLAND GROUP PL	400.000	400.000,00			399.580,00		414.567,23
XS0363742338	PACCAR FINANCIAL EUROPE	300.000	300.000,00			299.064,00		316.460,38
XS0364671346	BMW US CAPITAL LLC	50.000	50.000,00			49.748,00		47.593,20
XS0364979632	UNILEVER NV	300.000	300.000,00			299.760,00		319.517,84
XS0365094811	FRANCE TELECOM	200.000	200.000,00			199.100,00		204.412,49
XS0365663961	WACHOVIA BANK N.A.	200.000	200.000,00			200.050,00		204.573,49
XS0365796092	SOCIETE GENERALE LUXEMBURGO	650.000	650.000,00			650.130,00		714.235,74
XS0366354875	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL	1.500.000	1.500.000,00			1.502.550,00		1.590.731,88
XS0367884375	E.ON INTERNATIONAL FIN.	450.000	450.000,00			447.718,50		483.996,35
XS0367991709	BARCLAYS BANK PLC LONDON	200.000	200.000,00			200.088,81		206.887,37
XS0368055959	TELEFONICA EMISIONES SAU	250.000	250.000,00			250.125,00		259.188,40
XS0369461644	SIEMENS FINANCERINGSMAT	500.000	500.000,00			499.765,00		527.003,52
XS0370846973	COMMERZBANK, A.G. FRANKFURT	550.000	550.000,00			550.275,00		522.836,92
XS0371067801	DRESDNER BANK A.G. FRANKFURT	300.000	300.000,00			298.950,00		324.024,08
XS0371409292	DNB NOR BANK ASA	100.000	100.000,00			99.649,00		107.258,62
XS0371460568	ING BANK AUSTRALIA LTD	1.300.000	1.300.000,00			1.297.829,00		1.376.411,96
XS0371944926	JOHN DEERE CAPITAL CORP	200.000	200.000,00			199.622,00		212.837,41
XS0378750581	GE CAPITAL EUROPEAN FUNDING	800.000	800.000,00			799.360,00		840.005,87
XS0381817005	SANTANDER INTERNATIONAL DEBT S	250.000	250.000,00			249.312,50		262.564,18
XS0385688097	GE CAPITAL EUROPEAN FUNDING	300.000	300.000,00			298.734,00		306.991,58
XS0400736475	ELECTRICITE DE FRANCE	400.000	400.000,00			398.712,00		420.251,26
XS0403519068	INSTITUTO DE CREDITO OFICIAL	175.000	175.000,00			174.998,25		176.083,46
	sub-total	64.950.835	64.950.834,50			64.854.622,54		66.008.454,43
	2.3 - Derivados de negociação							
	sub-total							
	2.4 - Derivados de cobertura							
	sub-total							
	total	102.223.185	101.145.834,50			117.661.959,22		115.734.686,69
	3 - TOTAL GERAL	106.473.185	105.395.834,50			121.867.907,32		120.221.465,07

(VALORES EXPRESSOS EM EUROS)

* INCLUI O VALOR DOS JUROS DECORRIDOS

Desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções) (Anexo 2)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	PROVISÃO PARA SINISTROS EM 31/12/N-1 (1)	CUSTOS COM SINISTROS * MONTANTES PAGOS NO EXERCÍCIO (2)	PROVISÃO PARA SINISTROS * EM 31/12/N (3)	REAJUSTAMENTOS (3)+(2)-(1)
VIDA				
NÃO VIDA				
ACIDENTES E DOENÇA	25.742.050,05	7.388.764,35	17.174.045,29	-1.179.240,41
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	3.199.513,09	1.593.609,45	1.109.875,65	-496.027,99
AUTOMÓVEL				
RESPONSABILIDADE CIVIL	45.645.100,29	12.914.506,14	29.612.257,67	-3.118.336,48
OUTRAS COBERTURAS	3.578.629,49	2.480.957,35	686.193,76	-411.478,38
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	601.412,40	470.520,78	153.774,47	22.882,85
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	3.887.204,02	253.163,70	2.464.428,72	-1.169.611,60
CRÉDITO E CAUÇÃO	13.024.405,07	7.042.297,92	10.158.078,71	4.175.971,56
PROTECÇÃO JURÍDICA		6.784,92	3.128,78	9.913,70
ASSISTÊNCIA				0,00
DIVERSOS	105.854,78	18.108,33	219.614,37	131.867,92
TOTAL NÃO VIDA	95.784.169,19	32.168.712,94	61.581.397,42	-2.034.058,83
TOTAL GERAL	95.784.169,19	32.168.712,94	61.581.397,42	-2.034.058,83

(VALORES EXPRESSOS EM EUROS)

NOTAS:

* SINISTROS OCORRIDOS NO ANO N-1 E ANTERIORES

Discriminação dos custos com sinistros (Anexo 3)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	MONTANTES PAGOS - PRESTAÇÕES (1)	MONTANTES PAGOS - CUSTOS DE GESTÃO DE SINISTROS IMPUTADOS (2)	VARIAÇÃO DA PROVISÃO PARA SINISTROS (3)	CUSTOS COM SINISTROS (4)=(1)+(2)+(3)
SEGURO DIRECTO				
ACIDENTES E DOENÇA	13.616.627,17	1.563.416,65	682.878,73	15.862.922,55
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	4.873.213,52	433.588,71	2.181.567,44	7.488.369,67
AUTOMÓVEL				
RESPONSABILIDADE CIVIL	23.603.781,03	2.261.716,09	-1.549.309,96	24.316.187,16
OUTRAS COBERTURAS	13.013.399,49	1.064.710,70	489.535,27	14.567.645,46
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	526.485,01	34.035,30	174.416,03	734.936,34
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	401.140,13	89.523,21	735.080,18	1.225.743,52
CRÉDITO E CAUÇÃO	6.854.379,75	902.866,41	7.102.446,79	14.859.692,95
PROTECÇÃO JURÍDICA	11.131,06	10.617,02	10.216,44	31.964,52
ASSISTÊNCIA				0,00
DIVERSOS	1.854,49	30.336,76	236.915,05	269.106,30
TOTAL	62.902.011,65	6.390.810,85	10.063.745,97	79.356.568,47
RESSEGURO ACEITE				0,00
TOTAL GERAL	62.902.011,65	6.390.810,85	10.063.745,97	79.356.568,47

(VALORES EXPRESSOS EM EUROS)

Discriminação de alguns valores por ramos (Anexo 4)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS	PRÉMIOS BRUTOS ADQUIRIDOS	CUSTOS COM SINISTROS BRUTOS *	CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO BRUTOS *	SALDO DE RESSEGURO
SEGURO DIRECTO					
ACIDENTES E DOENÇA	24.079.775,91	24.012.872,97	15.862.922,55	5.777.467,42	941.501,61
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	14.433.647,54	13.930.126,37	7.488.369,67	3.621.105,28	2.792.408,33
AUTOMÓVEL					
RESPONSABILIDADE CIVIL	32.487.554,11	34.393.897,48	24.316.187,16	7.373.165,92	-2.405.652,49
OUTRAS COBERTURAS	21.074.932,54	22.181.041,82	14.567.645,46	4.884.606,84	3.204.416,91
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	792.818,41	793.272,25	734.936,34	337.727,49	-166.179,80
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	4.096.063,49	4.057.054,81	1.225.743,52	905.787,66	324.444,29
CRÉDITO E CAUÇÃO	7.922.683,96	8.095.580,49	14.859.692,95	2.098.194,27	-3.830.517,45
PROTECÇÃO JURÍDICA	577.457,64	309.405,28	31.964,52	68.942,11	
ASSISTÊNCIA					
DIVERSOS	120.352,43	117.768,34	269.106,30	113.590,88	77.348,40
TOTAL	105.585.286,03	107.891.019,81	79.356.568,47	25.180.587,87	937.769,80
RESSEGURO ACEITE					
TOTAL GERAL	105.585.286,03	107.891.019,81	79.356.568,47	25.180.587,87	937.769,80

(VALORES EXPRESSOS EM EUROS)

NOTAS:

* SEM DEDUÇÃO DA PARTE DOS RESSEGURADORES





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS,
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Certificação Legal das Contas

Cop.

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Mapfre Seguros Gerais, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008 (que evidencia um total de 210.369.790,04 Euros e um total de capital próprio de 53.395.156,46 Euros, incluindo um resultado líquido de 4.394.787,49 Euros), a Conta de Ganhos e Perdas do exercício findo naquela data e as Demonstrações das Variações nos Capitais Próprios dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2008, e as correspondentes Notas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

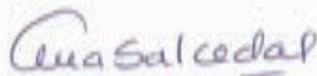
7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Mapfre Seguros Gerais, S.A., em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações e fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal, estabelecidos pelo Plano de Contas aprovado pela Norma Regulamentar nº 4/2007 de 27 de Abril, com as alterações introduzidas pela Norma Regulamentar nº 20/2007 de 31 de Dezembro.

Ênfase

- B. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as divulgações das Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas nºs 3 e 35, relativas à aplicação pela primeira vez, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, do novo regime contabilístico aplicável às empresas de seguros (Normas Regulamentares nº 4/2007 e 20/2007 do Instituto de Seguros de Portugal), o qual acolhe as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas pela União Europeia, com as excepções indicadas na Nota 3.

Lisboa, 3 de Março de 2009

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



Nos termos da lei em vigor o Conselho Fiscal da Mapfre Seguros Gerais S.A. vem apresentar o Relatório da actividade por si desenvolvida no exercício de dois mil e oito e bem assim emitir Parecer sobre os documentos de prestação de contas do mesmo exercício.

O Conselho Fiscal manteve contactos com a Administração e os Serviços, acompanhando a evolução da Companhia e recebendo sempre resposta a todos os esclarecimentos solicitados.

De igual modo os membros do Conselho Fiscal ao longo do exercício e em especial na sua segunda metade acompanharam a situação dos mercados financeiros e o seu reflexo nas Contas da Companhia, bem como as medidas tomadas pela Administração para lhes fazer face.

O Conselho Fiscal acompanhou igualmente o trabalho desenvolvido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Ernest & Young e apreciou a Certificação Legal de Contas, formulada sem reservas, e à qual dá seu acordo.

O Relatório de Gestão foi também objecto de análise e verificação, concluindo o Conselho Fiscal que é suficientemente esclarecedor e está em conformidade com as contas do exercício.

Finalmente, o Conselho Fiscal verificou que a proposta de aplicação de resultados continua a privilegiar o reforço dos Capitais Próprios.

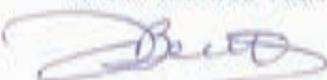
No decorrer do seu trabalho o Conselho Fiscal não tomou conhecimento de qualquer situação ou procedimento que não respeitasse as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Sendo assim, tendo em consideração todas as informações recebidas do Conselho de Administração e dos Serviços da Companhia e a opinião constante da Certificação Legal de Contas, o Conselho Fiscal emite o Parecer seguinte:

- 1 – Que sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2008;
- 2 – Que seja aprovada a Proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2008;
- 3 – Que aos membros do Conselho de Administração seja conferido um louvor pelo seu empenho e competência.

Lisboa, 3 de Março de 2009

O CONSELHO FISCAL


Fernando Vassalo Nuno


Diseño y maquetación: **TAU DISEÑO**

Imprime: **MONTERREINA**

Fotografías de los elementos ilustrativos: **JORGE GIL RODRÍGUEZ**

Depósito legal: XXXXXXXXXXXXX

MAPFRE contribuye a la conservación del medio ambiente.
Esta publicación ha sido impresa con procesos respetuosos
con el medio ambiente, en papel ecológico y libre de cloro.

Este folleto recoge el Informe de Gestión y las Cuentas Anuales
Consolidadas del ejercicio 2008 con el correspondiente Informe
de Auditoría de MAPFRE S.A., así como diversa información
adicional. La Entidad tiene a disposición de sus accionistas y
personas interesadas el Informe de Gestión y Cuentas Anuales
Individuales con su correspondiente Informe de Auditoría.



www.mapfre.pt

